

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Departamento de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes

PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO OCIDENTAL:

**Ancestralidades na descolonização dos projetos políticos de Bolívia, Butão, Equador e
Tanzânia**

Belo Horizonte

2017

Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes

**A PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO OCIDENTAL:
Ancestralidades na descolonização dos projetos políticos de Bolívia, Butão, Equador e
Tanzânia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Taiane Las Casas Campos

Área de Concentração: Política Internacional – Instituições, Conflitos e Desigualdades.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais.

Belo Horizonte

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

L864p Lopes, Rafael Bittencourt Rodrigues
A para além do desenvolvimento ocidental: ancestralidades na
descolonização dos projetos políticos de Bolívia, Butão, Equador e Tanzânia /
Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes. Belo Horizonte, 2017.
168 f.: il.

Orientadora: Taiane Las Casas Campos
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

1. Desenvolvimento econômico. 2. Ocidente - Relações exteriores. 3. Pós-colonialismo. 4. Política econômica. 5. Política internacional. I. Campos, Taiane Las Casas. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 338.98

Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes

**PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO OCIDENTAL:
Ancestralidades na descolonização dos projetos políticos de Bolívia, Butão, Equador e
Tanzânia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional – Instituições, Conflitos e Desigualdades.
Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais.

Prof^a. Dr^a. Taiane Las Casas Campos – PUC Minas (Orientadora)

Prof. Dr. Rodrigo Soares Teixeira – PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Luciana Maria de Aragão Ballestrin – UFPEL (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 17 de abril de 2017.

*Aos subalternos,
Aos oprimidos,
Aos esquecidos,
Aos colonizados,
Aos explorados,
Aos marginalizados,
A todos aqueles que estão nas periferias materiais
E existenciais...*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES por ter garantido as condições materiais para a realização desta pesquisa e ao PPGRI, funcionários e professores, que contribuíram para meu crescimento nestes dois anos. Agradeço à minha orientadora Taiane Las Casas Campos pela disponibilidade, amizade, paciência e acolhida. Agradeço também aos professores e pesquisadores que deram valiosas contribuições para este trabalho, em particular Otávio Dulci, Rodrigo Teixeira, Alejandro Simonoff, Victor Lage, Bruna Muriel Fuscaldo e Pedro Matos. Agradeço também aos professores Leonardo Ramos e Javier Vadell que tanto me ensinaram sobre a vida acadêmica, em particular referente ao universo das publicações acadêmicas. Também agradeço a Leonardo Bigghi, Guilherme Reis e Elena Calore pela incrível ajuda para conseguir documentos históricos e raros, fundamentais para a execução desta pesquisa.

Agradeço à minha mãe pelo amor constante, pelas conversas e por me ensinar a não ter medo de dar novos passos. Agradeço à minha irmã pelo companheirismo, ao João pela amizade fraterna e à minha sobrinha Tereza por me lembrar o quanto a vida é maravilhosa. Agradeço ao meu pai pelas discussões que tanto me ajudaram a amadurecer minhas ideias e argumentos e pela atenta revisão de texto. Agradeço à minha vó Eny e aos meus tios e primas pelas conversas e risadas.

Agradeço aos amigos e colegas destes anos de mestrado, por proporcionarem boas risadas, frutíferas conversas e impagáveis “Quinta na quinta”! Agradeço ao Vini, Marri, Lulis, Bárbara, Aly por me ensinarem o profundo significado de “familiaridade”. Agradeço à Lora pelas conversas nos horários mais improváveis, ao Paulinho por toda parceria, à Rafa Moura por sempre me lembrar o quanto a arte é importante para sentir o que não dá para explicar, ao Pedro Casas pelas indicações de material sobre a Bolívia e às boas conversas, ao Digão, à Bianca, Eriel, Ygor, Gabs, Magna, Akaki, Manu, Carina e Tiago, Fábio, Lalá, Renan, Dedé, Claris, Bruno, Michelle, Leo, Roza, Thiago Braga, Júlia, João Gabriel, Rodrigo e Vivi, Pablo, Camila, Silvana, Nina, Eraldo, Wallace, Val, Aline... Sim, foi tanta gente sensacional na minha vida que eu me alegro muito e me sinto de verdade muito agradecido. Sem vocês eu não teria forças para concluir esta etapa da minha vida!

Finalmente, agradeço a Deus:

*Gracias a la vida que me ha dado tanto/ Me dio el corazón que agita su marco
Cuando miro el fruto del cerebro humano/Cuando miro el bueno tan lejos del malo
Cuando miro el fondo de tus ojos claros*

"Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único."
(SANTOS, Milton, 2012, p. 14)

RESUMO

As perspectivas pós-coloniais e decoloniais têm discutido como os países colonizados podem superar seu passado colonial redescobrimdo conhecimentos ancestrais. Mesmo se esses valores sofreram distorção ao misturar características ocidentais e locais, a importância de buscar alternativas aos modelos de desenvolvimento eurocêntricos torna-se mais relevante quando consideramos que o capitalismo está atingindo vários limites, como crises ambientais e financeiras. Podemos observar que alguns países tentaram criar modelos de desenvolvimento baseados em ancestralidades, como Sumak Kawsay no Equador, Suma Qamaña na Bolívia, Ujamaa na Tanzânia durante a presidência de Julius Nyerere e como com o índice de Felicidade Bruta no Butão. Assim, nosso objetivo é analisar comparativamente esses casos, considerando a construção das ideias, as principais políticas de execução desses modelos e as formas de busca de alternativas de mensuração e avaliação dos resultados. Esta pesquisa é constituída em quatro etapas, sendo as duas primeiras uma construção teórica através de lentes pós-coloniais das possibilidades de superação da modernização ocidentalizadora e da compreensão do Sistema-Mundo. Os dois últimos são dedicados a comparar os casos selecionados, identificando particularidades e propostas comuns, apesar de suas diferenças. Espera-se colaborar na discussão das possibilidades e limites dessas experiências decoloniais.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Pós-colonialismo; Economia Política; Equador; Bolívia

ABSTRACT

Postcolonial and decolonial perspectives have discussed how colonized countries can overcome their colonial past rediscovering ancestral knowledges. Even if these values suffered distortion while mixing western and local features, the importance of looking for alternatives to Eurocentric development models become more relevant when we consider that capitalism is reaching several limits, as environmental and financial crises. We can observe that some countries tried to create development models based in ancestralities, as Sumak Kawsay in Ecuador, Suma Qamaña in Bolivia, Ujamaa in Tanzania during Julius Nyerere presidency and as Gross Happiness index in Bhutan. Thus, our aim is to analyze comparatively these cases, considering the construction of the ideas, the main policies for run these models and the ways they are looking for alternative of measuring and evaluating the results. This research is constituted in four steps, being the first two a theoretical construction through post-colonial lens of the possibilities of overcoming the westernizer modernization and the understanding of the World System. The last two are dedicated to compare the cases selected, identifying particularities and common proposals, despite their differences. It is expected that we can collaborate in the discussion of possibilities and limits of these decolonial experiences.

Keywords: Development; Postcolonialism; Political Economy; Ecuador; Bolivia

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Matriz colonial do poder	42
FIGURA 2 – Não há alternativa: Peter Bonitz no parlamento!	54
FIGURA 3 –Localização aproximada provável dos povos do interior da África oriental no século XVI (C. Ehret)	65
FIGURA 4 – Divisão étnica africana e destaque para Tanzânia	68
FIGURA 5 – Butão e países mais próximos	70
FIGURA 6 – A Expansão do Império Inca na Dinastia de Pachacuti	78
FIGURA 7 – Povos originários da Bolívia	86
FIGURA 8 – Povos originários do Equador	89

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Exportações do Equador por grupo econômico e tipo de tecnologia (participação média 2007-2012)	118
GRÁFICO 2 – Acesso à energia elétrica na Bolívia (%)	124
GRÁFICO 3 – Exportações bolivianas em milhares de dólares	124

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Três versões do pós-colonialismo	34
QUADRO 2 - <i>Gemeinschaft</i> x <i>Gessellschaft</i>	46
QUADRO 3 – Tipos de políticas econômicas	48
QUADRO 4 - Lista dos monarcas butaneses da casa de Wangchuck	73
QUADRO 5 - Domínios e indicadores do Índice de Felicidade Nacional Bruta	134
QUADRO 6 - Objetivos dos Planos Nacionais para o Bem Viver do Equador	139
QUADRO 7 – Pilares do segundo plano de desenvolvimento boliviano	141

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Exportações domésticas: Tanzânia	132
TABELA 2 - Indicadores de Pobreza 2003, 2007 e 2012	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENDE – Empresa Nacional de Electricidad

FYDP – Five Year Development Plan

IMMW – Implementing Multidimensional Measures of Wellbeing

INIAF – Instituto Nacional de Innovación Agropecuaria y Forestal

INRA – Instituto Nacional de Reforma Agraria

MNR – Movimiento Nacionalista Revolucionario

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SENASAG – Servicio Nacional de Sanidad Animal e Inocuidad Alimentaria

SERNAP – Servicio Nacional de Área Protegida

UDAPE – Unidade de Análises de Políticas Sociais e Econômicas da Bolívia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	27
2	EM BUSCA DE UM PENSAMENTO DECOLONIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	31
2.1	A Dependência (para além da dependência material).....	36
2.2	O Desenvolvimento (do <i>Entwicklung</i> ao <i>Maendeleo</i>).....	45
2.3	A Decolonização (a necessidade de ruptura com o pensamento único).....	52
2.4	Síntese	60
3	OS CONTEXTOS ANCESTRAIS, COLONIAIS E PÓS-COLONIAIS.....	63
3.1	Tanzânia: História e as colonizações por Omã, Inglaterra e Alemanha	64
3.2	Butão: História e influência britânica.....	70
3.3	Colonização espanhola em Abya Yala	76
3.3.1	Bolívia: da negação dos povos indígenas a Evo Morales.....	83
3.3.2	Equador: disputas políticas, golpes e revoluções	87
4	PROJETOS A PARTIR DAS ANCESTRALIDADES	91
4.1	Idealização das ancestralidades aplicadas aos projetos de desenvolvimento.....	91
4.1.1	<i>Ujamaa enquanto Socialismo Africano</i>	<i>92</i>
4.1.2	<i>Felicidade Nacional Bruta</i>	<i>95</i>
4.1.3	<i>Bem Viver, Suma Qamaña ou Sumak Kawsay.....</i>	<i>97</i>
4.2	Execução dos planos nacionais de desenvolvimento.....	100
4.2.1	Tanzânia e seu planejamento de 1964 a 1974.....	101
4.2.2	Butão e seu planejamento de 1998 a 2018	108
4.2.3	Equador e seu planejamento de 2007 a 2017.....	115
4.2.4	Bolívia e seu planejamento de 2006 a 2020	120
4.3	Avaliação dos projetos de desenvolvimento a partir de ancestralidades.....	129
4.3.1	Tanzânia e o fim do <i>Ujamaa</i>	130
4.3.2	Butão e o Índice de Felicidade Nacional Bruta	134
4.3.3	Equador e a evolução dos indicadores rumo ao Bem Viver.....	138
4.3.4	Bolívia, busca por soberania e cooperação técnica com o Butão	140
5	COMPARAÇÃO E ANÁLISE DECOLONIAL DOS PROJETOS	145
5.1	Identificação de convergências e divergências entre os casos.....	145
5.2	Identificação de colonialidades, gnosos liminares e giros decoloniais.....	148
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
	REFERÊNCIAS	157

1 INTRODUÇÃO

Os países que foram colonizados pelas potências europeias já foram chamados de Subdesenvolvidos, de Terceiro Mundo e atualmente o termo que tem sido mais comum é Sul Global. Esta evolução em busca do termo mais adequado reflete uma história de considerações acerca do desenvolvimento de tais países após o final da colonização. Apesar de ser algo muito criticado, considerar estes países como atrasados dentro de uma visão linear de desenvolvimento continua sendo o que orienta boa parte das práticas de desenvolvimento (AMIN, 1976; SANTOS, 2005). Num contexto de Guerra Fria, onde haviam dois grandes blocos que representavam dois modelos econômicos diferentes (capitalismo e socialismo, chamados respectivamente de Primeiro e Segundo Mundos), surge então um novo conceito, para aqueles países que se encontravam atrás destes dois, isto é, o Terceiro Mundo. Mas este conceito traz uma noção de hierarquização através de um julgamento de valor, o que torna também inadequado para o pensamento científico, ainda que seja amplamente usado. A ideia do Sul Global vem, portanto, tentar minimizar estas inadequações, unindo vários países e regiões que foram colonizados e hoje enfrentam condições materiais inferiores a aquelas do “Norte Global”, assim como busca também incluir neste “Sul” os imigrantes, refugiados, minorias étnicas e outros grupos oprimidos pelo projeto colonial e imperial do “Norte Global” (SANTOS, Boaventura, 2012). Boaventura de Sousa Santos define Sul Global da seguinte maneira:

O Sul Global não é, portanto, um conceito geográfico, ainda que a maior parte destas populações vivam em países do hemisfério Sul. O Sul aqui é, ao contrário, uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo e pelo colonialismo a nível global, e uma metáfora também da resistência para superar ou minimizar este sofrimento. É, assim, o Sul anticolonialista, anticapitalista e anti-imperialista. É um Sul que existe também no Norte global, na forma dos excluídos, das populações silenciadas e marginalizadas, assim como os imigrantes sem documentos, os desempregados, as minorias étnicas e religiosas, as vítimas do sexismo, da homofobia e do racismo. (SANTOS, Boaventura, 2012, p. 51, tradução nossa¹)

Praticamente todo o mundo colonizado conseguiu sua independência ao longo dos séculos XIX e XX, cada qual à sua maneira, ora com grandes lutas e mobilizações, ora através

¹ The global South is thus not a geographical concept, even though the great majority of these populations live in countries of the Southern hemisphere. The South is here rather a metaphor of the human suffering caused by capitalism and colonialism at the global level, and a metaphor as well of the resistance to overcome or minimise such suffering. It is, therefore, an anticapitalist, anti-colonialist, and anti-imperialist South. It is a South that also exists in the global North, in the form of excluded, silenced and marginalised populations, such as undocumented immigrants, the unemployed, ethnic or religious minorities, and victims of sexism, homophobia and racism.

de acordos de elites. Isto leva a pensar que agora estes povos estão livres para escolher, soberanamente, seus destinos na política e na economia, configurando uma sociedade de acordo com a cultura local. Entretanto, não foi isso o observado. A política continuava profundamente dependente das ex-metrópoles, as companhias estrangeiras continuaram tendo um papel de predominância nas economias destes países e as culturas foram amplamente influenciadas pelo pensamento ocidental. Assim, por mais que a independência política tenha ocorrido, a experiência colonial seguiu afetando profundamente a vida destes povos (AMIN, 2011; CARDOSO, FALETTTO, 2004; FREUND, 1984; PATNAIK, 1995).

A ideia do pós-colonial, neste contexto, possui dois diferentes entendimentos: primeiro, no sentido de “depois do colonial”, ou seja, sobre o que é aquele contexto enquanto realidade após o fim oficial da colonização. Segundo, no sentido de “além do colonial”, leva a pensar de maneira mais crítica como superar a colonização enquanto experiência que deixou marcas profundas naquele país, chamadas de colonialidades pelos teóricos decoloniais (MIGNOLO, 2007; QUIJANO, 2005). Assim, um estudo sobre o desenvolvimento de um país do Sul Global deve considerar tanto a realidade do mesmo no momento seguinte à colonização quanto considerar as aspirações, projetos e utopias para superar uma experiência de opressão e exploração.

É a partir desta reflexão que este trabalho se sustenta: entender como alguns países do Sul Global buscam alternativas ao modelo de desenvolvimento ocidental ao incorporar elementos de suas ancestralidades em seus projetos políticos e econômicos. Claramente, ancestralidade não se encontra aqui como algo inferior, arcaico ou atrasado, mas como o conjunto de ontologias e epistemologias atingidas e destruídas pela colonização. Recuperar a ancestralidade, portanto, é se reconhecer enquanto povo único, diverso, que deve olhar para o seu futuro considerando o que construíram ao longo de séculos, não caindo na ilusão de voltar no tempo, mas tampouco aceitando passivamente a imposição material e intelectual das ex-metrópoles. Estes valores, ideias e filosofias ancestrais podem ser entendidos tanto como Epistemologias do Sul (SANTOS, 2008; 2012) quanto como gnose (MUDIMBE, 1988).

Num primeiro momento, pode parecer ingênuo pensar num modo de desenvolver um povo a partir de suas ancestralidades, ignorando benesses do capitalismo global contemporâneo, como o avanço tecnológico, a melhoria das condições de saúde, a redução da pobreza e a oferta abundante de alimentos. Entretanto, também o Norte Global começa a sentir impactos negativos e possivelmente irreversíveis deste modelo econômico. Problemas ambientais têm se tornado cada vez mais sérios, exigindo uma mudança de modelo que considere indústrias menos poluentes, geração de energia a partir de fontes renováveis e substituição de matérias-primas

cada vez mais raras (WACKERNAGEL, REES, 1996). Além disso, este esgotamento se dá principalmente por causa do grande consumo dos países ricos. A promessa de que países pobres poderão se enriquecer não pode, portanto, ser cumprida, uma vez que demandaria muito mais recursos naturais. Para completar o cenário, a financeirização do capitalismo global também tem sido uma questão preocupante, com crises econômicas constantes geradas por um intenso mercado globalizado que compra e vende papéis a partir de expectativas, promessas e boatos, como visto na crise de 2008 (EICHENGREEN, 2011; GOWAN 2003; 2009; HELLEINER, 1995). Assim, pensar alternativas ao modelo hegemônico não é só importante para os países do Sul em termos culturais, mas é uma necessidade para todos em termos econômicos, sociais, políticos e ambientais. Olhar para as ancestralidades é permitir identificar elementos, costumes e ideias abandonados ou proibidos, mas que podem ser partes de uma solução para os problemas atuais.

O objetivo geral do trabalho, neste contexto, é analisar casos de países que, em algum momento após a colonização, buscaram modelos alternativos de desenvolvimento inspirados em suas ancestralidades, de modo a compreender suas potencialidades e limites enquanto alternativas concretas desocidentalizantes. Para isto, o trabalho se desenvolve em quatro etapas que correspondem aos quatro objetivos específicos e aos quatro capítulos da dissertação. O primeiro capítulo busca sistematizar conceitos e teorias que permitam uma leitura decolonial dos fenômenos estudados através de três momentos de reflexão, isto é, a dependência, o desenvolvimento e a decolonização. O segundo capítulo busca identificar os principais elementos na história dos países estudados que representam os contextos ancestrais, o passado colonial e o contexto pós-colonial. O terceiro objetiva estruturar os projetos estudados em três partes: primeiro com a idealização das propostas, segundo com a execução de políticas em diversas áreas e, finalmente, com a avaliação destes projetos ao identificar como estes países buscam novos meios de compreender o que é ou não desejável. O quarto e último capítulo almeja analisar comparativamente os casos de modo a identificar tendências em comum, particularidades e conquistas ou limites em termos de decolonização do desenvolvimento.

2 EM BUSCA DE UM PENSAMENTO DECOLONIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A disciplina de Relações Internacionais (RI) está paralisada por uma relativa incapacidade de falar sobre a situação do Terceiro Mundo – os danos feitos através da conquista e do colonialismo e a justiça das suas demandas. (INAYATULLAH, BLANEY, 2004, p. 1, tradução nossa²)

As principais teorias de Relações Internacionais possuem, apesar de suas diferenças e debates, aspectos em comum: quase sempre surgem de autores ocidentais e homens. Podemos pensar em Robert Keohane, Hedley Bull, Kenneth Waltz, Joseph Nye, Barry Buzan, Robert Cox e John Mearsheimer como alguns dos principais exemplos. O problema decorrente desta constatação é que isso nos leva a ter uma diversidade teórica dentro da área que pouco reflete a diversidade da realidade observada. Isto é, as preocupações teóricas vão ser sempre a partir das grandes potências, sobre as grandes potências, para as grandes potências. E, claramente, a maioria dos países não são grandes potências. Tampouco a maioria das pessoas que estudam Relações Internacionais são homens ocidentais.

A epígrafe deste capítulo vai de encontro a este problema. Teorias feitas por pesquisadores e professores dos países do Norte Global não são capazes de entender a situação do Sul Global, as violências sofridas por séculos e as demandas destes povos. O Eurocentrismo, como percebido por Hobson (2012), permeia todo o pensamento produzido pela civilização Ocidental, portanto também a disciplina de Relações Internacionais. Como ele explica,

[A] teoria internacional não explica muito a política internacional de uma maneira objetiva, positivista e universalista, mas busca, ao contrário, celebrar provincianamente e defender ou promover o Ocidente enquanto o sujeito proativo da política mundial, assim como o ideal ou maior referente normativo da mesma. (HOBSON, 2012, p. 1, tradução nossa³)

Neste sentido, é válida a problematização que Hobson (2012) faz sobre o que ele chama de mito da soberania/anarquia. Ele argumenta que a teoria internacional racista, imperialista e

² The discipline of international relations (IR) is hamstrung by a relative incapacity to speak about ‘the situation of the Third World – the injuries done to it through conquest and colonialism and the justice of its demands

³ International theory does not so much explain international politics in an objective, positivist and universalist manner but seeks, rather, to parochially celebrate and defend or promote the West as the proactive subject of, and as the highest or ideal normative referent in, world politics.

eurocêntrica avança em uma concepção de “hierarquia formal” que dá uma hiper-soberania aos Estados Ocidentais enquanto, ou nega a soberania, ou garante uma “soberania condicionada” na medida em que outros países atingem algumas condições “civilizadas” (HOBSON, 2012, p. 19). Em outra problematização, Bartelson (2015) traz uma genealogia do conceito de “sociedade” nas Relações Internacionais, mostrando que este conceito é útil para separar os domínios social e natural, entre o homem e o mundo, para se referir a uma ordem pré-política anterior a qualquer estrutura de autoridade criada e para trazer conotações de homogeneidade e de união que, quando usada de maneira acrítica na teoria internacional, tende a sobrepor tais características a qualquer associação humana, independentemente de suas autodescrições, o que é particularmente problemático quando “agrupa diferentes formas de associação humanas através de uma variedade de contextos históricos e culturais, minimizando as diferenças históricas e culturais” (BARTELSON, 2015, p. 3, tradução nossa⁴)

Surge, portanto, a necessidade de maior diversidade no estudo de teorias de Relações Internacionais, não somente considerando um maior cuidado com o que é estudado, mas considerando também quem escreve e quem é lido. Este movimento questiona as bases conceituais sobre as quais a área é construída e problematiza a própria divisão do conhecimento científico em departamentos, o que nos leva a uma reconstrução do entendimento teórico de Relações Internacionais que traga contribuições de todos os gêneros, de qualquer região do mundo e de qualquer departamento. Portanto, o exercício feito em construir uma teoria menos ocidentalizada vai ser nulo se não tiver como ressalva que a pluralidade é condição *sine qua non* para se pensar em pós-colonialismo.

Assim, os estudos pós-coloniais, trazendo ao diálogo várias áreas do conhecimento e pessoas com diferentes experiências, podem ser definidos como

Um conjunto de correntes teóricas e analíticas, firmemente enraizadas nos estudos culturais, mas também presentes hoje em todas as ciências sociais, compartilhando uma importante característica: no seu entendimento do mundo contemporâneo, eles todos privilegiam, em nível teórico e político, as relações desiguais entre o Norte e o Sul. Tais relações foram historicamente constituídas pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não trouxe consigo o fim do colonialismo enquanto relação social, ou seja, como uma mentalidade autoritária e discriminatória e forma de sociabilidade (SANTOS apud SANTOS, NUNES, MENESES, 2008, p. xxxiv, tradução nossa⁵)

⁴ Subsume different forms of human association across a variety of historical and cultural contexts, downplaying cultural and historical differences.

⁵ A set of theoretical and analytical currents, firmly rooted in cultural studies but also present today in all the social sciences, sharing an important feature: in their understanding of the contemporary world, they all privilege, at the theoretical and political level, the unequal relations between the North and the South. Such relations were historically constituted by colonialism, and the end of colonialism as a political relation did not carry with itself

O próprio termo “pós-colonialismo”, entretanto, é incoerente em si. Apesar de haver entre os pós-coloniais o desejo de superar a experiência de colonização europeia e o imperialismo dos Estados Unidos, rompendo com binarismos criados pelo historicismo ocidental (eu-outro, metrópole-colônia, centro-periferia), o “pós-colonialismo” cria mais uma oposição binária, entre colonial e pós-colonial (MCCLINTOCK, 1992, p. 85). Além disso, o termo ainda reduz as culturas dos povos a um papel cronológico que precede a época colonial, o que acaba subordinando a diversidade cultural à linearidade do tempo europeu (MCCLINTOCK, 1992, p. 86).

Percebe-se então que o pós-colonial é em si já algo contraditório. Kwame Anthony Appiah, citado por Sankaran Krishna (1993) apresenta uma definição irônica do pós-colonialismo, que é marcado pela

Condição do que podemos chamar, sem generosidade, de intelligentsia do *comprador*: um grupo de escritores e pensadores relativamente pequeno, de estilo Ocidental, treinados no Ocidente, que mediam o comércio em commodities culturais do capitalismo mundial da periferia (APPIAH apud KRISHNA, 1993, tradução nossa⁶).

Não obstante estas ressalvas, é importante destacar as teorias de Relações Internacionais fora do Ocidente para evitar que mais artigos como o de Acharya e Buzan (2007) sejam necessários, uma vez que estes autores provocam uma reflexão importante sobre a ausência de teorias não-ocidentais de Relações Internacionais (RI). Apesar de no título (*Why is there no non-Western International Relations Theory? An Introduction*) eles pressuporem a inexistência de uma teoria de RI não-ocidental, ao longo do texto eles reconhecem que não trata-se disso, mas na verdade de estarem escondidas tais contribuições do *mainstream* da área. Eles lembram Cox quando dizem que “Teoria é sempre *para* alguém e *para* algum propósito” (COX apud ACHARYA, BUZAN, 2007, p. 289, tradução nossa⁷). Os autores afirmam que por mais que as teorias tradicionais de RI busquem parecer neutras, elas transmitem uma visão do que o mundo parece ser (como no realismo, pluralistas da Escola Inglesa) ou do que deveria parecer, como é o caso do Liberalismo, Marxismo, teoria crítica e solidaristas da Escola Inglesa (ACHARYA, BUZAN, 2007). Isso reforça a necessidade de colocarmos à luz teorias não-ocidentais,

the end of colonialism as a social relation, that is to say, as an authoritarian and discriminatory mentality and form of sociability.

⁶ The condition of what we might ungenerously call a *comprador* intelligentsia: a relatively small, Western-style, Western-trained group of writers and thinkers, who mediate the trade in cultural commodities of world capitalism at the periphery.

⁷ Theory is always *for* someone and *for* some purpose.

pensadores de países que foram colonizados, que não compartilham da mesma matriz intelectual, mas cujas contribuições permitem um diálogo a nível acadêmico.

Um modo útil de entender o pós-colonialismo é como faz Ballestrin (2014) ao agrupar em três principais movimentos:

QUADRO 1 – Três versões do pós-colonialismo

Versões	Contexto histórico	Expoentes	Temas	Influência
Anti-colonial	1960' – Libertação, descolonização e revolução do Terceiro Mundo	Cesáire, Fanon, Guevara, Cabral, Memmi	Racismo; Negritude; Colonizado; Colonizador	Marxismo revolucionário; psicanálise; pan-africanismo; pensamento afro-diaspórico.
Pós-colonial	1980' – Globalização e pós-modernidade	Said, Spivak, Gilroy, Hall, Bhabha	Subalternismo; Orientalismo; Feminismo do Terceiro Mundo; Diáspora; Hibridismo. Diferença	Estudos Subalternos Indianos; Estudos Culturais; Pós-estruturalismo/fundacionalismo; Desconstrutivismo; Pós-modernidade.
De-colonial	2000' – Pós-neoliberalismo na América Latina	Mignolo, Walsh, Grosfóguel, Castro-Gómez, Maldonado-Torres, Escobar, Palermo, Lugones	Colonialidade/Modernidade; Eurocentrismo; Geopolítica do conhecimento	Pensamento latino-americano; Filosofia da Libertação; Teoria da Dependência; Teoria do Sistema-Mundo; Grupos Indiano e Latino-americano de Estudos Subalternos; Filosofia afro-caribenha; Feminismo latino-americano; Marxismo periférico.

Fonte: Ballestrin (2014, p. 7-8)

De modo breve, percebe-se que o primeiro movimento que pode ser considerado pós-colonial era ligado aos movimentos de independência de colônias na África e Ásia principalmente. A descolonização era, neste contexto, sobretudo política, no sentido de romper a relação de dominação que havia em relação aos colonizadores, o que ajuda a entender a importância de uma lógica marxista para se pensar a luta entre dois grupos, um dominado e outro dominante (colonizado x colonizador respectivamente). É possível entender aqui “pós-colonial” num sentido temporal, como o que sucede ao colonial em um momento posterior.

Percebe-se como uma grande mudança no segundo movimento a incorporação de conceitos pós-estruturalistas, o que dá grande centralidade a argumentos relacionados à relação entre poder e discurso, às construções discursivas da realidade, à desconstrução, aos lócus de enunciação, dentre outros. As leituras passam a ser menos binárias e mais complexas, criando uma multiplicidade de problematizações relacionadas a cultura, classe, raça, gênero, etnia, o que rompe com lógicas duais e cria uma visão de mundo pós-colonial mais híbrida.

A terceira versão do pós-colonialismo segundo Ballestrin (2014) se inspira nos Estudos Subalternos indianos, mas busca reflexões com lócus de enunciação na América Latina, o que justifica a quase totalidade dos autores serem desta região. Entretanto, Grosfoguel (2007) explica que muitos pesquisadores do grupo produziam estudos sobre os subalternos ao invés de estudos com os subalternos e a partir de uma perspectiva subalterna, o que os aproximava mais dos *Area Studies* comuns nos Estados Unidos, de modo que os mais radicais sentiam “a necessidade de transcender epistemologicamente, descolonizar o cânone e a epistemologia ocidentais” (GROSFOGUEL, 2007, p. 211, tradução nossa⁸). Grosfoguel apresenta também como segundo ponto que levou ao fim deste grupo o privilégio epistêmico que era dado a Foucault, Derrida, Gramsci e Guha, o que levava à incoerência de um grupo que se propõe a produzir estudos subalternos privilegiar pensadores ocidentais (à exceção de Guha, que nasceu na colônia britânica da Índia, num distrito atualmente pertencente a Bangladesh). Surgiu assim em 1998 o Grupo Modernidade/Colonialidade, com alguns membros do grupo anterior, mas que agora buscava uma ruptura também de ordem epistêmica. Escobar inclui na genealogia de pensamento do grupo:

A Teologia da Libertação desde os anos sessenta e setenta; os debates na filosofia e ciência social latino-americana sobre noções como filosofia da libertação e uma ciência social autônoma (por exemplo, Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates na América Latina sobre a modernidade e pós-modernidade dos anos oitenta, seguidos pelas discussões sobre hibridismo na antropologia, na comunicação e nos estudos culturais nos anos noventa; e, nos Estados Unidos, o grupo latino-americano de estudos subalternos. O grupo modernidade/colonialidade encontrou inspiração em um amplo número de fontes, desde as teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade até o grupo sul-asiático de estudos subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana; do mesmo modo, muitos de seus membros operaram em uma perspectiva modificada de sistema-mundo. Sua principal força orientadora, no entanto, é uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos (ESCOBAR, 2003, p.53, tradução nossa⁹).

⁸ The need to epistemologically transcend, decolonize the Western canon and epistemology.

⁹ la Teología de la Liberación desde los sesenta y setenta; los debates en la filosofía y ciencia social latino-americana sobre nociones como filosofía de la liberación y una ciencia social autónoma (e.g., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro); la teoría de la dependencia; los

É esta terceira versão do pós-colonialismo, que Ballestrin (2014) chama de decolonial¹⁰, que mais vai embasar a construção teórica para este trabalho. Apesar de sustentar, não se limitará a estes autores, mas se abrirá também a outras contribuições que coadunem com o que é argumentado de modo a aproximar este pensamento das Relações Internacionais e dos Estudos de Desenvolvimento. Assim, a construção teórica decolonial desta pesquisa vai se dividir em três partes, apresentadas nas seções seguintes: a Dependência, o Desenvolvimento e a Decolonização.

2.1 A Dependência (para além da dependência material)

O tema da dependência dos países do Sul Global em relação aos países do Norte já foi bastante discutido, seja por teóricos da CEPAL com a Teoria da Dependência, por teóricos como Andre Gunder Frank e Immanuel Wallerstein ao refletir sobre a divisão do trabalho no sistema-mundo capitalista enquanto centro e periferia (e semi-periferia) e até mesmo por teóricos tradicionais das Relações Internacionais como Robert Keohane ao pensar o papel referente aos países pequenos e relativamente mais fracos dentro do sistema internacional (1969), e ele com Joseph Nye ao discutir a questão da vulnerabilidade, entendida enquanto suscetibilidade do ator de sofrer custos impostos por eventos externos, o que segundo eles ajuda a entender a estrutura política dos relacionamentos de interdependência e, logo, a determinar quais atores vão definir as regras do jogo (KEOHANE, NYE, 2001).

Gunder Frank (1972), ao falar ao que se deve o subdesenvolvimento chileno aponta contradições internas do capitalismo que podem em certa medida ser entendidas para outros contextos do Sul Global enquanto geradores de dependência. São elas:

Extorsão do excedente econômico para o maior número e apropriação deste excedente por uma minoria; polarização do sistema capitalista em centro metropolitano e

debates en Latinoamérica sobre la modernidad y postmodernidad de los ochenta, seguidos por las discusiones sobre hibridez en antropología, comunicación y en los estudios culturales en los noventa; y, en los Estados Unidos, el grupo latinoamericano de estudios subalternos. El grupo de modernidad/colonialidad ha encontrado inspiración en un amplio número de fuentes, desde las teorías críticas europeas y norteamericanas de la modernidad, hasta el grupo surasiático de estudios subalternos, la teoría feminista chicana, la teoría postcolonial y la filosofía africana; así mismo, muchos de sus miembros han operado en una perspectiva modificada de sistemas mundo. Su principal fuerza orientadora, sin embargo, es una reflexión continuada sobre la realidad cultural y política latinoamericana, incluyendo el conocimiento subalternizado de los grupos explotados y oprimidos.

¹⁰ É importante ressaltar uma diferença no modo de escrever a palavra decolonial, como destacou Walsh (Ballestrin, 2013). Descolonização com a letra -s se refere às lutas por libertação nacional durante a Guerra Fria. Já decolonização sem a letra -s indica o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade, diferenciando-se também do projeto pós-colonial. Ballestrin indica também que este mesmo argumento vai levar à preferência da palavra “libertação” em detrimento de “emancipação”, que ainda estaria comprometida com a modernidade ao ser ligada fortemente à Escola de Frankfurt (Ballestrin, 2013, p. 108).

periferia satélite; manutenção da estrutura fundamental do sistema capitalista através da história de sua expansão e de sua transformação devido à persistência ou à recriação destas contradições em todos os lugares e em todos os tempos. (FRANK, 1972, p. 18-19, tradução nossa¹¹)

Por sua vez, Immanuel Wallerstein (2004) é um autor que ajuda a ver a dimensão mais “marxista” do pós-colonialismo. Enquanto o pensamento de Marx não problematiza a relação dos países europeus com outras regiões do mundo, Wallerstein na sua teoria do sistema-mundo moderno enquanto uma economia-mundo capitalista deixa claro a divisão entre centro e periferia ao considerar os tipos de produção que serão característicos de cada um. A clássica divisão marxista entre burguesia e proletariado então é transportada para o nível internacional, uma vez que a divisão do trabalho é estabelecida através dos vínculos coloniais criados entre os países centrais (agora, ex-metrópoles) e os países periféricos (ex-colônias). A contribuição da teoria do sistema-mundo de Wallerstein se dá no sentido de entender sob qual estrutura internacional se dá a relação entre centro e periferia, que não é neutra como pode dar a entender uma leitura de anarquia enquanto algo que condiciona igualmente as unidades do sistema, isto é, os Estados.

A teoria da Dependência, que contou com grande participação de pesquisadores da CEPAL, vai promover discussões sobre o modo de inserção internacional dos países do Terceiro Mundo, em particular pelos vínculos de dependência colonial. Ainda que se tornem países independentes das metrópoles, a dependência em termos econômicos não é tão simplesmente encerrada.

Ao promover considerações sociológicas e históricas, Cardoso e Faletto problematizam a ideia de subdesenvolvimento como fruto de uma relação entre sociedades de centro e de periferia dentro de um sistema global que estabelece posições distintas no processo produtivo do sistema capitalista. Subdesenvolvido, assim, em termos econômicos, é um sistema de prevalência do setor primário, forte concentração da renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno (CARDOSO, FALETTTO, 2004, p. 39). Mas para além das características estruturais das economias subdesenvolvidas, os autores reconhecem a dimensão histórica que permite entender de que maneira foi dada a vinculação com o mercado mundial e as relações dos grupos sociais internos voltadas para o exterior. Desta maneira, os autores defendem o esquema de economias centrais

¹¹ Extorsion du surplus économique au plus grand nombre et appropriation de ce surplus par une minorité ; polarisation du système capitaliste en centre métropolitain et périphérie satellisée ; maintien de la structure fondamentale du système capitaliste à travers l’histoire de son expansion et de sa transformation du fait de la persistance ou de la re-création de ces contradictions en tous lieux et en tous temps.

e economias periféricas como mais rico de significado do que o esquema de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Ainda para complementar o entendimento da situação de dependência de países do Sul, os autores somam às dimensões econômica e histórica a dimensão sociológica, ao incorporar a atuação das forças, grupos e instituições sociais na análise do desenvolvimento (CARDOSO, FALETTTO, 2004, p. 43).

O conceito de “subdesenvolvimento nacional” é interessante na medida em que considera parte do interesse nacional as vinculações de subordinação ao exterior por parte de grupos sociais internos. Segundo Cardoso e Faletto,

A dependência encontra assim não só “expressão” interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. (CARDOSO, FALETTTO, 2004, p. 44)

Deste entendimento de dependência ligada por classes e grupos deriva-se o pensamento de que o Estado de um país do Sul, subdesenvolvido e periférico vai induzir sua modernização através da industrialização de diferentes maneiras a partir de diferentes modos pelos quais a sociedade nacional está organizada. Não se trata, assim, de participação exclusiva ou ausência, mas de modelos híbridos de duplo movimento convergente envolvendo tanto o Estado como indutor da industrialização quanto o setor privado que se expande e se constitui enquanto burguesia industrial, criando novas áreas de investimento (CARDOSO, FALETTTO, p. 122).

A industrialização, para os autores, pode então ser entendida de três maneiras, a depender do papel do Estado e do setor privado em cada caso. Primeiro, como industrialização “liberal”, orientada e conduzida diretamente pelos setores empresariais privados, que depende de um setor agroexportador forte para financiar os investimentos do setor industrial. Segundo, como industrialização “nacional-populista”, orientada pela vontade política de forças sociais vinculadas ao Estado e pelo setor agroexportador-importador, de modo que ambos compartilham a condução do processo de desenvolvimento. Por fim, como industrialização orientada por um “Estado desenvolvimentista”, que pouco pode contar com o capital acumulado do setor interno, o que leva o Estado a agir de modo a reorientar os investimentos e fixar as bases da economia industrial. (CARDOSO, FALETTTO, 2004, p. 127). Percebe-se, portanto, uma variação de um modelo no qual o setor privado é mais forte e, portanto, mais capaz de financiar a modernização por conta própria, até outro em que sua debilidade força o Estado a agir ativamente para evitar um aumento na situação de atraso relativo em termos industriais.

Enquanto nos países europeus a industrialização foi financiada graças ao processo de acumulação primitiva, nos países latino-americanos (e periféricos como um todo) o mesmo já não se faz com tanta facilidade. Segundo Tavares (2000), o setor exportador de produtos primários centralizava praticamente todo o crescimento econômico, condicionando assim o desempenho comercial do país às tendências dos mercados do Centro. Em termos de divisão internacional do trabalho, é evidente, assim, o papel da periferia como mero produtor a baixo custo de produtos primários aos países centrais, enquanto estes não possuíam divisão em suas produções entre o que se destinava para os mercados interno e externo. Nos países periféricos, o setor interno era pouco produtivo e de subsistência e o setor externo, apesar de produtivo e de alta rentabilidade, gerava alta concentração de propriedade dos recursos naturais e de capital, o que aumentava a desigualdade nestes países (TAVARES, 2000, p. 222). Neste contexto, foi proposta uma mudança de modelo através da ação do Estado com a industrialização por substituição de importações (ISI). O fundamento de tal ideia vem da perspectiva cepalina da Teoria da Dependência e está no fato de que, se o crescimento econômico depende da balança comercial superavitária, a economia periférica precisa então aumentar o valor agregado de suas exportações, evitar importar produtos que são produzidos nacionalmente e promover a importação de máquinas e equipamentos que vão permitir a industrialização do país. A ISI promoveu diversificação da estrutura produtiva, diminuindo a sensibilidade dos países periféricos às variações do comércio global, mas não foi capaz de diminuir a distância tecnológica relativa entre países do Centro e da Periferia. Isto significa que a promessa do desenvolvimento pela modernização não se concretiza de maneira igual para todos, mas vai depender da posição relativa e histórica de cada país dentro do sistema econômico internacional.

Em linha argumentativa próxima, Bill Freund (1984) apresenta questões internas aos países africanos para pensar os problemas do desenvolvimento. Segundo ele, o colonialismo destruiu o ritmo de vida econômica e social pré-capitalista sem plenamente avançar com um processo novo e autossustentado de acumulação, graças à comoditização da agricultura no capitalismo da África colonial. E mesmo após o fim do colonialismo, os novos Estados africanos seguiam submetidos às práticas de dominação das potências coloniais, situação chamada por Freund de neocolonialismo. Esta manutenção da dependência pode ser entendida, por exemplo, ao entender as classes dominantes dos países africanos como agentes do capital Ocidental, em poder para executar suas demandas tanto quanto o fazia outrora o oficialismo colonial (FREUND, 1984, p. 241).

Sobre as contradições do capitalismo na África, Freund aponta duas principais causas fortemente interconectadas: o relacionamento problemático do Estado com as massas e a deterioração das economias da maior parte dos países africanos. Em relação ao primeiro fator, as classes dominantes agem de modo patrimonialista, apropriando-se do Estado para ganhos privados, o que evidencia uma contradição entre Estado e sociedade. Destaca-se na questão da deterioração econômica o fato de que, uma vez que o capitalismo funciona enquanto um processo de crescimento econômico, os Estados africanos pouco interferem para evitar a expropriação de recursos da massa de produtores, além de incentivar a comoditização por ricos camponeses auxiliados pelo Banco Mundial a desenvolver o capitalismo agrícola.

É interessante considerar que, mesmo relevando o fato de que o desenvolvimento capitalista é eurocêntrico e relevando as especificidades da construção dos Estados e sociedades africanos pós-coloniais, ainda assim não seria possível superar o vínculo de dependência. Como escreve Patnaik (1995), a burguesia dos países periféricos encontra problemas que as burguesias dos países centrais não enfrentaram, de modo que a inexistência de novas colônias para serem adquiridas, assim como mudanças políticas no sistema capitalista, inviabilizam que os países colonizados tenham sucesso em reproduzir as etapas do desenvolvimento capitalista. Não se trata, assim, de não integração destes países ao modelo capitalista globalizado, mas de estarem inseridos em baixa posição dentro da ordem global hierárquica (AMIN, 2011).

Patnaik (1995) lembra que a situação de subdesenvolvimento, apesar de ser tratada como fenômeno essencialmente interno em teorias não marxistas, é gerada por duas características de tais países: a integração ao sistema de mercado enquanto produtores primários e a existência de grande excedente populacional. Assim, Patnaik defende a existência de um Estado ativo que evite conscientemente a geração do subdesenvolvimento enquanto consequência natural do desenvolvimento capitalista. Seu argumento é que na ausência de tal Estado, o capitalismo vai necessariamente gerar desigualdades e, logo, subdesenvolvimento. Amin (1976) parece ser mais radical na medida em que vê como única possibilidade para superação da relação de dependência a ruptura com a economia global, em um processo longo e que imporá dificuldades durante a transição para um novo cenário no qual o mundo seria mais igualitário e no qual a europeização não fosse a única alternativa para os países do Sul.

Todas estas leituras dependentistas, cepalinas ou marxistas mostram como a questão da dependência nos países periféricos é profunda e, ainda hoje, mal resolvida. Se trata de uma série de problemas envolvendo questões políticas e econômicas ao longo da história destes países. O que, entretanto, pode ser notado, é a grande ausência de elementos não-materiais de dependência. Afinal, o processo de dominação colonial não se bastou de elementos materiais

para se manter, mas precisou convencer e obrigar negros e indígenas. Neste sentido autores pós-coloniais da vertente decolonial podem trazer contribuições importantes para se entender a dependência para além da dimensão material. Em particular, Aníbal Quijano e Walter Mignolo podem ajudar a ampliar o entendimento de dependência através do conceito de colonialidade.

Quijano é conhecido por ter desenvolvido o conceito de colonialidade do poder, que trata de entender como o passado colonial não é cancelado com a descolonização, mas se mantém, por exemplo, através das dívidas com as antigas metrópoles e com as relações de classes que seguem refletindo as relações coloniais de poder (QUIJANO, 2005). Apesar de parecer algo não tão descolado dos autores anteriores, seus diálogos com Walter Mignolo vão mostrar que a colonialidade é também do saber, levando à negação das culturas dominadas e ao controle por parte dos colonizadores não só da terra e do trabalho, mas também das noções de autoridade, de gênero e sexualidade e da subjetividade (MIGNOLO, 2007). A consciência destas esferas de poder leva a pensar que “o controle do conhecimento na Cristandade Ocidental pertenceu a homens ocidentais cristãos, o que significa que o mundo somente poderia ser concebido a partir da perspectiva de homens ocidentais cristãos” (MIGNOLO, 2007, p. 478, tradução nossa¹²).

Mignolo defende então que se o conhecimento está colonizado, a tarefa é decolonizar este conhecimento, o que vai muito além da descolonização política já ocorrida. Esta dupla dimensão da colonialidade, de modo material no exercício do poder através da política e economia e de modo intelectual no exercício do poder através da colonização dos saberes, começa a fazer um diálogo com nomes como Foucault, Deleuze e Derrida ao refletir ideias como o discurso enquanto elemento de poder, o papel do intelectual na construção do que é considerado conhecimento e na importância da desconstrução das ideias estabelecidas.

Grosfoguel (2007) destaca que a perspectiva da colonialidade do poder traz como novidade a ideia de que raça e racismo se tornaram princípios organizacionais que estruturam todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo. De fato, Quijano já alertava que se observamos

As linhas principais da exploração e da dominação social em escala global, as linhas matrizes do poder mundial atual, sua distribuição de recursos e de trabalho entre a população do mundo, é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados, são exatamente os membros das “raças”, das “etnias”, ou das “nações” em que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo

¹² The control of knowledge in Western Christendom belonged to Western Christian men, which meant the world would be conceived only from the perspective of Western Christian Men.

de formação deste poder mundial, desde a conquista da América em diante (QUIJANO, 1992, p. 12, tradução nossa¹³)

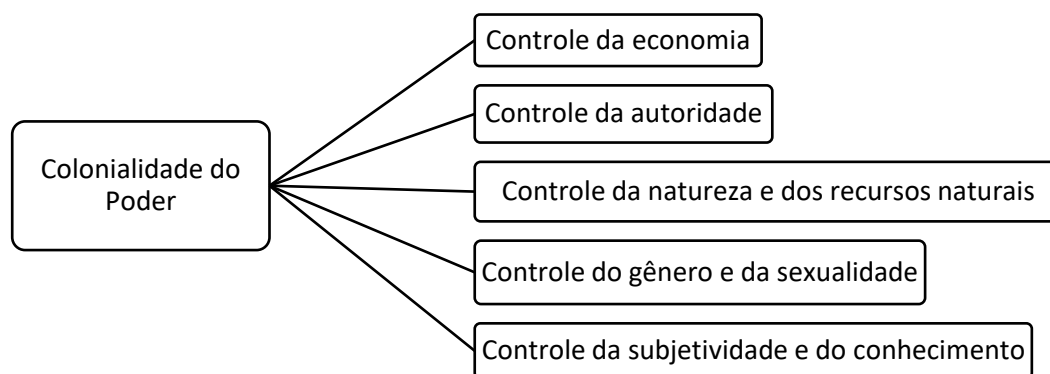
Estas ideias, como pode-se perceber, evidenciam uma noção de dependência que vai além de uma dominação dos meios de produção ou da administração colonial, mas que passa pela discriminação das populações através de novas categorizações que até então não faziam sentido.

Além disso, a ideia de colonialidade se difere em grande medida da ideia de colonialismo uma vez que ela atualiza as formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais para a contemporaneidade. Como afirma Grosfoguel:

As múltiplas e heterogêneas estruturas globais, implantadas durante um período de 450 anos, não se evaporaram juntamente com a descolonização jurídico-política da periferia ao longo dos últimos 50 anos. Continuamos a viver sob a mesma “matriz de poder colonial”. Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de “colonialismo global” para entrar num período de “colonialidade global”. Embora as “administrações coloniais” tenham sido quase todas erradicadas e grande parte da periferia se tenha organizado politicamente em Estados independentes, os povos não-europeus continuam a viver sob a rude exploração e dominação europeia/euro-americana. As antigas hierarquias coloniais, agrupadas na relação europeias versus não-europeias, continuam arreigadas e enredadas na “divisão internacional do trabalho” e na acumulação do capital à escala mundial (GROSFOGUEL, 2008, p. 126)

Mignolo (2010) fala de uma estrutura completa de níveis entrelaçados, como podemos ver na Figura 1:

FIGURA 1 – Matriz colonial do poder



Fonte: Ballestrin (2013, p. 101)

¹³ Las líneas principales de la explotación y de la dominación social a escala global, las líneas matrices del poder mundial actual, su distribución de recursos y de trabajo entre la población del mundo, es imposible no ver que la vasta mayoría de los explotados, de los dominados, de los discriminados, son exactamente los miembros de las “razas”, de las “etnias”, o de las “naciones” en que fueron categorizadas las poblaciones colonizadas, en el proceso de formación de ese poder mundial, desde la conquista de América en adelante.

A figura acima mostra que pensar em termos de colonialidade possui um ganho de potencial analítico em comparação a pensar em termos de dependência, uma vez que este segundo termo costuma ser entendido somente na dimensão política e econômica. Isto é, colonialidade é também o controle da economia por parte dos colonizadores (que depois passam a ser as elites econômicas dos países do Sul e do Norte). Mas a expansão do entendimento de dependência dos países do Sul Global em relação ao Norte Global se dá ao pensar a colonialidade do poder enquanto, também, controle da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade e da subjetividade e do conhecimento. Primeiro porque, ao buscar entender o controle sobre a natureza, poderá ser questionada não somente a posse e exploração dos recursos, mas a própria ideia de propriedade privada como entendida no mundo Ocidental e imposta ao resto do mundo através da exploração colonial. Segundo porque, ao questionar a origem dos padrões de gênero, percebe-se que também são ideias que, da maneira como estão, foram trazidas pelos colonizadores europeus, de modo que não somente o eurocentrismo era expandido, mas também o patriarcado medieval. Finalmente, pensar em termos de colonialidade nos permite chegar a questionar o controle da subjetividade e do conhecimento. Este é, dos controles assinalados por Mignolo (2010), aquele que vai mais ser discutido nesta pesquisa. Isto porque, dado que a principal ideia a ser questionada é a de desenvolvimento, é necessário entender quais outros entendimentos vindos de outras sabedorias poderiam ser consideradas enquanto “futuros desejáveis”, de modo a substituir a ideia de sociedade de consumo de massa apontada por Rostow (1978).

Pensar na perda do controle da própria subjetividade nos leva a Quijano (2005), quando ele explica a construção das ideias de europeu, de indígena e de negro enquanto resultado do processo colonial. Como ele explica, quando os espanhóis chegaram ao continente americano, encontraram uma grande diversidade de povos e, logo, de histórias, de línguas, de produtos culturais, de memórias e de identidades, como os astecas, os maias, os chimús, os aimarás, os incas, os chibchas, dentre outros (QUIJANO, 2005, p. 220-221). De maneira semelhante, uma grande diversidade foi conhecida na África: ashantis, iorubas, zulus, congos, bacongus, para citar os mesmos citados por Quijano. Entretanto, todo o processo colonial reduziu a diversidade americana à identidade de “índios”, assim como reduziu a diversidade africana a “negros”, o que levou a fazer sentido também a criação de “europeu” como identidade para se referir a uma raça que seria superior por ter dominado os outros povos. E não somente dominado, como a cultura europeia passa a ser a única considerada superior, a religião, o entendimento de tempo e espaço, quase tudo passa a ser determinado através desta dualidade entre “civilizado” e

“primitivo”. Perder o controle da subjetividade, portanto, é estar submetido a séculos de opressão, a séculos de dominação física e cultural. Percebe-se que a própria noção de história é deturpada, uma vez que estes povos americanos e africanos, apesar de serem contemporâneos aos europeus no século XVI, passam a ser associados a um passado pré-helênico. Cria-se, assim, uma linearidade que coloca os europeus à frente dos outros povos não-europeus, levando a uma percepção de que a Europa se havia auto-produzido enquanto civilização a partir de uma única fonte original, a Grécia (QUIJANO, 2005, p. 221). Entretanto, como também argumenta Gunder Frank, não há Europa sem América, nem América sem Europa, uma vez que a dominação ocidental não decorreu de um excepcionalismo europeu, mas do acúmulo de capital conseguido na América, com lucros aumentados graças à exploração da mão de obra escrava e com o próprio comércio de pessoas escravizadas, o que viabilizou a entrada dos europeus no comércio intra-asiático (GUNDER FRANK, 1998; QUIJANO, 2005).

Dado isso, é importante fazer um *mea culpa*: por um lado, percebe-se como o próprio vocabulário está colonizado. Palavras como “indígenas”, “negros”, “ancestralidades”, dentre outras, sempre acabam remetendo a esta colonialidade de controle da subjetividade. Por outro, este trabalho, ao se propor decolonial, busca romper com esta lógica. Mas, por maior que seja o esforço, ainda assim tantas vezes não será possível evitar palavras que permanecem reforçando os dualismos eurocêntricos. A própria palavra América para se referir ao continente demonstra a profundidade desta colonialidade linguística, uma vez que homenageamos Américo Vespúcio por ter feito parte da empresa colonial europeia sobre este continente. Portanto, o uso destas palavras não se dá acriticamente, mas reconhece que o texto se torna complicado demais ao ter que, subitamente, substituir todos os termos colonizantes.

Esta consciência de que a colonização trouxe como colonialidade não somente o controle material através da economia e da política, mas também o controle de dimensões mais subjetivas relativas aos indivíduos e povos dominados nos leva à ideia de colonialidade do saber. Isto é, se os indígenas e negros são povos inferiores, aos quais se consegue escravizar e se deve evangelizar, logo são inferiores também em termos cognitivos. Assim, se renega toda a sabedoria destes povos, assim como seus métodos de aprendizado e de acúmulo de conhecimento. A colonialidade do saber vai operar em diversos níveis, como o epistêmico, o filosófico, o científico e o linguístico (MIGNOLO, 2006, p. 13). E assim, afirma Mignolo sempre em diálogo com Quijano, surge um argumento com consequência natural: “se o

conhecimento está colonizado, uma das tarefas adiante é de-colonizar o conhecimento” (MIGNOLO, 2007, p. 451, tradução nossa¹⁴).

2.2 O Desenvolvimento (do *Entwicklung* ao *Maendeleo*)

Após entender que a colonização trouxe consigo uma profunda dependência que permanece através da colonialidade do poder tanto em termos materiais quanto em termos cognitivos, vamos entrar no segundo aspecto da discussão teórica, o desenvolvimento. Esta ideia, em termos simples, encerra o universal desejo de ir para uma situação futura melhor do que a situação atual. O que, entretanto, não é tão trivial, é que a ideia difundida de desenvolvimento dentro do sistema-mundo capitalista é elemento de colonialidade. Isto é, ao invés de cada povo determinar o que entender por futuro melhor, a ideia de desenvolvimento enquanto crescimento econômico, enquanto modernização industrial e enquanto sociedade de consumo de massa acaba sendo disseminada a praticamente todo o mundo através do processo de colonização e globalização, que neste sentido acaba sendo somente um eufemismo para colonialidade do poder. A ideia de desenvolvimento como conhecemos, em grande medida influenciada pelo *Entwicklung* de Schumpeter (1987), precisa, portanto, se de-colonizar, de modo a se aproximar de ideias que representem o que deve ser buscado em outras realidades, como ocorre na ideia de *Maendeleo* de Nyerere (1974), como veremos na seção sobre a construção da ideia de Ujamaa enquanto projeto político na Tanzânia.

A ideia de desenvolvimento no seu sentido mais amplamente difundido é embasada no entendimento de que o progresso se dá ao evoluir de uma comunidade tradicional para uma sociedade moderna. Durkheim, neste contexto, sugere uma tipologia dicotômica das sociedades baseada na diferença qualitativa dos vínculos sociais, partindo da solidariedade mecânica, de trabalhos semelhantes e indiferenciados, para a solidariedade orgânica, de trabalhos complementares e diversificados (SZTOMPKA, 1998, p. 187). Entende-se, então, que a história evolui da solidariedade mecânica, associada com uma sociedade tradicional e arcaica, para uma solidariedade orgânica, típica de uma sociedade moderna e de grande complexidade social. De maneira semelhante, Ferdinand Tönnies constrói os conceitos de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, que costumam ser traduzidos como “comunidade” e “sociedade” respectivamente. Segundo Tönnies, enquanto os contatos na comunidade são íntimos e familiares, na sociedade eles são impessoais e instrumentais, como podemos ver no quadro a seguir:

¹⁴ If knowledge is colonized one of the task ahead is to de-colonize knowledge.

QUADRO 2 – *Gemeinschaft* vs. *Gessellschaft*

Característica	<i>Gemeinschaft</i>	<i>Gessellschaft</i>
Relações sociais	Parentesco	Intercâmbio econômico
Instituições típicas	Família	Estado e economia
Imagem do indivíduo	Eu	Pessoa, cidadão
Forma da riqueza	Terra	Dinheiro
Tipo de direito	Direito familiar	Direito de contratos
Instituições centrais	Aldeia	Cidade
Controle social	Cultura e costumes populares, religião	Lei e opinião pública

Fonte: Sztompka (1998, p. 188)

Sztompka lembra que é importante considerar que Tönnies é um evolucionista que não vê a evolução como progresso, já que ela não leva ao aperfeiçoamento, mas à deterioração da condição humana (SZTOMPKA, 1998, p. 188).

Mas, além de ser somente um modo de entender a evolução da sociedade, desenvolvimento também deve ser entendido enquanto projeto político, particularmente defendido pelos Estados Unidos e os países do bloco capitalista durante a Guerra Fria. O projeto hegemônico dos Estados Unidos de Harry Truman no período seguinte à Segunda Guerra Mundial dividiu o mundo em níveis de desenvolvimento, de modo que as relações a partir de então estabelecidas entre “subdesenvolvidos” e “desenvolvidos” deveriam buscar ser de ajuda para viabilizar a prosperidade e a superação da condição de miséria e pobreza (SANTOS, 2005). O discurso de posse de Truman marcou, assim, um novo momento nas relações Norte-Sul, em que fica mais evidente a ideia de que os países vivem uma situação de hierarquia entre eles na qual alguns estão mais avançados e outros precisam ainda sair de uma situação de atraso para chegar ao mesmo estágio. Esta dualidade volta-se para a situação interna dos países, suas estruturas econômicas e as condições sociais e promove uma percepção etapista de mudança de realidade econômica e social. E estas etapas seriam as já vividas pelos países desenvolvidos, considerados mais adiantados neste processo, ou seja, partir de uma sociedade majoritariamente rural com limitada produção de alimentos, até uma sociedade de consumo de massa, na qual a escala de produção aumenta graças à industrialização, demandando relativamente pouca mão-de-obra no campo, garantindo oferta de alimentos a nível global, para populações agora urbanizadas em uma sociedade que se articula politicamente para gerar bem-estar (ROSTOW, 1978).

Rostow (1978) ao identificar etapas do processo de modernização deixa evidente que se trata de um projeto civilizatório ocidentalizante, uma vez que se pensa uma linearidade entre tradicional e moderno na qual os países que se industrializaram primeiro são vistos como modelos para qualquer outra realidade menos desenvolvida, desconsiderando elementos que podem fazer com que o modelo aplicado nos mesmos moldes não dê os mesmos resultados. Estes elementos não são periféricos. Pelo contrário, caracterizam fortemente o Estado, a sociedade e as condições ambientais nas quais o mercado vai existir. Este pensamento de modernidade de Rostow encontra fundamento sociológico em um diálogo com as ideias de evolucionismo clássico, como apresentado por Sztompka (1998).

A base da discussão sobre desenvolvimento na sociologia vem das ideias de mudança social, isto é, da busca por entender como uma sociedade muda sem se desintegrar. Neste contexto, a ideia de modernização tem sido amplamente difundida enquanto o processo de passagem de uma situação A, de uma sociedade com elementos tradicionais, para uma situação B, marcada pela substituição destes elementos, criando uma civilização mais avançada em termos tecnológicos e estruturais.

Muitos teóricos vão discorrer sobre esta mudança, como Norbert Elias (identidade nós para identidade eu), Ferdinand Tönnies (de comunidade a sociedade), Émile Durkheim (solidariedade mecânica para solidariedade orgânica) e Walt Rostow (sociedade tradicional para sociedade de consumo de massa). Estas perspectivas, apesar de guardarem diferenças entre si, encontram um problema semelhante: tratam a mudança social como um processo linear e homogêneo. Segundo Bendix (1996), são estudos de mudança social da modernização ocidental e, portanto, criam tipos ideais construídos nestas experiências históricas. Neste contexto, Bendix destaca que

Sequências de desenvolvimento também podem ser construídas em tipos ideais, e esses construtos podem ter um valor heurístico realmente considerável. Mas isso dá origem de modo particular ao perigo de que o tipo ideal e a realidade se confundam um com o outro. (WEBER apud BENDIX, 1996, p. 354)

De fato, o autor defende que a passagem do tradicional para o moderno na realidade não é algo entre dois momentos excludentes, mas algo mais misturado, na medida em que as sociedades se modernizam mantendo muitos elementos tradicionais. Então o equívoco da teoria de modernização homogênea reside numa confusão metodológica: as sociedades tradicional e moderna não são realidades empíricas, mas tipos ideais.

Esta questão traz, com a colaboração de Mahoney (2010), elementos que problematizam a incompatibilidade de se pensar a modernização fora do mundo Ocidental. Primeiro pela

questão do *timing* apresentada por Bendix¹⁵. Para ele, “por causa do timing e da sequência, a industrialização não pode ocorrer do mesmo modo duas vezes” (BENDIX, 1996, p. 370). Além disso, também deve ser lembrado que o próprio modelo de colonização gera impactos no modo de desenvolvimento de uma sociedade. Sobre os modelos de colonização, Mahoney desenvolve um quadro histórico-institucional para entender, seja o colonialismo em si, seja o desenvolvimento pós-colonial nas Américas, que consiste na interação entre duas variáveis principais: o nível de colonialismo no território (mais ou menos intenso) e a política econômica da nação europeia colonizadora (mercantilista ou liberal). O quadro a seguir ilustra melhor as políticas características de cada tipo:

QUADRO 3 – Tipos de políticas econômicas

	Mercantilista	Liberal
Orientação da acumulação	Promoção da autossuficiência econômica; consumo de curto prazo	Promoção das vantagens comparativas internacionais; investimento de longo prazo
Regulação do Estado	Mais restrições ao comércio, à propriedade e à participação econômica	Menos restrições ao comércio, à propriedade e à participação econômica
Estratificação do Sistema	Hierarquia de status; Elite patrimonial ligada ao estado	Estratificação em classes baseada no Mercado; elite capitalista

Fonte: Adaptado de Mahoney (2010, p. 21)

Mahoney escreve que em qualquer território colonizado, as causas do nível de colonialismo estão enraizadas na interação do tipo particular de sociedade europeia e o tipo particular de sociedade pré-colonial (MAHONEY, 2010, p. 24). Esta lógica endossa o pensamento de que a modernidade não é nem pode ser homogênea, mas fruto, dentre outros, das interações sociais ao longo da história entre colonizados e colonizadores.

A crítica de Bendix às concepções de modernidade enquanto algo homogêneo é importante na medida em que se passa a buscar um entendimento teórico de mudança social que reflita a heterogeneidade das modernidades sem que isto represente uma impossibilidade de generalizações. Neste contexto surge a importante colaboração de Eisenstadt (2000) sobre as múltiplas modernidades, que denota uma visão do mundo contemporâneo que vai contra as visões que prevalecem nos discursos acadêmicos e gerais. Além de ir contra as teorias clássicas de modernização, a crítica atinge também Marx, Durkheim e, em menor medida, Weber, uma vez que assumem que o programa cultural da modernidade como desenvolvido na Europa

¹⁵ Modernizar-se depois significa ter que diminuir o mais rapidamente possível a desigualdade. Gerschenkron acreditava que já conhecer o caminho dos primeiros permite tomar atalhos à “modernidade (BENDIX, 1996, p. 374). Entretanto, para pensar as sociedades pós-coloniais neste percurso, é válido lembrar da Teoria da Dependência que, tanto nas suas expressões cepalinas quanto marxistas, defende que a inserção internacional periférica nunca será superada, seja pelo atraso relativo em relação às economias centrais, seja através dos pactos entre elites que manterão esta estrutura desigual.

moderna, assim como a sua constelação institucional básica assume o controle em todas as sociedades modernas ao redor do mundo (EISENSTADT, 2000, p. 1). Segundo ele,

A ideia de múltiplas modernidades presume que o melhor caminho para entender o mundo contemporâneo – assim como para explicar a história da modernidade – é vê-lo como uma contínua constituição e reconstituição de uma multiplicidade de programas culturais (EISENSTADT, 2000, p. 2, tradução nossa¹⁶)

Neste sentido, ele afirma que a variedade de possíveis modernidades emerge só quando o que tem sido visto como um cosmos imutável deixa de ser tido como certo. Pode-se pensar, como exemplo, o declínio da religião na Europa Ocidental, que levou a uma substituição de legitimações, envolvendo construções como as identidades coletivas de classe social. Para além da ideia de substituição de programas culturais, Mota e Delanty (2015) trazem as misturas culturais da colonização como geradores de modernidades múltiplas. Em particular, destacam-se as modernidades de novos povos criados pela miscigenação entre etnias, como o caso brasileiro.

É interessante ver como mesmo dentro do continente europeu a modernidade teve sua heterogeneidade, como escreve Barrington Moore (1983). Ele mostra como diferentes revoluções influenciaram nos processos de modernização e, em consequência, nos modelos de desenvolvimento. O primeiro modelo é de revolução burguesa, na qual a aristocracia é retirada pela burguesia. É o caso de países como Inglaterra, França e Estados Unidos, que vão gerar um modelo de democracia capitalista liberal. Outro modelo apresentado por Moore é o da revolução vinda de cima, na qual a aristocracia conduz a modernização, eventualmente com motivações militares. Esta revolução por cima gerou modelos fascistas em países como Japão, Alemanha e Itália. Finalmente, um terceiro modelo que Moore apresenta é o da revolução camponesa, de países que não possuíam burguesia, como China e Rússia, levando ao comunismo. Assim, Moore escreve que

Numa extensão muito limitada, estes três tipos – as revoluções burguesas que culminaram na forma ocidental de democracia, as revoluções conservadoras vindas de cima, que terminaram no fascismo, e as revoluções camponesas que levaram ao comunismo – podem constituir vias e opções alternativas. (MOORE, 1983, p. 408)

Esta diferenciação que Moore traz é importante para pensar a pluralidade de modernidades. Se esta diversidade já ocorre no mundo ocidental, a partir de contextos sociais

¹⁶ The idea of multiple modernities presumes that the best way to understand the contemporary world – indeed to explain the history of modernity – is to see it as a story of continual constitution and reconstitution of a multiplicity of cultural programs.

diferentes, quanto mais será ao incorporar o Sul Global, com uma diversidade social, epistemológica e cultural ainda maior. De fato, não se trata somente de ignorar o que é feito no Sul Global, ou de escolher a perspectiva Ocidental por ser mais qualificada. Como mostra Samir Amin, se trata antes de um processo que constrói uma ideia Europa para justificar a colonização enquanto projeto moralmente correto.

Amin (1976) critica o processo de expansão capitalista europeu ao considerá-lo como “ideologia do desenvolvimento”. A negação ao modelo vem do questionamento da própria construção da identidade ocidental, assim como da criação da ideia do Outro enquanto alguém menos avançado. Assim, a teoria da modernização trata de hierarquizar povos e culturas, colocando como o ponto máximo da evolução humana a sociedade europeia. Esta visão, segundo Amin, não se baseia numa construção histórica real da Europa, mas sim numa invenção idealizada que incorpora elementos não-europeus que corroboram para a ideia de um povo mais científico e moderno, como a filosofia grega e a religião cristã.

Em termos de modelos de desenvolvimento, o Eurocentrismo se torna ainda mais problemático na medida em que o sistema capitalista enquanto cultura e ideologia dominante na Europa é imposto em escala global. Por um lado, o sentimento de superioridade europeu baseado no fato de ter sido o local onde nasceu o capitalismo gera uma cultura de dominação sobre os outros povos, considerados atrasados. Amin neste sentido chega a apresentar o argumento de que a colonização se trataria de um processo civilizatório, o que coloca o europeu como benevolente, perspectiva esta, porém, prontamente refutada dado que Amin problematiza a colonização como elemento fundamental para viabilizar a expansão e progresso europeu através da escravidão e da exploração de recursos. Por outro lado, o capitalismo se baseia em valores universalistas, vindos do Cristianismo, mas compartilhados também pelo Islamismo e Budismo, segundo os quais todo ser humano é, por natureza, criatura cuja vocação é idêntica à de qualquer outro indivíduo, podendo qualquer um se tornar um ser humano da mais alta qualidade, não obstante sua origem social e material. Esta contradição entre universalismo e eurocentrismo é entregue para os países subdesenvolvidos na forma de imposição de um modelo único de desenvolvimento, que promove a ocidentalização destes povos.

É interessante destacar que Amin, sempre no mesmo texto, lembra que não houve um modelo alternativo, seja no Leste socialista, seja no Sul subdesenvolvido, que tenha tido maior êxito do que o modelo capitalista difundido, seja em termos de riqueza gerada, de democracia ou até mesmo de justiça social. Uma perspectiva mais conformista deste contexto leva a pensar que a ocidentalização capitalista é inevitável. Amin inclusive nas suas considerações finais

chega a cogitar a possibilidade de que tais países teriam desistido de tentar modelos alternativos, escolhendo promover o desenvolvimento capitalista segundo o modelo ocidental.

O pensamento hegemônico de modernidade e desenvolvimento possui, portanto, problemas quando pensamos em contextos não ocidentais: A modernidade não é única, não é linear, não é homogênea e não deve ser imposta enquanto modelo de desenvolvimento para realidades diferentes. Como diz Escobar:

Desenvolvimento foi – e continua a ser na maior parte – uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática, que trata pessoas e culturas como conceitos abstratos, figuras estatísticas a ser movidas para cima e para baixo nos gráficos de “progresso” (...). Não surpreende que o desenvolvimento tenha se tornado uma força tão destrutiva nas culturas do Terceiro Mundo, ironicamente em nome dos interesses das pessoas (ESCOBAR apud ANDREWS, BAWA, 2014, p. 929, tradução nossa¹⁷)

Esta consciência pós-colonial leva a questionar o conceito de desenvolvimento enquanto legitimador de intervenções do Norte no Sul ao impor a ciência como ferramenta de poder, ao promover ocidentalização e homogeneização e ao trazer destruição ambiental (PIETERSE, 2000). Mignolo vai apresentar sua crítica à ideia de modernidade ao conectá-la com a ideia apresentada na seção anterior de colonialidade. Para ele, as duas coisas estão conectadas, sendo que colonialidade é o lado mais negro da modernidade (MIGNOLO, 2007, p. 463). Ou seja, a modernidade só foi possível porque houve colonialidade. Enquanto um lado se enriquecia e modernizava, outro era escravizado e explorado. E apesar da independência nos países africanos e asiáticos já ter chegado há cerca de 60 anos e nos países latino-americanos há dois séculos, ainda hoje várias colonialidades permanecem.

A contribuição de se pensar a modernidade e a colonialidade enquanto conceitos atrelados se dá pela possibilidade de inserir críticas à ideia de modernidade que não são feitas por autores ocidentais, como os citados anteriormente ligados às teorias evolucionistas. A colonialidade do poder serve, portanto, como estrutura global do capitalismo na qual as pessoas são classificadas e se classificam (reconhecendo, portanto, estas discriminações) por três maneiras - trabalho, raça e gênero – e em torno de dois eixos centrais: o controle da produção de recursos de sobrevivência social e o controle da reprodução biológica da espécie. (QUIJANO, 2000, p. 368). A partir desta perspectiva, Dussel (2005) vai apresentar uma lógica de desenvolvimento do que ele chama de “mito da modernidade”:

¹⁷ Development was – and continues to be for the most part – a top-down, ethnocentric and technocratic approach, which treated people and culture as abstract concepts, statistical figures to be moved up and down in the charts of ‘progress’ [...] It comes as no surprise that development became a force so destructive to Third World cultures, ironically in the name of people’s interests.

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior;
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, enquanto exigência moral;
3. O caminho do desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa;
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência (guerra justa colonial);
5. Esta dominação produz vítimas, violência que é interpretada como um ato inevitável; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (índio colonizado, escravo africano, mulher, destruição ecológica);
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente, mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas;
7. Interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios da “modernização” dos outros povos “atrasados”, das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil (Adaptado de DUSSEL, 2005, p. 49).

Percebe-se, portanto, que ideias como progresso, desenvolvimento e modernidade acabam possuindo uma importante missão em convencer em termos cognitivos que as colonialidades são importantes e, em certa medida, até nobres. Logo, se buscamos superar a dependência dos países periféricos, se percebemos a necessidade de de-colonizar o desenvolvimento, é importante reconhecer que o conceito amplamente difundido é limitado e limitante, impedindo o verdadeiro potencial que pode ser alcançado pelos países do Sul Global.

2.3 A Decolonização (a necessidade de ruptura com o pensamento único)

Uma vez que a descolonização (enquanto movimento de independências políticas das colônias) não foi suficiente para trazer real decolonização (enquanto superação das colonialidades), a necessidade de se pensar o desenvolvimento de maneira decolonial se torna ainda mais evidente. Vários autores defendem a necessidade de romper profundamente com as permanências coloniais em diversos contextos e aqui destacaremos alguns que serão importantes para entender, nos capítulos seguintes, o esforço feito nos casos estudados.

Um autor neste contexto é o queniano Ngũgĩ wa Thiong’o, que se recusou a escrever em inglês para produzir somente em sua língua mãe, o kikuyu. Sobre o colonialismo ele escreve que

O real objetivo do colonialismo era o controle da riqueza das pessoas: o que eles produziam, como eles produziam e como era distribuído; controlar, em outras palavras, a inteira essência da língua da vida real. O colonialismo impunha seu controle da produção social da riqueza através das conquistas militares e de subsequentes ditaduras políticas. Mas sua mais importante área de dominação era no universo mental do colonizado, o controle através da cultura, de como as pessoas percebiam a si mesmas e seu relacionamento com o mundo. (THIONG’O, 1987, p. 16, tradução nossa¹⁸)

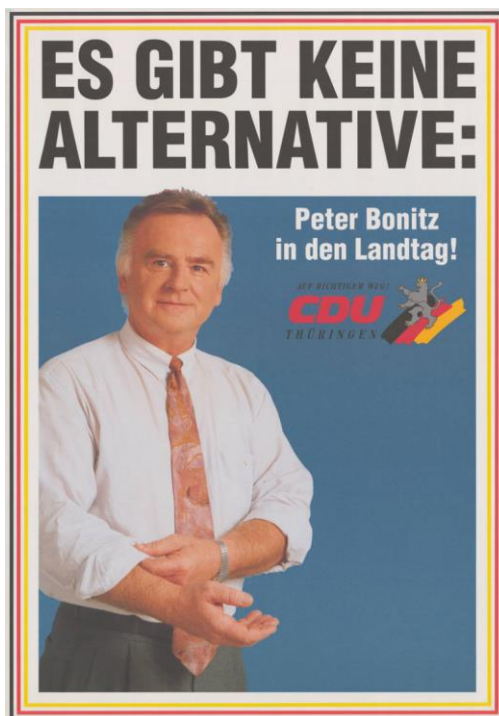
Ou seja, a própria linguagem serve como ferramenta para manutenção da colonialidade. Num país como o Brasil não parece fazer muito sentido o abandono do português para usar alguma língua autóctone como o tupi. Entretanto, nos quatro países estudados as línguas locais ainda são muito fortes e não foram eliminadas pelo colonizador (em particular o quíchua no Equador, o aimará na Bolívia, o suaíle na Tanzânia e o dzongkha no Butão). Mazrui e Mazrui (2001) mostram como é complexa esta questão no caso africano, uma vez que a colonização produziu também diáspora. Ou seja, apesar de a valorização das línguas locais ser defendida por muitos que possuem uma visão afrocêntrica, muitos descendentes de africanos nunca tiveram contato com línguas africanas, de modo que uma perspectiva pan-africanista acabaria excluindo a diáspora (nela podemos inserir também os afro-brasileiros) que se comunica globalmente através de línguas como o inglês e o francês, não mais impostas por um estrangeiro, mas línguas maternas. Num sentido mais amplo, valendo-me de um neologismo, este problema afrocêntrico pode ser também entendido enquanto um problema austrocêntrico, uma vez que se repete em outras regiões do Sul Global. A decolonização passa, portanto, por uma tensão entre a necessidade de se conectar globalmente (o que torna as línguas coloniais aliadas) e a necessidade de decolonizar as mentes que foram colonizadas através das línguas coloniais (THIONG’O, 1987).

Vandana Shiva traz uma outra maneira de fazer esta crítica ao inserir a ideia de monocultura da mente. Ela afirma que “as monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente, do mundo.” (SHIVA, 2003, p. 15). Ou seja, o

¹⁸ The real aim of colonialism was to control the people’s wealth: what they produced, how they produced it, and how it was distributed; to control, in other words, the entire realm of the language of real life. Colonialism imposed its control of the social production of wealth through military conquest and subsequent political dictatorship. But its most importante area of domination was the mental universe of the colonized, the control, through culture, of how people perceived themselves and their relationship to the world.

fim da diversidade leva ao fim do desaparecimento de alternativas. É interessante notar como esta percepção sobre alternativas se opõe ao discurso neoliberal de desenvolvimento que, em diversos contextos colocou as suas políticas enquanto única opção correta a ser feita, como na propaganda política abaixo de um partido de centro-direita alemão:

FIGURA 2 – Não há alternativa: Peter Bonitz no parlamento!



Fonte: ARCHIV FÜR CHRISTLICH-DEMOKRATISCHE POLITIK (1994)

Rothé e Mordillat (2011) vão trazer uma coletânea de frases muito ouvidas na França que ajudam a perceber a profundidade desta ideia de não haver alternativas:

- a) Não há alternativa (Margaret Thatcher)
- b) Não há alternativa à [energia] nuclear (Valéry Giscard d'Estaing)
- c) Não há alternativa ao desaparecimento da siderurgia na França (François Mitterand)
- d) Não há alternativa à desregulamentação do mercado de ações (Jean-Charles Naouri)
- e) Não há alternativa à desvalorização competitiva, isto é, à estagnação dos salários (Pierre Bérégovoy)
- f) Não há alternativa às privatizações (Jacques Chirac)
- g) Não há alternativa aos pesticidas, aos inseticidas, aos fungicidas
- h) Não há alternativa à privatização da Renault (Michel Rocard)
- i) Não há alternativa à guerra do Golfo (George Bush)

- j) Não há alternativa a Maastricht (François Mitterrand)
- k) Não há alternativa à independência do Banco da França (L'Europe)
- l) Não há alternativa a pagar os jovens abaixo do salário mínimo (Edouard Balladur)
- m) Não há alternativa ao euro
- n) Não há alternativa à diminuição da fiscalização dos stock-options (Dominique Strauss-Kahn)
- o) Não há alternativa à diminuição da fiscalização das empresas (Laurent Fabius, que sucedeu a Strauss-Kahn)
- p) Não há alternativa à diminuição dos impostos sobre as sociedades (Laurent Fabius)
- q) Não há alternativa ao projeto da Constituição europeia (elites políticas e mediáticas francesas)
- r) Não há alternativa ao aumento da idade para aposentadoria (Nicolas Sarkozy)
- s) Não há alternativa à falta de alternativas (Adaptado de ROTHÉ, MORDILLAT, 2011)

Assim como Shiva (2003) diz que a monocultura da mente ameaça a vida, a visão de não haver alternativas ao capitalismo neoliberal gera ainda consequências profundas, mesmo no centro do sistema-mundo:

Eu odeio ter que dizer isso, mas o fato de que não trouxemos, ou ninguém trouxe – nem a centro-esquerda ou ninguém mais conseguiu trazer uma alternativa para a quebra de Wall Street de 2008, indica que tinha alguma verdade na afirmação [de Margaret Thatcher] de que não há alternativa, pelo menos tanto quanto o mainstream está preocupado. (ALI, 2013, tradução nossa¹⁹)

Logo, a monocultura da mente denunciada por Shiva (2003) gera uma esterilidade que afeta tanto a direita econômica que diz que não há alternativas, quanto a esquerda, que não consegue propor nada. Urge, portanto, sair das preocupações do mainstream como diz Ali, para retomar a diversidade que vai permitir pensar novas soluções para o mundo de hoje.

Shiva (2003) quando se refere a alternativas, diversidade e monoculturas, promove uma discussão tanto em sentido literal, envolvendo questões ecológicas, quanto em sentidos metafóricos, ao abordar o impacto que esta mentalidade de produção gera em termos cognitivos. Portanto, a reflexão sobre possibilidades de decolonização do desenvolvimento pode ser enriquecida com as preocupações de Shiva:

¹⁹ I hate to say this, but the fact that we haven't come up, or no one has—neither the center-left or anyone else has managed to come up with an alternative to the Wall Street crash of 2008, does indicate that there was some truth in her statement that there is no alternative, at least as far as the mainstream is concerned

A preservação da diversidade corresponde sobretudo à produção de alternativas, a manter vivas formas alternativas de produção. Proteger as sementes nativas é mais que uma questão de preservar a matéria-prima para a indústria da biotecnologia. As diversas sementes que agora estão fadadas à extinção carregam dentro de si sementes de outras formas de pensar sobre a natureza e de outras formas de produzir para satisfazer nossas necessidades. (SHIVA, 2003, p. 16-17)

Cabe reconhecer, assim, quais são as “sementes em extinção” nos países que sofrem ainda hoje com as colonialidades do poder que poderão trazer estas novas formas de pensar o desenvolvimento.

Mais um aspecto importante nesta reflexão sobre a decolonização se dá quando se questiona a pedagogia necessária para essa nova formatação mental, uma vez que a velha pedagogia, assim como vários outros domínios da vida, está colonizada. Nesse contexto, o brasileiro Paulo Freire (1987) pode trazer contribuições substanciais no que se refere ao modo como construímos, juntos, nossa libertação da opressão.

“Somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam.” (FREIRE, 2015, p. 60). Apesar de Freire estar se referindo a indivíduos, esta frase pode ser extrapolada para questionar a relação histórica e colonial de opressão entre os Estados, assim como as soluções para as desigualdades criadas. Segundo esta perspectiva, somente os países que foram colonizados são capazes de se libertar da opressão sofrida ao buscarem suas próprias liberdades, enquanto os países colonizadores vão acabar somente alimentando uma autoimagem de generosidade por buscarem desenvolver os colonizados. Este paradoxo pode ser uma hipótese a ser cogitada para se entender porque os esforços durante décadas através da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento dos países da OCDE e da Cooperação Norte-Sul para o Desenvolvimento de caráter paternalista nunca conseguiram desenvolver efetivamente os países do Sul Global de modo a reduzir a desigualdade, diminuir a dependência e combater problemas extremos como a fome e as guerras. “Seria uma contradição se os opressores não só defendessem, mas praticassem uma educação libertadora” (FREIRE, 2015, P. 56).

A relação entre opressor e oprimido, logo, também entre povos que colonizaram e povos que foram colonizados, para Freire, é alimentada pela perspectiva dos opressores de que a humanização é somente deles, sendo subversão qualquer esforço libertador dos oprimidos (FREIRE, 2015, p. 64). Fromm citado por Freire vai afirmar que

O prazer do domínio completo sobre outra pessoa (ou sobre outra criatura animada) é a própria essência do impulso sádico. Outra maneira de formular a mesma ideia é

dizer que o fim do sadismo é converter um homem em coisa, algo animado em algo inanimado, já que mediante o controle completo e absoluto o viver perde uma qualidade essencial da vida: a liberdade (FROMM apud FREIRE, 2015, p. 64, tradução nossa²⁰)

Este entendimento sobre dominação ajuda a entender, por exemplo, a dificuldade de se pensar em Relações Internacionais a partir das periferias: a colonialidade do saber se dá na medida em que somos (Sul Global) vistos como objetos, não como humanos; somos o campo a ser pesquisado, enquanto os acadêmicos ocidentais são os pensadores a refletir sobre a nossa condição.

Freire questiona: “Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação?” (FREIRE, 2015, p. 42-43). Por consequência, a proposta de um desenvolvimento verdadeiramente libertador deve vir dos próprios colonizados, uma vez que eles sabem quais são as colonialidades experimentadas e reproduzidas mesmo após as independências políticas dos Estados do Sul Global.

A libertação passa pela conscientização de que se convive com o regime opressor e, a nível ontológico, passa pelo reconhecimento da vocação humana de “ser mais” (FREIRE, 2015, p. 72). E este exercício intelectual deve ser acompanhado pela ação, não enquanto somente ativismo, mas como autêntica práxis resultante da reflexão crítica (FREIRE, 2015, p. 73). A abertura a novos saberes, portanto, passa pela capacidade de ver os oprimidos enquanto pessoas capazes de pensar certo também (FREIRE, 2015, p. 73). Desenvolvimento, nesta perspectiva, não pode ser entendido enquanto algo relacionado a coisas, mas a pessoas:

Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho -, também não é libertação de uns feita por outros. (FREIRE, 2015, p. 74)

Dado que, como visto, a dependência se dá nas colonialidades do poder e do saber, percebe-se que a ideia de desenvolvimento é uma entre várias de forte conteúdo eurocêntrico que precisa ser decolonizada. Walter Mignolo vai chamar este necessário processo de “giro descolonial”. Para ele, “o giro descolonial consiste em desprender-se da camisa de força das

²⁰ El placer del dominio completo sobre otra persona (o sobre otra creatura animada) es la esencia misma del impulso sádico. Otra manera de formular la misma idea es decir que el fin del sadismo es convertir un hombre en cosa, algo animado en algo inanimado, ya que mediante el control completo y absoluto el vivir pierde una cualidad esencial de la vida: la libertad.

categorias de pensamento que naturalizam a colonialidade do saber e do ser e que as justificam na retórica da Modernidade, do progresso e da gestão “democrática” imperial” (MIGNOLO, 2006, p. 13). Um cuidado a ser tomado neste processo de giro decolonial é não fazer com que cristalice uma visão de “bom selvagem”, assim como de demonização de tudo o que é ocidental. Como critica Domingues citado por Ballestrin, o argumento de Mignolo acaba promovendo uma “inversão das polaridades da teoria da modernização, descarte integral da modernidade e sobrevalorização da questão étnica”, assim como desconsidera a luta de classes (DOMINGUES apud BALLESTRIN, 2013, p. 110-111). Portanto, o processo de decolonização do desenvolvimento aqui proposto não deve ser confundido com a rejeição da criação humana realizada pelo Norte global e associado com aquilo que seria genuinamente criado no Sul, mas é, sim, uma recuperação das sabedorias silenciadas historicamente para enriquecer de maneira crítica a experiência de libertação, permitindo às pessoas da contemporaneidade se desenvolverem de maneira a aproveitar tanto a riqueza dos seus ancestrais quanto as conquistas vindas do Norte Global, rompendo com os binarismos que acabam tornando-se estereótipos em pensadores como Mignolo (colonizador x colonizado), Freire (opressor x oprimido) ou Marx (burguesia x proletariado). Esta percepção híbrida que não ignora a modernidade, mas também não se deixar subjugar-se por ela vai ser chamada por Mignolo de “pensamento fronteiro”, ou de “gnose liminar”, destacando a discussão de Mudimbe (1988) sobre a diferença entre gnose e epistemologia:

Mudimbe introduziu a palavra gnose para captar uma ampla gama de formas de conhecimento que a ‘filosofia’ e a ‘epistemologia’ haviam descartado. A apreensão da complexidade do conhecimento sobre a África, por aqueles que lá viviam há séculos e pelos que lá foram para ocidentalizá-la, exigia uma conceitualização da produção do saber que ultrapassasse as duas gnosés e fosse capaz de, simultaneamente, enfatizar a relevância crucial do ‘sistema africano tradicional de pensamento’. Mudimbe observou que, etimologicamente, gnose liga-se a *gnosko*, que no grego antigo significa ‘saber’. (MIGNOLO, 2003, P. 32-33)

Feita essa consideração sobre o conceito de gnose, podemos ir à explicação de Mignolo sobre a gnosiologia liminar:

A gnose liminar, enquanto conhecimento em uma perspectiva subalterna, é o conhecimento concebido das margens externas do sistema mundial colonial/moderno; gnosiologia marginal, enquanto discurso sobre o saber colonial, concebe-se na intercessão conflituosa de conhecimento produzido na perspectiva dos colonialismos modernos (retórica, filosofia, ciência) e do conhecimento produzido na perspectiva das modernidades coloniais na Ásia, África, nas Américas e no Caribe. A gnosiologia liminar é uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento, a partir tanto das margens internas do sistema mundial colonial/moderno (conflitos imperiais, línguas hegemônicas, direcionalidade de traduções etc.), quanto das margens externas

(conflitos imperiais com culturas que estão sendo colonizadas, bem como as etapas subsequentes de independência ou descolonização). (MIGNOLO, 2003, p. 33-34)

Mignolo (2008) traz mais algumas questões importantes sobre a opção decolonial. Primeiro, que o pensamento decolonial surgiu na própria fundação da modernidade/colonialidade enquanto contrapartida, começando pelas Américas no pensamento indígena e afro-caribenho, continuando para a Ásia e África, estas em contrapartida ao império britânico e ao colonialismo francês, e tendo um terceiro momento se reformulando a partir dos movimentos de descolonização na Ásia e África como reação à lógica da Guerra Fria (MIGNOLO, 2008b, p. 250). Segundo, ele lembra que as primeiras manifestações do giro decolonial remetem a Wama Pomam De Ayala em 1616 desde o vice-reino do Peru e Otabbah Cugoano em 1787 de Londres após ser libertado da escravidão. Terceiro que ele coleta algumas pessoas e movimentos que são importantes para se pensar uma genealogia decolonial, como Mahatma Gandhi, W. E. B. Du Bois, Juan Carlos Mariátegui, Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Franz Fanon, Rigoberta Menchú, o Movimento dos Sem Terra (MST), os Zapatistas em Chiapas (México), movimentos indígenas e afros na Bolívia, Equador e Colômbia e o Fórum Social Mundial (MIGNOLO, 2008a, p. 258).

Pensar o desenvolvimento a partir de um giro decolonial enquanto gnosiologia liminar passa pelo que Boaventura de Sousa Santos vai chamar de “Epistemologias do Sul”, que Boaventura define como

A recuperação de novos processos de produção e valorização de conhecimentos válidos, sejam eles científicos ou não, e de novas relações entre os diferentes tipos de conhecimento na base de práticas das classes e grupos sociais que sofreram, de maneira sistemática, a opressão e a discriminação causada pelo capitalismo e pelo colonialismo. (SANTOS, Boaventura, 2012, p. 51, tradução nossa²¹)

Buscar formas alternativas baseadas em epistemologias e culturas do Sul não é tão somente buscar uma opção ao capitalismo, mas, como afirma Boaventura, reinventar a emancipação social substituindo a “monocultura do conhecimento científico” para uma “ecologia de saberes”, que promove diálogos a partir da diversidade de modo a construir uma sociedade mais democrática e justa, descolonizando o conhecimento e o poder (SANTOS, NUNES, MENESES, 2008, p. xx).

²¹ the retrieval of new processes of production and valorisation of valid knowledges, whether scientific or nonscientific, and of new relations among different types of knowledge on the basis of the practices of the classes and social groups that have suffered, in a systematic way, the oppression and discrimination caused by capitalism and colonialism.

É interessante notar que não simplesmente um conceito ou autor pode ser considerado pós-colonial simplesmente por viver em um ambiente descolonizado politicamente. É muito ilustrativo neste contexto a comparação feita por Shilliam entre o pensamento de origem etíope Rastafári de redenção e a ideia do indiano Amartya Sen de desenvolvimento como liberdade (SHILLIAM, 2012). Shilliam critica a abordagem da economia política de Sen por pensar o desenvolvimento dentro de um mercado que constitui uma arena de crescimento das liberdades, ou seja, algo providencial e sublime para a superação da pobreza, o que não seria uma abertura decolonial, mas um retorno a uma epistemologia ocidental liberal (SHILLIAM, 2012, p. 332;344). Por sua vez, Shilliam escreve que a fé Rastafári articula os sujeitos não enquanto indivíduos que buscam a liberdade, mas como um coletivo de sofredores que buscam a redenção do sistema de mercado da “Babilônia” (SHILLIAM, 2012, p. 332). Ou seja, se a visão ocidental escraviza e causa sofrimento aos povos colonizados, então não se deve buscar desenvolvimento, mas é necessário conseguir a redenção deste desenvolvimento, buscando algo que liberte da opressão.

2.4 Síntese

A estrutura deste capítulo teórico, ao apresentar uma grande diversidade de autores de várias áreas do conhecimento e várias nacionalidades, se deu no intento de demonstrar que não existe produção teórica mainstream de Relações Internacionais adequada para compreender os problemas encontrados por países periféricos que passaram por longos processos de colonização e hoje sofrem com uma dependência em grande medida criada por estes processos. Entretanto, buscou-se mostrar que um olhar mais amplo permite encontrar uma série de contribuições de autores em outras áreas, assim como autores de Relações Internacionais que trabalham com perspectivas pós-coloniais, como Robbie Shilliam e Naeem Inayatullah. Portanto, buscaremos aqui sintetizar as principais ideias trazidas para construir um pensamento decolonial de Relações Internacionais para se pensar a questão do desenvolvimento no Sul Global.

Entender as relações internacionais do Sul Global, tanto enquanto países colonizados quanto populações na diáspora decorrente das intervenções coloniais, passa por três grandes temas: a dependência, o desenvolvimento e a decolonização. A dependência ocorre através da colonialidade do poder, que se manifesta de múltiplas formas visíveis e invisíveis, desde as mais materiais, envolvendo o controle das economias, da autoridade política e dos recursos naturais até aquelas ligadas à intimidade dos indivíduos, como o controle da sexualidade e do

saber. Esta dependência é mantida através da manipulação de categorias que dividem a população entre dominantes e dominados, como classe (burguesia e proletariado), gênero (homem e mulher) e raça (branco e negro). Entre as dimensões usadas para se perpetuar a colonialidade está a ideia de desenvolvimento. A visão determinista de desenvolvimento enquanto escolha racional e única alternativa no sentido de modernizar a vida dos agregados humanos passa a falsa noção de que somente a dimensão econômica importa, assim como somente o conhecimento técnico-científico importa, ignorando que este discurso é também uma ideologia parcial e construída dentro de um contexto influenciado por subjetividades ocidentais. Evitar esta ideologia significa romper com o pensamento único, colonial e eurocêntrico. Este movimento pode ser chamado de giro decolonial e busca retomar Epistemologias do Sul para criar uma gnosiologia liminar que vai permitir se pensar uma pedagogia libertadora. Esta, ao associar crítica intelectual com prática concreta vai permitir descolonizar as mentes e acabar com a monocultura dos saberes. Assim, os povos oprimidos conseguirão se redimir da ideologia colonial do desenvolvimento de maneira análoga à que um escravo se liberta de seu senhor. Portanto, desenvolvimento passa por uma renovação no seu sentido, sendo entendido em cada contexto a partir de suas ancestralidades para se pensar utopias que vão construir um futuro melhor, voltado não mais para o avanço das economias meramente, mas, sobretudo, para permitir que as pessoas “sejam mais”.

3 OS CONTEXTOS ANCESTRAIS, COLONIAIS E PÓS-COLONIAIS

“Muitos ainda imaginam o colonizador como um homem de grande estatura, bronzeado pelo sol, calçado com meias-botas, apoiado em uma pá – pois não deixa de pôr mãos à obra, fixando seu olhar ao longe, no horizonte de suas terras; nos intervalos de sua luta contra a natureza, dedica-se aos homens, cuida dos doentes e difunde a cultura, um nobre aventureiro, enfim, um pioneiro.”
(MEMMI, 1977, p. 21)

Esta visão romantizada do colonizador denunciada por Memmi nos lembra que não é consensual o entendimento de que a colonização foi uma violência contra tantos povos. De fato, pesquisa recente mostra que 59% dos entrevistados no Reino Unido acreditam que o império é algo a se orgulhar, enquanto 19% acreditam que é algo a se envergonhar, assim como 49% acreditam que os países colonizados por britânicos estão melhores por terem sido colonizados, enquanto 15% acredita que estão piores (YOUGOV, 2014).

Longe de ser capaz de denunciar todas as colonialidades criadas ao longo da história, este capítulo se propõe a apresentar alguns aspectos que permitem imaginar minimamente o que havia enquanto ocupação humana nos territórios atuais de Tanzânia, Butão, Bolívia e Equador antes das colonizações feitas pelos europeus, o que mudou durante o período colonial e o que surgiu já enquanto Estados independentes após as independências. Assim, espera-se clarificar o que houve de mudanças a partir da presença europeia nestes locais que levou à criação de projetos de ancestralidades como norteadoras do desenvolvimento em oposição ao desenvolvimento enquanto ideologia eurocêntrica.

Vale ressaltar que as seções referentes aos países são em certa medida consequência da qualidade dos materiais disponíveis para consulta. No caso tanzaniano, a coleção História Geral da África, organizado pela UNESCO, é a principal fonte de consulta, uma vez que lá se apresenta de maneira cronologicamente organizada e com riqueza de detalhes grande parte do que se tem de registro histórico da costa leste africana em particular. Já no caso butanês o que será apresentado é reflexo de uma literatura muito reduzida, com pouca contribuição em inglês e com muitos registros originais perdidos em incêndios, como o de Sonagachi em 1828, o de Punakha de 1832 e o terremoto que atingiu o Butão em 1896 (DHONDUP, 1977, p. 70). Finalmente, os casos de Equador e Bolívia contarão com estudos arqueológicos para se conhecer minimamente as populações pré-incaicas e com registros escritos sobre o império Inca, em particular após a chegada dos espanhóis ao continente, seja nos originais, seja através de autores mais recentes que ajudam a interpretar o significado daqueles primeiros contatos entre europeus e incas.

3.1 Tanzânia: História e as colonizações por Omã, Inglaterra e Alemanha

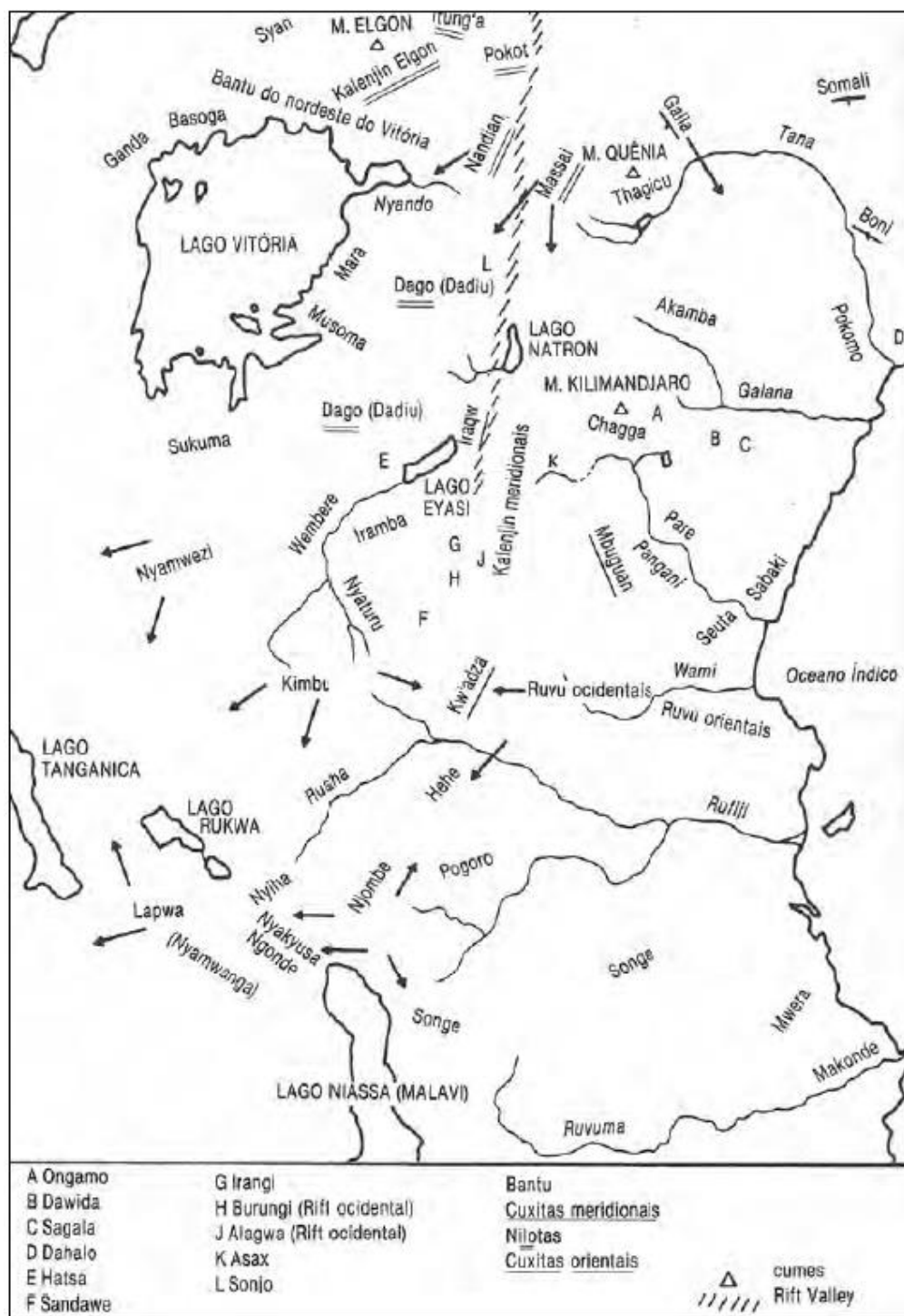
O território da atual Tanzânia é habitado praticamente desde o surgimento dos primeiros hominídeos, em particular nas terras altas do norte do país, perto do lago Eyasi e da Garganta de Oldupai (COPPENS, 2010, p. 456). Arqueólogos encontraram diversas evidências de mais de 3.000 anos de povos semelhantes aos Hadza, povo de caçadores e coletores que vive lá ainda hoje; há cerca de 2.500 anos outros povos chegaram ao norte da Tanzânia, vindos de onde hoje é Somália e Etiópia; há cerca de 1.500 anos os falantes de bantu da África Ocidental chegaram também a esta região; e há cerca de 200 a 300 anos, falantes de línguas nilóticas chegaram também à região, como os Maassai (MARLOWE, 2010, p. 18). Uma forte característica destas populações era o caráter nômade, como destaca Sutton (2010) ao falar do sentimento de bantuidade: “ser bantu significava emigrar sempre, levando consigo um saco de sementes e algumas ferramentas para preparar o terreno e cultivar; fixar-se temporariamente em vez de se estabelecer definitivamente em povoados estáveis.” (SUTTON, 2010, p. 644).

No século VII, muitas comunidades agrícolas bantas podiam ser encontradas em partes do atual território tanzaniano, em particular no centro e sul da região dos Grandes Lagos e no interior da Tanzânia Central e Setentrional (EHRET, 2010a, p. 730). Entre os séculos VII e IX, porém, ocorreu um processo de diferenciação que levou ao surgimento de várias línguas distintas não-inteligíveis entre si (EHRET, 2010a, p. 734).

Por volta do século XI já eram plantadas na região da costa noroeste da atual Tanzânia o inhame, o taro e a banana, plantas de origem indonésia (EHRET, 2010b, p. 541). Marlowe conta que nos séculos IX e X, árabes já navegavam pela costa oriental africana, estabelecendo no século XIV muitos portos comerciais, o que levou ao contato com a população bantu e formou a língua e cultura suaíle (MARLOWE, 2010, p. 18-19), apesar de que os mercados só se tornariam uma característica regular da vida econômica no interior tanzaniano após 1600 (EHRET, 2010b, p. 558).

No interior do território atual, em particular na região montanhosa do nordeste da Tanzânia, a grande diversidade de povos existente de origens nilóticas, bantas e cuxitas se expandia, ampliavam suas produções pastoris, agrícolas, de cerâmica, de ferro e disputavam terras, como detalhadamente apresenta El Fasi (2010). Considerando que o navegador português Vasco da Gama foi o primeiro europeu a chegar ao litoral oriental africano, mais especificamente no porto de Mombasa em abril de 1498, podemos acreditar que uma representação próxima dos povos que habitavam a região na época é de C. Ehret, como se vê na Figura 3 a seguir:

FIGURA 3 –Localização aproximada provável dos povos do interior da África oriental no século XVI (C. Ehret)



Fonte: Ehret (2010b, p. 557)

A partir de então o expansionismo europeu começa a se fazer presente na região. Os portos árabes e suaíles do litoral foram conquistados por Portugal, apesar de árabes terem recuperado possessões na África Oriental (DENOON, 2010, p. 821). No interior do continente, a grande diversidade de povos vivia isolada da costa e não há documentação indicando que

árabes e suaíles entraram para o interior antes do século XVIII (OCHIENG, 2010, p. 977). Ochieng conta que a economia era predominantemente agrícola e “certas regiões aplicavam métodos evoluídos como a cultura em terraços, a rotatividade de culturas, os adubos verdes, a cultura mista e a drenagem de pântanos” (OCHIENG, 2010, p. 978), apesar de haver também povos criadores de rebanhos, como os masai, os pokot e os turkana (OCHIENG, 2010, p. 978). Ochieng escreve que “Em nenhum momento, como se há de ver, os agricultores ou criadores procuraram a exclusividade ou a especialização econômicas. Cada atividade econômica se fundava insensivelmente em outra e todas estavam sujeitas à flutuação e às mudanças.” (OCHIENG, 2010, p. 978). A fome era o principal problema, levando a movimentos migratórios e a trocas de gado por grãos, de modo que “o cultivador devia semear um grande número de espécies vegetais com características muito diversas, a fim de poder sobreviver a quaisquer que fossem as variações climáticas e de não ser pura e simplesmente aniquilado” (FEIERMAN apud OCHIENG, 2010, p. 980). É interessante notar como este costume lembra o argumento de Shiva (2003) apresentado no capítulo anterior, uma vez que a diversidade cultural se justifica enquanto estratégia de sobrevivência.

Em termos de gado, é interessante destacar uma prática de alguns povos como os turkana, os luo, os kalenjin e os masai de empréstimo gratuito de gado: Ochieng descreve que “o rebanho de cada família se dispersava entre um grande número de amigos ou de parentes que muitas vezes viviam em regiões distantes, o que era de proveito tanto para os indivíduos quanto para a sociedade em seu conjunto.” (OCHIENG, 2010, p. 982), permitindo aumentar o número de amigos, parentes e pessoas com quem se poderia contar em caso de necessidade. Também aqui se percebe que a busca pela sobrevivência passa por interações que funcionam de maneira diferente da troca comercial ou de uma noção rígida de propriedade privada.

No princípio do século XVIII havia no território atual de Quênia e Tanzânia formações sociopolíticas descentralizadas, como os kikuyu, os miji-kenda, os kamba e os masai e formações centralizadas e/ou centralizadoras, como os shambaa, os pare, os nyamewezi e os wanga (OCHIENG, 2010, p. 993). Entretanto, o século seguinte traria o fim desta era de crescimento independente da região, uma vez que invasões árabes e europeias danificaram grande parte da civilização tradicional, desaparecendo costumes e crenças ancestrais, assim como formas antigas de manter a ordem e a paz (OCHIENG, 2010, p. 1000). Um dos primeiros efeitos foi o aumento da caça ao elefante, cujo marfim era trocado por mercadorias estrangeiras que penetraram o interior da Tanzânia desde o século XVIII (SALIM, 2010, p. 262).

No início do século XIX, comunidades litorâneas de árabes omanianos foram desenvolvidas na costa leste africana em centros como Mombaça, Zanzibar e Kilwa (SALIM,

2010, p. 248). Esta presença, aliada com o fortalecimento de Zanzibar como centro de decisões e de desenvolvimento econômico, levou ao enfraquecimento do poder político no litoral e à perda de territórios para colonos omanianos em terras férteis próximas a Zanzibar (SALIM, 2010, p. 250). Sa'īd ibn Sultan, sultão de Zanzibar (1804-1856) fez dela o maior entreposto comercial do Oceano Índico, o mercado mais importante do litoral leste africano e o maior importador de bens manufaturados da Índia, da América e da Europa (SALIM, 2010, p. 260). Zanzibar desempenhava um importante papel ao estar conectada ao comércio internacional tanto de produtos como o marfim e o cravo-da-índia quanto de escravos:

Nos anos 1860-1870, entre 30.000 e 35.000 escravos chegaram aos portos que dependiam de Zanzibar; parte foi retida aí para trabalhar nas plantações de cravos-da-índia. O restante foi expedido para a Somália e para Oman, que recebia, por volta de 1870, 13.000 escravos por ano, parte dos quais partia rumo ao Golfo Pérsico e à Pérsia, à Mesopotâmia ou ao Beluquistão e às Índias. (DAGET, 2010, p. 103)

Salim (2010, p. 265) explica que este contexto de relações comerciais e caravanas para o interior do continente trouxe mudanças sociais como o aumento do individualismo, o surgimento de indivíduos com fortunas por vezes efêmeras e o casamento com estrangeiras, tanto por parte dos africanos quanto da aristocracia árabe, que passou a ter sultões sempre filhos de escravas. Ainda, costumes de vestimenta, de ornamentação, a religião islâmica e a língua suaíle penetraram o interior do continente, imitando o que se observava no litoral. Em Zanzibar, o cultivo do cravo-da-índia pelos árabes omanianos permitiu o domínio quase completo do mercado por volta de 1850, marcou o início da economia de *plantation* no litoral e estimulou fortemente o tráfico de escravos (SALIM, 2010, p. 270-271). Observa-se, entretanto, que

neste sistema capitalista mercantilista, a exploração dos recursos humanos e materiais das sociedades do Leste africano revestiu-se na forma de uma troca desigual que se estabeleceu duravelmente entre, por um lado, os mercados estrangeiros parasitas estabelecidos em Zanzibar e, por outro lado, os povos do litoral e do interior. Os lucros substanciais assim obtidos eram transferidos para a Europa, América e Índia e não eram praticamente investidos no desenvolvimento material ou técnico da África Oriental. (SALIM, 2010, p. 273)

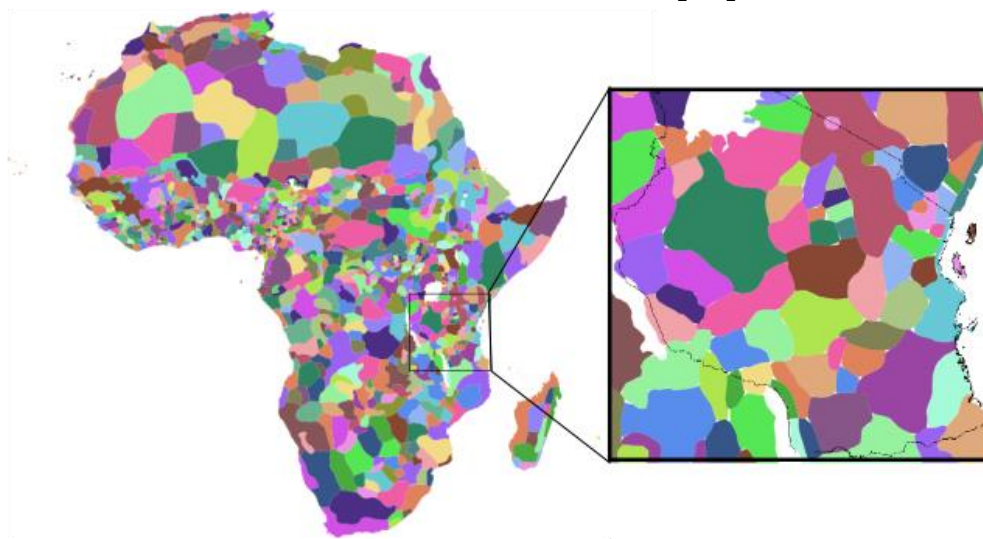
Percebe-se, portanto, como a África Oriental já desempenhava no sistema comercial internacional um papel subalterno antes mesmo do início do colonialismo (NIMAMBO, 2010, p. 276). Por volta de 1840 as pressões britânicas pelo fim do trabalho escravo começam a se intensificar em nome de um “comércio legítimo”, uma vez que os novos meios de produção industriais passavam a tornar menos rentável os *plantations*, assim como não precisavam mais do tráfico de seres humanos para se sustentar. Sa'īd manteve a estrutura de produção e comércio

até sua morte em 1856. Sayyid Majid, seu sucessor para a costa leste africana, construiu uma nova capital, chamada de Dar es Salaam, Porto da Paz em português, mas morreu em 1870 sem ter terminado a construção. Somente em 1873 Sayyid Barghash, sucessor de Majid, assinou com os britânicos um decreto abolindo o tráfico de escravos pelo mar (NIMAMBO, 2010, p. 309).

Nimambo (2010) conta que a chegada de várias organizações missionárias cristãs ao longo do século XIX abriram caminho para a construção de um regime colonial na região leste africana, tanto na costa quanto no interior do continente. A disputa entre os países europeus de posições estratégicas através de ocupações territoriais chegou à África Oriental em abril de 1884 quando a Alemanha anexou o Sudoeste africano e, em julho, o Camarões, enquanto os britânicos defendiam Barghash para defender seus interesses sem recorrer à colonização (NIMAMBO, 2010, p. 315-316). Os anos seguintes foram marcados por vários tratados de delimitação entre os países europeus, como em 1886 que deixou Zanzibar sob a zona de influência britânica, em 1887 que buscou dar maior precisão ao anterior, até o tratado de Heligoland de 1890 que concluiu a divisão da África Oriental, garantindo controle da costa de Dar es Salaam e do respectivo interior à Alemanha, que por sua vez não iria interferir em Zanzibar, o que permitiu a criação de um protetorado britânico na ilha no mesmo ano. (UZOIGWE, 2010, p. 38).

Percebe-se, assim, que a formação da Tanzânia como um Estado decorrerá mais da geografia colonial do que da geografia étnica daqueles que habitavam e habitam a região. O mapa a seguir evidencia isto na medida em que mostra como a África é ocupada por uma diversidade de povos muito maior do que o projeto colonial foi capaz de absorver:

FIGURA 4 – Divisão étnica africana e destaque para Tanzânia



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Murdock (1959) e Murdock, Blier e Nunn (2016)

A ocupação europeia não foi aceita passivamente pelas populações africanas, assim como pelos Estados que lá havia. Como demonstração mais evidente, a revolta Maji Maji de 1905 a 1907 atingiu boa parte do Sul, da costa e do centro da colônia.

Durante os primeiros 20 anos da história colonial alemã [...] os autóctones foram tratados com muita crueldade e injustamente explorados [...] Desapossados de suas terras, de seus lares, de sua liberdade e de sua vontade, desapossados brutalmente da vida por aventureiros, funcionários coloniais ou companhias de comércio, suas corajosas e incessantes revoltas não foram senão o testemunho trágico de sua impotência e de seu infortúnio. (TOWNSEND apud MWANZI, 2010, p. 187)

Foi esta situação descrita por Townsend, em particular devido a uma imposição alemã de cultura de algodão que praticamente não remunerava um mês de trabalho obrigatório, que levou à revolta liderada por Kinjikitile Ngwale. Gwassa citado por Mwanzi (2010) explica que o Maji Maji, diferentemente de outras resistências da época, rompeu fronteiras étnicas ao envolver mais de vinte grupos diferentes de Tanganica e Mwanzi (2010) acrescenta que foi um movimento camponês de massa contra a exploração colonial, brutalmente esmagado pelo regime alemão o que acabou levando à “extinção das sociedades tradicionais” (ILIFFE apud MWANZI, 2010, p. 188).

Anos depois, a Primeira Grande Guerra provocou novas mudanças coloniais na atual Tanzânia, uma vez que o Tratado de Versalhes dividiu a África Oriental Alemã entre a Bélgica (atuais Ruanda e Burundi), Portugal (parte do atual Moçambique) e Reino Unido, que renomeou a colônia para Tanganica. A administração manteve a monocultura de exportação, assim como os privilégios para os brancos: Ferguson citado por Boahen (2010, p. 939) lembra que, nos anos 1920, havia um leito para cada 10 brancos no hospital europeu de Dar es Salaam, ao passo de um leito para 400 a 500 africanos no hospital dedicado a eles.

Em 1946 o mandato britânico em Tanganica foi transformado pelas Nações Unidas em acordo sob tutela. Os anos seguintes contaram, em grande medida, com a liderança de Julius Nyerere. Segundo Twaddle, Rabearimanana e Kimambo (2010), Nyerere retornou em 1952 dos seus estudos na Grã-Bretanha e se tornou a maior liderança no TANU (*Tanganyika African National Union*), partido político criado em 1954, buscando a partir disso explorar da condição de território tutelado das Nações Unidas para acelerar a sua descolonização. A colonização durou até 9 de dezembro de 1961, data da independência de Tanganica. Em 10 de dezembro de 1963 Zanzibar também consegue sua independência e em 27 de abril de 1964 os países se unem para formar a República Unida da Tanzânia. Os anos seguintes são marcados pela declaração de Arusha de 1967 e por um entendimento de socialismo enquanto *Ujamaa*, termo suaíle que

Nyerere escolhe para sintetizar o que significa o socialismo africano, não como uma utopia ocidental pós-capitalista, mas como uma realidade africana pré-colonial que deve ser resgatada (NYERERE, 1968, p. 11).

3.2 Butão: História e influência britânica

O Butão é o menor dos países estudados e um dos mais isolados do mundo. Sua capital é Thimphu, seu território se localiza no Himalaia e é cercado de outros reinos que, diferentemente dele, não mantiveram sua independência, como os Cooch Behar (ao sul), os Assam (a leste) e os Sikkim (a oeste) anexados pela Índia e o Tibete (ao norte) anexado pela China. O isolamento butanês, apesar de ter diminuído, permanece forte, como é evidenciado pelas representações diplomáticas: Índia e Bangladesh possuem embaixadas no país e a Tailândia possui um consulado; por sua vez, embaixadas reais butanesas podem ser encontradas na Índia, em Bangladesh, no Kuwait, na Tailândia além das missões permanentes butanesas na ONU nos Estados Unidos e na Suíça (BHUTAN, 2016c).

FIGURA 5 – Butão e países mais próximos



Fonte: Sen (2014)

Achados arqueológicos permitem afirmar que assentamentos humanos existem no território atual butanês há mais de quatro mil anos, mas a história registrada do reino começa somente no século VIII com o advento do budismo após a visita de Guru Padmasambhava no ano 747 (PERMANENT MISSION OF THE KINGDOM OF BHUTAN TO THE UNITED NATIONS IN NEW YORK, 2017). Incursões tibetanas na região começaram a ocorrer a partir de 650, levando ao domínio da região até o início de uma guerra civil no Tibete Central que acabou com a morte do rei Lang-darma, que reinou entre os anos de 836 e 842 (DHONDUP, 1977, p. 69). Até o século XVII, as várias regiões do atual território butanês eram constituídas principalmente de pequenas e poucas comunidades agrícolas independentes e sem autoridade civil central (ARDUSSI, 2004, p. 13).

Somente em 1616 ocorre uma unificação de modo a formar uma organização política butanesa próxima ao que temos na atualidade. O monge tibetano Shabdrung Ngawang Namgyal estabeleceu seu governo ao unificar o território butanês através de um sistema de governança dual, isto é, espiritual e administrativo (BARMAN, 2009, p. 60). Foi durante este período que os primeiros europeus chegaram ao país.

Em 1627, os padres jesuítas Estêvão Cacella e João Cabral, ambos de origem portuguesa, visitaram o que chamaram de reino de Cambirasi, tendo Estêvão registrado esta passagem em uma relação ao padre Alberto Laercio, que era o provincial da província do Malavar da Índia Oriental (CACELLA apud WESSELS, 1992, p. 314). Padre Estêvão relata que além de ser uma região com clima ameno e fartura de alimentos, havia provimento através de comércio de vários produtos de outras partes da Ásia, como da Caxemira, do Tibete e da China. Como observa Cruz (2009, p. 55), a relação do padre Estêvão Cacella conta que ele esteve com Shabdrung Ngawang Namgyal e deixa claro o objetivo primeiro de promover a conversão ao cristianismo, que, entretanto, foi recusado pelo rei.

O fundador do Butão Shabdrung Ngawang Namgyal, como explica Ardussi (2004), ocupava tanto um papel de liderança religiosa (Bodhisattva) quanto política (Dharmarāja). É neste contexto que surgem os primeiros documentos que formam uma espécie de contrato social e código civil, já com uma forte importância da ideia de felicidade: “A felicidade dos seres sencientes depende dos ensinamentos do Buda, enquanto os ensinamentos do Buda também dependem da felicidade do mundo” (GTSANG MKHAN-CHEN apud ARDUSSI, 2004, p. 20, tradução nossa²²). O rei Shabdrung Ngawang Namgyal morre em 1652, mas ao invés de fazer

²² Traduzido do inglês: “The happiness of sentient beings is dependent on the teachings of the Buddha, whereas the teachings of the Buddha, too, are dependent on the happiness of the world”. Ardussi também coloca a citação original: “de nas yang sems can gyi bde skyid sangs rgyas kyi bstan pa la rag las pa dang / sangs rgyas kyi bstan

um sucessor, é estabelecido no país o sistema de governos locais, chamados *penlop*. Durante este período de descentralização outros documentos são elaborados formando o pensamento político e religioso budista butanês. Dentre eles, destaca-se o código legal de 1729 que afirma que “se o governo não pode criar felicidade para o seu povo, então não há propósito para a existência do governo” (URA et al., 2012, p. 6, tradução nossa²³).

Apesar de ter sido fundada em 1600, somente em 1766 a Companhia Britânica das Índias Orientais realiza o primeiro contato com o Butão, feito este realizado por James Rennell devido a interesses comerciais (MARSHALL, 2005, p. 28). O primeiro atrito entre a potência ocidental e o Butão se dá em 1772 na primeira guerra anglo-butanesa, motivada a partir da disputa de Cooch Behar. Como explica Marshall (2005), a região de planície era de interesse estratégico para os butaneses para uma saída para a região de Bengala. Após uma invasão, as autoridades locais pediram ajuda aos ingleses para lutar contra os butaneses. A Companhia Britânica das Índias Ocidentais conseguiu recuperar a região e a anexou à sua colônia, de modo que o país não mais voltou a se tornar independente (sendo hoje parte do território indiano). Barman (2009) explica que após o estabelecimento do poder colonial britânico na Índia várias missões políticas foram enviadas tanto ao Butão quanto ao Tibete, levando a consequentes conflitos, mas não a uma anexação ao império britânico. Belfiglio (1972, p. 680) destaca que ocorreu uma série de conflitos em particular entre 1837 e 1864 entre a Índia Britânica e o Butão, que levou a uma segunda guerra anglo-butanesa entre os anos de 1864 e 1865, novamente vencida pelos ingleses (MARSHALL, 2005, p. 189). O acordo de paz foi feito através do Tratado de Sinchula que garantiu a independência do Butão e parou a expansão inglesa na região, que já havia anexado a região de Assam ao leste do Butão, a região de Sikkim a oeste e a região dos Dooars ao sul do Butão (onde se localiza Cooch Behar, motivo da primeira guerra). Através do Tratado de Sinchula o Butão cedeu passagem em determinadas áreas para o governo britânico, liberou prisioneiros ingleses e estabeleceu livre comércio entre o país e a Índia Britânica, enquanto em troca os butaneses passaram a receber o valor anual de Rs 50,000 (cinquenta mil rúpias indianas), o que permitiu que a paz voltasse a estabilizar a região (BELFIGLIO, 1972, p. 681).

As relações anglo-butanesas melhoraram depois da guerra, e no final dos anos 1880 surgiu dentre os *Penlop* (termo do dzongkha equivalente a governador de província) a liderança

pa'ang 'jig rten gyi bde skyid la rag la / de phyir lugs gnyis kyi khrims / byang chub sems dpa'i spyod yul gyi thabs kyis yul rnam par 'phrul pa bstan pa'i mdo dang / 'khor lo bcu brda sprod pa chen po'i mdo las 'byung ba ltar legs par bca' ba mdzad de.”

²³ If the Government cannot create happiness (dekid) for its people, there is no purpose for the Government to exist.

de Ugyen Wangchuk, *Penlop* de Tangsa enquanto liderança contra a influência chinesa, se aproximando dos ingleses (MARSHALL, 2005, p. 204). Em 1907 as ameaças externas levaram à necessidade de uma liderança que voltasse a unificar o país, de modo que Wangchuk se torna o primeiro rei com a bênção britânica (BRAY, 1993), começando a atual dinastia real:

QUADRO 4 - Lista dos monarcas butaneses da casa de Wangchuck

Nome romanizado	Nome em Dzongha	Nascimento e Falecimento	Começo e fim do reinado
1º Rei Ugyen Wangchuck	ཡུ་ཡེན་དབང་ལྷུག་	1862-1926	1907-1926
2º Rei Jigme Wangchuck	འཇིགས་མེད་དབང་ལྷུག་	1905-1952	1926-1952
3º Rei Jigme Dorji Wangchuck	འཇིགས་མེད་རྡོ་རྗེ་དབང་ལྷུག་	1928-1972	1952-1972
4º Rei Jigme Singye Wangchuck	འཇིགས་མེད་སངས་ལོ་དབང་ལྷུག་	1955-	1972-2006
5º Rei Jigme Khesar Namgyel Wangchuck	འཇིགས་མེད་གེ་སར་རྣམ་རྒྱལ་དབང་ལྷུག་	1980-	2006-atual

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Buyers (2017)

Em 1910 o reino do Butão assinou junto com a Índia Britânica o Tratado de Punakha, no qual são atualizadas as condições do relacionamento entre as duas partes: o valor do repasse anual é aumentado para cem mil rúpias, o governo britânico se compromete a não interferir na política interna butanesa e o Butão aceita que sua política externa seja guiada pelo governo britânico (BELFIGLIO, 1972, p. 681). Percebe-se, portanto, que apesar de não ter sido diretamente colonizado pelos ingleses, o Butão se submeteu à influência britânica e carrega um histórico de profunda dependência em termos financeiros e de política externa, o que permite por um lado a conservação de costumes e valores tradicionais, mas por outro leva a uma noção limitada de soberania.

Durante o reinado de Jigme Wangchuck, o segundo rei do Butão, o país manteve seu isolamento. Destaca-se, porém, que após a independência da Índia havia a necessidade de atualizar o Tratado de Punakha. Tal acordo foi feito em 1949 com o Tratado Indo-butanês, que transferiu para a Índia independente os compromissos antes assumidos pela colônia britânica. Assim, o Butão seguiu isolado e dependente, agora dos indianos. Choudhury (1981, p. 476) explica que estes tratados tinham como objetivo manter o Butão longe da política chinesa de absorver o Tibete para o seu território. Somente em 2007 o tratado foi renegociado, eliminando a cláusula que conferia à Índia a política externa butanesa, embora Thimphu continue próximo a Nova Délhi.

Jigme Dorje Wangchuck, o terceiro rei do Butão, assume o poder em 1952 e promove uma ruptura com seus antecessores ao buscar modernizar o país, em parte por acreditar que não atualizar o enquadramento jurídico institucional, assim como não promover um programa de modernização econômica, poderia comprometer as chances de sobrevivência do país no longo prazo (BRAY, 1993, p. 214). Em 1952 ele promoveu mudanças constitucionais de modo a criar uma Assembleia Nacional de 150 membros (BARMAN, 2009, p. 60). Em 1958 o primeiro-ministro indiano Jawaharlal Nehru visita o Butão, reafirma a independência do país butanês e defende a modernização econômica do país com a construção de rodovias entre os dois países e dentro do Butão, além de oferecer ajuda técnica para o país se desenvolver (BELFIGLIO, 1972, p. 676). No ano seguinte a situação de ameaça ao Butão se agrava quando o Dalai Lama foge do Tibete, agora já completamente anexado pela China. Neste contexto, a disputa pela influência se dava nos dois lados: a Índia, ao renovar os tratados realizados com os ingleses, buscava manter o Butão dentro de sua zona de influência. Por sua vez, a China anexou o Tibete, fez algumas expedições para o Butão e em vários mapas da época representava partes do território butanês inseridas no território chinês sob o argumento de estar libertando o país do imperialismo britânico e indiano (BELFIGLIO, 1972, p. 683). De fato, ainda hoje as fronteiras entre Butão e China não são consensuais, mesmo após várias rodadas de negociações (KUMAR, 2011, p. 79).

Neste contexto de disputa regional entre duas potências regionais, o pequeno reino do Butão decide pelo lado indiano, começando assim uma parceria longa de ajuda técnica e financeira para a promoção do desenvolvimento do país. Líderes butaneses então começam as negociações com a *Indian Planning Commission* para escrever o primeiro *Five Year Development Plan* (FYDP, Plano Quinquenal de Desenvolvimento em português) para o período 1961-1966 e que foi completamente financiado pelo governo indiano, assim como o segundo FYDP de 1966-1971 (BELFIGLIO, 1972, p. 676).

É importante deixar claro que, apesar de não ter havido um processo de colonização territorial no Butão, a sua profunda dependência da Índia enquanto colônia britânica e mesmo após enquanto país independente carrega colonialidades que tornam eurocêntrica a visão de desenvolvimento dos primeiros planos de desenvolvimento butaneses antes do surgimento da ideia de Felicidade Interna Bruta, que surgiu somente em 1972 com o quarto rei Jigme Singye Wangchuck. Um dos elementos que ajuda a compreender as colonialidades do regime britânico na Índia é a minuta de T. B. Macaulay de 2 de fevereiro de 1835, na qual ele apresenta argumentos sobre o sistema educacional indiano que levam a entender que há uma

superioridade das línguas e dos conhecimentos europeus em detrimento daqueles orientais. Em um dos trechos mais explícitos ele escreve:

Eu não tenho nenhum conhecimento de sânscrito ou árabe. Mas eu tenho feito o possível para formar uma avaliação correta do valor dos mesmos. Eu tenho lido traduções dos mais celebrados trabalhos em árabe e sânscrito. Em tenho conversado, tanto aqui [na Índia] quanto em casa [na Inglaterra], com distintos homens pela sua proficiência em idiomas orientais. E estou bem pronto para tomar o aprendizado oriental a partir da avaliação dos próprios orientalistas. Eu nunca encontrei nenhum deles que pudesse negar que uma única prateleira de uma boa biblioteca europeia valeria mais do que toda a literatura nativa da Índia e da Arábia. A intrínseca superioridade da literatura ocidental é de fato completamente admitida por estes membros do comitê [Comitê da Instrução Pública] que apoiam o plano oriental de educação. (MACAULAY, 1835, tradução nossa²⁴)

Portanto, o fim do colonialismo com a independência política da Índia em relação ao Reino Unido, assim como as outras independências de ex-colônias, não representa o fim das colonialidades do poder e do saber que perpetuam o eurocentrismo, o orientalismo e todos os demais pensamentos de supremacia europeia como o retratado acima. A relação de cooperação para o desenvolvimento entre Índia e Butão deve, desta maneira, levar estas colonialidades em consideração.

Uma evidência de que a colonialidade do saber havia penetrado o pensamento butanês de desenvolvimento se dá em 1972, com o quarto rei Jigme Singye Wangchuck. Foi ele que disse a famosa frase “A Felicidade Nacional Bruta é mais importante do que o Produto Nacional Bruto” (BRAY, 1993, p. 214, tradução nossa²⁵). O que ele constatara é que a modernização iniciada pelo seu pai não deveria trazer os problemas sociais oriundos deste processo, problemas estes já bastante presentes no resto do Sul da Ásia (BRAY, 1993). Portanto, a ideia de Felicidade Nacional (ou Interna) Bruta, trocadilho criado com a ideia de PIB, não surgiu como negação às mudanças ou como busca de retomar o passado, mas serviu sobretudo para reorientar o pensamento butanês de desenvolvimento ao colocar no centro o conceito de felicidade, fundamental para se explicar a própria fundação do Estado butanês e da monarquia, como visto no código legal de 1729 citado anteriormente.

²⁴ I have no knowledge of either Sanscrit or Arabic. But I have done what I could to form a correct estimate of their value. I have read translations of the most celebrated Arabic and Sanscrit works. I have conversed, both here and at home, with men distinguished by their proficiency in the Eastern tongues. I am quite ready to take the oriental learning at the valuation of the orientalist themselves. I have never found one among them who could deny that a single shelf of a good European library was worth the whole native literature of India and Arabia. The intrinsic superiority of the Western literature is indeed fully admitted by those members of the committee who support the oriental plan of education.

²⁵ Gross National Happiness is more importante than Gross National Product.

Diferente de seus antecessores, o quarto rei não deixou o trono ao morrer, mas renunciou em 2006 em favor de seu filho. Antes, porém, ele deixou importantes feitos para se pensar a felicidade nacional bruta, como a criação em 1998 do Centro para Estudos Butaneses e Pesquisa sobre a Felicidade Nacional Bruta e com o lançamento de rascunhos de uma nova constituição em 2001, Constituição esta que foi aprovada em 2008 e que fez do Butão uma monarquia democrática. Seu filho Jigme Khesar Namgyal Wangchuck é o quinto e atual rei, dando continuidade ao processo de democratização política.

3.3 Colonização espanhola em Abya Yala

Bolívia e Equador, por possuírem alguns elementos em comum, podem por consequência ter parte da história apresentada de maneira agrupada. O território ocupado pelos dois países, assim como por países vizinhos, foi historicamente território de diversas populações antes da chegada dos colonizadores espanhóis. Entretanto, antes de começar a falar propriamente da história dos povos destes locais, é preciso destacar que a América enquanto conceito de “novo continente” é algo exógeno aos povos ancestrais. O uso da palavra “América” para se referir ao continente, em homenagem ao espanhol Américo Vespúcio, é problemático na medida em que naturaliza a ideia de que uma civilização humana no continente surge somente com a chegada dos europeus, que “descobrem” uma terra “nova”. Portanto, no desejo de se descolonizar o conhecimento sobre a região, será preferido o termo “Abya Yala”, que significa “Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento” na língua do povo Kuna que habita regiões pertencentes atualmente a Colômbia e Panamá (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 26). Porto-Gonçalves explica que

Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição a América, expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wakdseemüller, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX, adotada pelas elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus, no bojo do processo de independência. Muito embora os diferentes povos originários que habitavam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama -, a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada por esses povos, objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento. (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 26)

Assim como chamar o continente de América é colocar na centralidade a chegada dos europeus a um continente já habitado, reduzir estes povos a “pré-colombianos” ou “indígenas” também leva a uma simplificação de uma realidade ampla e complexa. Porto-Gonçalves (2009)

diz que a população de Abya Yala antes da chegada dos primeiros europeus era estimada entre 57 e 90 milhões de habitantes de vários povos diferentes e ele enumera alguns destes povos para exemplificar esta diversidade: “maia, kuna, chibcha, mixteca, zapoteca, ashuar, huarani, guarani, tupinikin, kaiapó, aymara, ashaninka, kaxinawa, tikuna, terena, quéchua, karajás, krenak, araucanos/mapuche, yanomami, xavante (...)” (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 26).

A região do continente onde se encontram os países estudados, Bolívia e Equador, é conhecida pelos povos originários como Tawantinsuyu, termo que se confunde com o Império Inca. Neste sentido, Mignolo (2008, p. 240) faz uma distinção entre organizações sociais e territorialidades: Tawantinsuyu, assim como Anahuac, se tratam de organizações sociais, respectivamente de incas e astecas, enquanto Abya Yala é um conceito kuna para falar da própria terra.

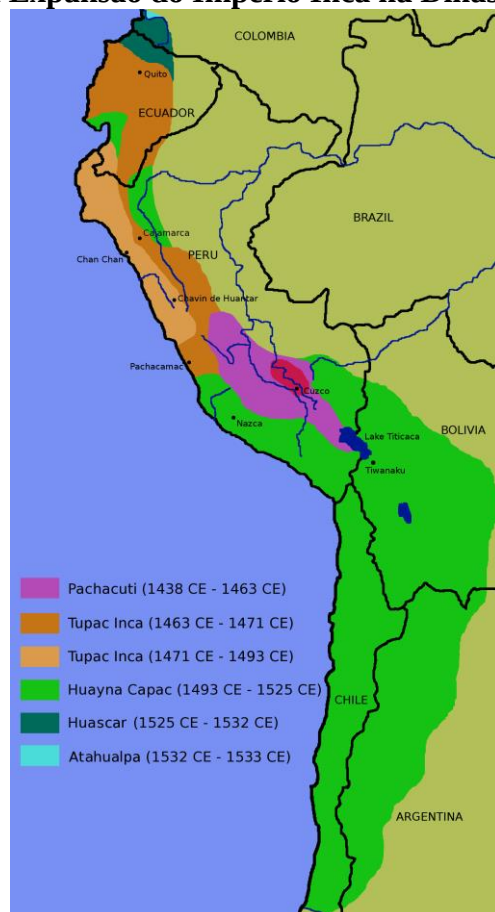
Como recorte geográfico, este histórico focará nos Andes, cordilheira que atravessa todo o continente, que acolheu o surgimento dos incas e que ainda hoje é terra de muitos grupos de fala quéchua e aimará. Para apresentar os primeiros agrupamentos humanos na região, o principal recurso disponível são as pesquisas arqueológicas. Evans (1998, p. 141) divide em quatro períodos de desenvolvimento cultural: o período pré-agrícola, o período formativo, o período do desenvolvimento regional e o período da integração. Segundo Evans (1998), os indícios em artefatos de basalto indicam a existência de populações há cerca de 6000 e 7000 anos. Sobre o período formativo, Evans apresenta a cultura cerâmica Valdívía como a mais antiga na costa Sul do atual Equador, com artefatos que apontam através do carbono-14 datas entre 3190 a.C. e 2090 a.C. Entre 2000 a.C. e 1500 a.C. surgiu outro grupo na costa, chamado de Machalilla, que eram caçadores, pescadores e coletadores com obras em cerâmica muito diferentes das dos Valdívía (EVANS, 1998, p. 144). O período de desenvolvimento regional, entre os anos de 500 a.C. a 500 d.C., possui evidências de contato dos povos daquela região com populações de origem mesoamericana através da chegada de uma série de elementos não sul-americanos nos artefatos encontrados (EVANS, 1998, p. 158). Finalmente, o período de integração se inicia por volta do 500 a 600 e vai até a época da chegada dos europeus (EVANS, 1998, p. 169).

Por sua vez, a região com mais informações na Bolívia é a do altiplano andino, em particular no noroeste do país, na atual fronteira com o Peru na região do lago Titicaca. Ainda assim, Renard-Casevitz, Saignes e Taylor (1988, p. 21) afirmam que não existem dados arqueológicos nesta região antes de 1220 a.C., assim como na região de Cusco. Como principais culturas após esta data, destacam-se os Huari no atual Peru (região de Ayacucho) e os Tiahuanaco no altiplano andino (Sul do Peru, Oeste da Bolívia e Norte do Chile). Segundo

Janusek (2006, p. 471), os Tiahuanaco integravam a produção pesqueira, pastoral e agrícola. O modelo explicativo da evolução histórica do Tiahuanaco elaborado por Janusek é dividido em três fases: a primeira de múltiplas comunidades com fronteiras fluidas (100 a.C. a 250 d.C.), a segunda de uma política regional (de 250 a 500) e a terceira de um estado teocrático pan-regional até o ano 800 com um centro urbano cerimonial que controlava e influenciava várias regiões centro-sul dos Andes (Janusek, 2006, p. 472). A queda do Tiahuanaco foi repentina e permanece inexplicada, com hipóteses que passam por crises climáticas ao fim de um “ciclo tribal” que levaria a cisões dentro da confederação religiosa criada (RENARD-CASEVITZ, SAIGNES, TAYLOR, 1988, p. 26). O declínio dos Tiahuanaco levou à destruição intencional de vários símbolos religiosos e ao abandono da região por algumas centenas de anos até a chegada dos incas no meio do século XV (FRIEDMAN, 2008, p. 3).

O principal fenômeno político da região andina antes da chegada dos europeus foi, pela sua extensão e capacidade de capilarização, o império inca, ou Tawantinsuyo. O mapa a seguir ilustra de que maneira esta expansão ocorreu ao longo do tempo durante os reinados de imperadores da Dinastia de Pachacuti:

FIGURA 6 – A Expansão do Império Inca na Dinastia de Pachacuti



Fonte: Inca..., 2017.

A sobreposição das fronteiras atuais com a expansão retratada ajuda a perceber que a presença inca no Equador começou entre 1463 e 1471, atingindo costa e serra, mas não penetrando na região de selva amazônica a leste do território atual. Por sua vez, a expansão rumo à Bolívia se deu entre 1493 e 1525 com Huayna Capac, atingindo o altiplano que fora antes dominado pelos Tiahuanaco, mas também não alcançou as porções mais orientais do território atual. Esta região se caracteriza por ser uma grande planície que se estende dos Andes até os rios Paraguai e Paraná (portanto, já no território atual do Paraguai) e é, na sua porção oriental, terra dos guaranis “Guarayús”, enquanto na sua porção mais ao sul é terra dos guaranis “Chiriguano” (NORDENSKIÖLD, 1917, p. 103). O padre missionário espanhol Barnabé Cobo relatou estes povos como “gente bárbara e muito belicosa”, que de fato chegaram a invadir o império inca na mesma época em que chegavam os espanhóis, mas depois voltaram às suas terras, justificando assim a organização inca de exércitos para a guerra (COBO, [1653] 1991, p. 19).

Sobre os incas, Dozer (1974, p. 64) conta que eram de uma “tribo conquistadora”, de fala quéchua, com centro político em Cuzco, vindos da região do Lago Titicaca e cujo imperialismo foi capaz de submeter povos ao longo de mais de 3000 quilômetros, promovendo integração política e cultural ao longo dos Andes. A unidade de referência para eles era o *ayllu*, que incluía tanto o povo de uma aldeia quanto as terras cultivadas por eles, evidenciando a relação profunda e mística entre o indivíduo e a natureza que vai ser retomada com a atual instrumentalização do Bem Viver no Equador e Bolívia. O trabalho era organizado em grupos de dez trabalhadores de maneira hierárquica até chegar aos governadores das quatro partes do império (Chichasuyu ao Norte, Antisuyu ao leste, Kollasuyu ao sul, Kuntixuyu a oeste) e, por fim, ao próprio Inca, autoridade suprema (DOZER, 1974, p.65). A economia era baseada na agricultura com o cultivo de mais de quarenta plantas como o milho, o feijão, a abóbora, o algodão e o tabaco através de um complexo sistema de irrigação nas encostas das montanhas. Sua população era de cerca de 7 milhões de habitantes na ocasião da chegada dos espanhóis, sendo cerca de 200 mil somente em Cuzco. Ainda segundo Dozer (1974), a estrutura hierárquica inca contava com uma aristocracia que possuía altas posições no governo e carreiras diferentes do resto da população, podendo ser arquitetos, militares, sacerdotes ou professores. Afirma Dozer que

Formava um sistema de socialismo de Estado em que a propriedade era coletiva e o trabalho, obrigatório. (...) Toda a terra constituía propriedade do govêrno, e os indivíduos fisicamente aptos que eram destinados ao trabalho agrícola deviam realizá-lo debaixo da supervisão de funcionários do govêrno, cultivando em primeiro lugar

os campos reservados ao culto do Sol, depois aqueles cujo produto revertia em benefício das viúvas, dos órfãos e das pessoas ausentes a serviço do govêrno, a seguir as terras do *curaca* ou chefe, e por fim as do próprio Inca. (...) Os produtos de seu trabalho eram guardados em armazéns comunais, parte para o uso dos sacerdotes, parte para o Inca e a família deste, e parte como reserva para as épocas de fome. Não se deixava a menor margem ao exercício da iniciativa individual ou à acumulação de riqueza. Por essa razão, nem o comércio privado nem a moeda eram necessários. (DOZER, 1974, p. 66-67)

É válido destacar que Dozer, ao buscar associar o sistema inca como “socialista” ou como “comunista” (como ele afirma na p. 67) é problemático na medida em que mantém o eurocentrismo epistêmico. Portanto o seu relato é uma fonte importante de informações, mas deve ser considerado com ressalvas uma vez que se trata de um olhar parcial. Como contraponto, Murra afirma que

a estrutura sócio-política criada no século XV na região central dos Andes, tem sido considerada como excepcional e, por alguns, inclusive como utópica: aqui havia *gente de razón*, povo civilizado, com cidades e templos, irrigação e elites; com depósitos para armazenar o sobreproduto. Ninguém é “pobre” nem se morre de fome (MURRA, 1991, p. 22).

Esta visão mais otimista de Murra sobre a estrutura política e econômica incaica é reafirmada também em outros textos:

Ao caracterizar o sistema econômico inca como redistributivo, atribuímos ao Estado o papel principal de intercâmbio de bens. O estado recebia a maior parte do excedente da produção camponesa e dos artesãos a seu serviço e por sua vez redistribuía a maior parte destes produtos entre diversos segmentos da população, de acordo com uma lógica estatal (MURRA apud PORTUGAL, 2009, p. 81, tradução nossa²⁶)

O primeiro contato destas populações andinas com a Europa se deu somente em 1532 com a invasão das tropas de Francisco Pizarro, isto é, depois de cerca de quarenta anos de europeus já acostumados com a ideia de “índios” nas Antilhas, Mesoamérica e Brasil (MURRA, 2004, p. 63). Como conta Portugal (2009, p. 98), o encontro entre Pizarro e Atahualpa, que foi o último imperador de Tahuantinsuyu, começou com uma tentativa de reciprocidade (característica fundamental na cultura inca) mas acabou em guerra após Atahualpa ter jogado uma Bíblia no chão, o que levou a um ataque imediato dos espanhóis que o capturaram, exigiram ouro e prata em troca e o mataram em seguida em praça pública. Para evitar que fosse

²⁶ Al caracterizar el sistema económico inca como redistributivo, le atribuimos al estado el papel principal en el intercambio de bienes. El estado recibía la mayor parte del excedente de la producción campesina y de los artesanos a su servicio, y a su vez redistribuía la mayor parte de estos productos entre diversos segmentos de la población, de acuerdo con una lógica estatal.

queimado vivo, o imperador pediu para ser batizado, o que foi atendido, ainda que em seguida ele tenha sido queimado morto. Por fim, foi enterrado como um espanhol, com cruz e outros aparatos religiosos cristãos (HOZ apud PORTUGAL, 2009, p. 100). Este assassinato significou a desestruturação do mundo andino, isto é, sobreviveram algumas estruturas antigas, mas fora do contexto de coerência no qual se situavam (WACHTEL apud PORTUGAL, 200, p. 100).

Assim começa a presença colonial espanhola no continente, partindo de Cusco e, em 1535, fundando a *Ciudad de los Reyes*, atualmente Lima (DOZER, 1974, p. 69). Os anos seguintes foram marcados pela expansão espanhola a partir do Rio de Prata e de Lima, começando assim a criarem novas povoações, como em Potosí, na atual Bolívia, onde os espanhóis se fixaram em 1545 por causa das minas de prata e ouro e que no final do século já ultrapassava a marca de 100 mil habitantes (DOZER, 1974, p. 74). Por sua vez, Quito foi ocupada em 1533 por Sebastián de Benalcázar, um dos capitães de Pizarro, e Guayaquil, atualmente também no Equador, foi o ponto de partida anos depois para a exploração ao leste rumo ao rio Amazonas (DOZER, 1974, p. 78).

A colonização espanhola permitiu que o império fosse mantido no continente por mais de trezentos anos, chegando à sua extensão máxima em 1790 ao reclamar o Estreito de Nootka, próximo da atual Vancouver, no Canadá (DOZER, 1974, p. 102). Três princípios fundamentavam a teoria imperial espanhola:

- 1) Que o direito de domínio eminente sobre todas as terras recém-descobertas pertencia à coroa de Castela;
- 2) Que a propriedade privada da terra, tanto por parte de espanhóis como de índios, só podia ser fruída por concessão e favor reais;
- 3) Que todos os residentes brancos e índios do Novo Mundo deviam ser tratados como súditos da coroa. (DOZER, 1974, p. 104)

Portanto, o pensamento que permeava a presença espanhola em Abya Yala trazia novos conceitos para as populações originárias incaicas, como a propriedade privada e a submissão a uma coroa que não se propunha a fornecer o que era necessário para a vida da mesma de maneira como ocorria durante a dominação inca. A colonização era, assim, uma mudança política, alterando a hierarquia sob a qual aquela sociedade se estruturava, e econômica, de modo a enviar ouro e prata para a Europa e cultural, na medida em que se desestruturavam os elementos quéchua originários em prol da conversão para a fé católica. Além disso, um elemento fora do controle europeu corroborou para a queda das populações originárias, já abatidas pela desintegração do padrão antigo de vida, pelo equilíbrio existente na produção de alimentos e pelo trabalho servil forçado: as doenças trazidas pelos espanhóis, em particular a varíola,

trouxeram um impacto demográfico drástico, reduzindo a população da região peruana de cerca de 9 milhões de pessoas em 1532 para 1,3 milhão em 1570 (ELLIOT, 2004a, p. 191).

O primeiro momento colonial espanhol dos “conquistadores” foi substituído na segunda metade do século XVI pelo período dos administradores através da criação dos vice-reinados, institucionalizando assim a presença imperial no continente: enquanto a América do Sul e o Panamá respondiam ao Vice-Reino do Peru, o Caribe e a América Central e do Norte respondiam ao Vice-Reino da Nova Espanha. Por sua vez, os vice-reinos eram seccionados em *audiencias*, como a de Quito, criada em 1563 e a de Charcas criada em 1559 e que corresponde a parte do território atual boliviano (ELLIOT, 2004b, p. 284). Em 1717 é criado o Vice-Reino de Nova Granada, que incluiu a *audiencia* de Quito e em 1776 o Vice-Reino de Rio de la Plata, que incluiu a *audiencia* de Charcas e praticamente todo o atual território boliviano, sendo que Potosí seguia sendo a maior responsável pelas exportações do porto de Buenos Aires, respondendo por cerca de 80% do valor total em 1796 (ELLIOT, 2004b, p. 421). Com o tempo a metrópole passou a taxar mais os vice-reinos, de modo que acabava, segundo Elliot (2004b, p. 329) “minando a confiança, retirando o dinheiro de circulação em regiões onde geralmente era escasso, e devastando o sistema de crédito pelo qual eram conduzidas as transações locais e ultramarinas”. A tendência era de desintegração, o que levou as oligarquias formadas nos vice-reinos a serem bem mais autônomas no século XVII (ELLIOT, 2004b, p. 336). Foi conveniente para a elite crioula, desta maneira, que Napoleão tenha colocado José Bonaparte no trono da Espanha em 1808, que passaram a exigir autonomia e se rebelaram (ELLIOT, 2004b, p. 445). Símon Bolívar sintetiza o sentimento desta elite em carta escrita em 1815: “Não somos índios nem europeus, mas uma espécie que se coloca de permeio entre os legítimos donos destas terras e os usurpadores espanhóis” (BOLÍVAR apud DOZER, 1974, p. 184)

Em termos discursivos e estratégicos, Dozer explica que os líderes revolucionários buscaram apoio das populações indígenas, valorizando os antigos impérios em oposição às crueldades cometidas pelos espanhóis contra eles (DOZER, 1974, p. 186). Percebe-se, portanto, que já neste contexto eram evidentes elementos de hibridismo cultural na criação de uma nova identidade que é diferente daquelas originárias, mas que quer se opor às europeias.

A primeira metade do século XIX foi marcada por dezenas de independências, lideradas por nomes como Simon Bolívar, Bernardo O’Higgins e José de San Martín. Em 1820, Guayaquil declarou sua independência sendo apoiada com tropas de Bolívar e de San Martín mas foi posteriormente anexado a Nova Granada, que também já estava independente (DOZER, 1974, p. 217). Os dois, entretanto, possuíam projetos diferentes, sendo que San Martín não alimentava ambições pessoais, enquanto Bolívar possuía “intrepidez e a vontade férrea”, de

modo que San Martín deixou a luta revolucionária enquanto Bolívar seguiu como principal liderança (DOZER, 1974, p. 219-220). Nova Granada se uniu à Venezuela em 1819, formando assim a Grã-Colômbia, que incluía também os atuais Equador e Panamá. A liderança de Bolívar durou até março de 1830, quando ele renunciou em um contexto já de forte tendência à fragmentação, o que de fato ocorreu com a independência da Venezuela um mês depois e com a independência de Quito em agosto do mesmo ano, que passava agora a ser conhecido como Equador (DOZER, 1974, p. 252).

Em 1823 os espanhóis voltaram ao Peru, levando Bolívar a lutar pela independência lá e no Alto Peru que, após conseguir a independência em 1825, decidiu homenagear o seu libertador, passando-se a se chamar Bolívia (DOZER, 1974, p. 220). Portanto a Bolívia a partir de 1825 e o Equador a partir de 1830 se tornam países politicamente independentes do império espanhol e surgidos após cisões dentro de outros países surgidos anteriormente, Peru e Grã-Colômbia respectivamente. Desta maneira, o período pós-colonial (no sentido temporal) de ambos os países será apresentado de maneira separada, uma vez que não há mais uma unidade política que justifique a narrativa conjunta.

3.3.1 *Bolívia: da negação dos povos indígenas a Evo Morales*

O projeto de união bolivariana ainda encontrava esperanças em personagens como Andrés Santa Cruz, que assumiu o poder na Bolívia em 1829 e buscou formar a Confederação do Grande Peru em 1835, projeto este, porém, que nunca encontrou estabilidade devido às disputas e desconfianças entre bolivianos e peruanos, chegando ao fim em 1839 (DOZER, 1974, p. 254). Os anos seguintes se caracterizaram por governos que buscavam estabilidade, paz, desenvolvimento econômico e buscavam reviver um sentimento de nacionalidade boliviana (DOZER, 1974, p. 338).

Chile e Bolívia possuíam disputas territoriais na região de Antofagasta (então território litorâneo boliviano) e Tarapacá (então território peruano), regiões importantes na produção de nitrato que começaram por volta de 1866 e que culminaram na Guerra do Pacífico entre 1879 e 1883 que anexou tais terras ao Chile, retirando a saída boliviana para o mar (DOZER, 1974, p. 390-394). Apesar de ter sido assinado um tratado entre Bolívia e Chile em 1904 em condições favoráveis aos chilenos, ainda hoje a questão do acesso ao Pacífico é sensível na Bolívia, constando inclusive no artigo 267 da atual Constituição (BOLÍVIA, [2009], 2017). Além desse evento, outras circunstâncias promoveram mudanças no território boliviano, como o Tratado

de Petrópolis de 1903 com o Brasil que passou a contar com o Acre e a Guerra do Chaco entre 1932 e 1935, em que o país perdeu parte do território ao Sul para o Paraguai (DOZER, 1974)

O momento pós-guerra do Pacífico foi marcado por domínio político dos conservadores, o Catolicismo romano era a única religião aceita e entre 1825 até o final do século ocorreram no país mais de sessenta revoluções e seis presidentes foram assassinados (DOZER, 1974, p. 419). Enquanto a virada do século viu em vários países da região a chegada de imigrantes europeus de diversas nacionalidades, Bolívia e Equador receberam poucos imigrantes, o que colaborou para manter um perfil demográfico mais indígena em comparação com outros países que acabaram passando por um processo conduzido de embranquecimento populacional. Por outro lado, a retomada do nacionalismo nos dois países desperta uma revalorização do elemento indígena, em particular depois da Primeira Grande Guerra (DOZER, 1974, p. 477). Sobre a situação das populações indígenas neste contexto, Dozer escreve que

Nesses países, a despeito dos dispositivos liberais de suas Constituições, os índios viviam ainda num estado feudal, sem terras próprias, trabalhando à mercê dos *hacendados* e sem possibilidade de melhorarem a sua situação na vida. Trabalhavam nas terras do *patrón* durante três ou quatro dias por semana sem receberem nenhuma paga e todos os membros de sua família deviam àquele muitas outras obrigações, entre elas o serviço doméstico na casa do *patrón*, tributos de lenha e lã, o cuidado dos animais de criação e, muitas vezes, um pagamento em dinheiro por cima de tudo isso. Como qualquer outro semovente, os serviços do *peón* e toda a sua família eram transferidos juntamente com ela ao novo proprietário. O valor venal de um prédio rústico era amiúde determinado pelo número de agregados nativos que continha. Por vezes, nada menos de uma dúzia de aldeias indígenas ou *ayllus* se achavam incluídas numa única propriedade, cujos servos índios deviam guardar os rebanhos, trabalhar nos campos e transportar para o mercado as colheitas do proprietário. Quanto aos que tinham sido despojados de suas terras e não queriam conformar-se com esse estado de servidão, ou migravam para as cidades, ou encontravam emprego nas minas do planalto e nos seringais da selva, ou faziam-se salteadores de estrada. (DOZER, 1974, p. 477)

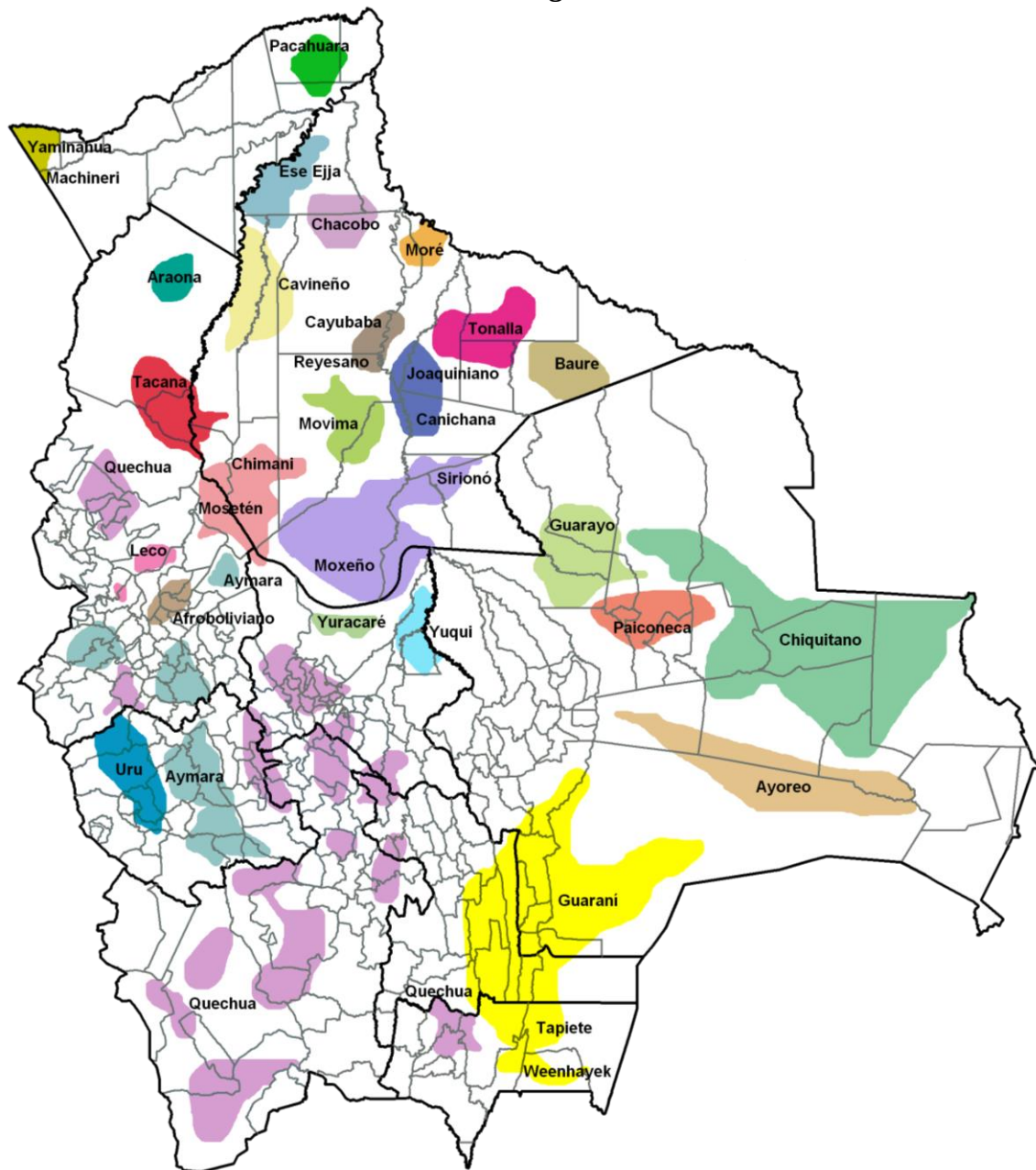
Esta relação com as populações originárias é baseada em uma percepção de que eles não eram compatíveis com o progresso dos brancos. Como formulou Moreno no final do século XIX, “O índio e o mestiço incaico radicalmente não servem para nada na evolução progressiva das sociedades modernas. Terão, mais cedo ou mais tarde, na luta pela existência, que desaparecer sob a planta soberana dos brancos puros e purificados” (MORENO apud CAMARGO, 2006, p. 123, tradução nossa²⁷). Por sua vez, Bautista Saavedra, presidente no início do século XX, confirmou esta visão racista e instrumental do índio quando afirmou que

²⁷ El indio y el mestizo incásicos radicalmente no sirven para nada en la evolución progresiva de las sociedades modernas. Tendrán, tarde o temprano, en la lucha por la existencia, que desaparecer bajo la planta soberana de los blancos puros o purificados.

“se uma raça inferior colocada junto a outra superior tem que desaparecer... temos que explorar os índios aimarás e quéchuas para nosso proveito ou temos que eliminá-los porque constituem um obstáculo e um empecilho em nosso progresso, e façamos assim franca e energicamente” (SAAVEDRA apud CAMARGO, 2006, p. 124, tradução nossa²⁸). Como bem lembra Camargo, Edward Said ajuda a compreender esta construção do índio enquanto o “outro” da oligarquia boliviana, ou seja, seu lado negativo, não civilizado e negado (CAMARGO, 2006, p. 132).

Camargo (2006, p. 134-135) destaca que de 1910 a 1930 várias rebeliões indígenas ocorreram na Bolívia, representando uma novidade em termos políticos e ideológicos em torno da defesa das comunidades indígenas. Sucedeu este período a Guerra do Chaco, cujas consequências criaram uma desordem propícia para incubar a Revolução de 1952 (CESPEDES apud CAMARGO, 2006, p. 139). Por sua vez, a Revolução de 1952 marcou a entrada das massas populares na política através do MNR (*Movimiento Nacionalista Revolucionario*) que trouxe reformas políticas como o sufrágio universal (incluindo analfabetos, indígenas e mulheres), a reforma agrária e a nacionalização das minas durante o governo de Víctor Paz Estenssoro entre 1952 e 1956 (BALLIVIÁN, 2008). O MNR ganhou as eleições seguintes de 1956, 1960 e 1964, mas neste momento já se encontrava debilitado e fragmentado, de modo que sofreu um golpe que colocou o general René Barrientos na presidência sem que houvesse convulsões populares, ainda que o resultado eleitoral tenha dado 97% dos votos para Paz (BALLIVIÁN, 2008, p. 20). O período militar começou, portanto, em 1964 suspendendo as atividades dos partidos políticos até o final de 1977 e só foi concluído definitivamente em 1982 com a instauração de governos democráticos e aplicação de políticas econômicas liberais para tentar frear a hiperinflação no último governo de Víctor Paz entre 1985 e 1989 (BALLIVIÁN, 2008, p. 24). As eleições seguintes tiveram um progressivo desaparecimento do voto concentrado no MNR e evidenciaram uma fragmentação eleitoral que refletia a diversificação social econômica do país, como é o caso do atual governo de Evo Morales, cujo partido, MAS (*Movimiento Al Socialismo*), nasce de um grupo de camponeses cocaleiros de Cochabamba (BALLIVIÁN, 2008, p. 25). Evo Morales, presidente boliviano desde 2006, é o primeiro presidente indígena do país, o que é representativo em um país com numerosa população de vários grupos originários, como demonstra o mapa a seguir:

²⁸ Si una raza inferior colocada junto a otra superior tiene que desaparecer... hemos de explotar a los índios aymaras y quechuas en nuestro provecho o hemos de eliminarlos porque constituyen un obstaculo y una rémora en nuestro progreso, y hagámoslo así franca y energicamente.

FIGURA 7 – Povos originários da Bolívia

Fonte: Pueblos..., 2017.

Esta grande variedade de populações originárias da Bolívia ajuda a perceber o quanto reduzir estes grupos a “indígenas” é simplista, uma vez que têm origens diferentes, línguas diferentes e organizações sociais diferentes. A nova Constituição de 2009 buscou refletir em termos linguísticos esta diversidade ao reconhecer como línguas oficiais no artigo 5º, além do espanhol, o aymará, o araona, o baure, o bésiro, o cavineño, o cayubaba, o chácobo, o chimán, o esse ejja, o guarani, o guarasu’we, o guarayu, o itonama, o leco, o machajuyai-kallawaya, o machineri, o maropa, o mojeñotrinitario, o mojeño-ignaciano, o moré, o mosetén, o movima, o

pacawara, o puquina, o quéchua, o sirionó, o tacanha, o tapiete, o toromona, o uruchipaya, o weenhayek, o yaminawa, o yiku, o yuracaré e o zamuco (BOLÍVIA, 2009).

3.3.2 *Equador: disputas políticas, golpes e revoluções*

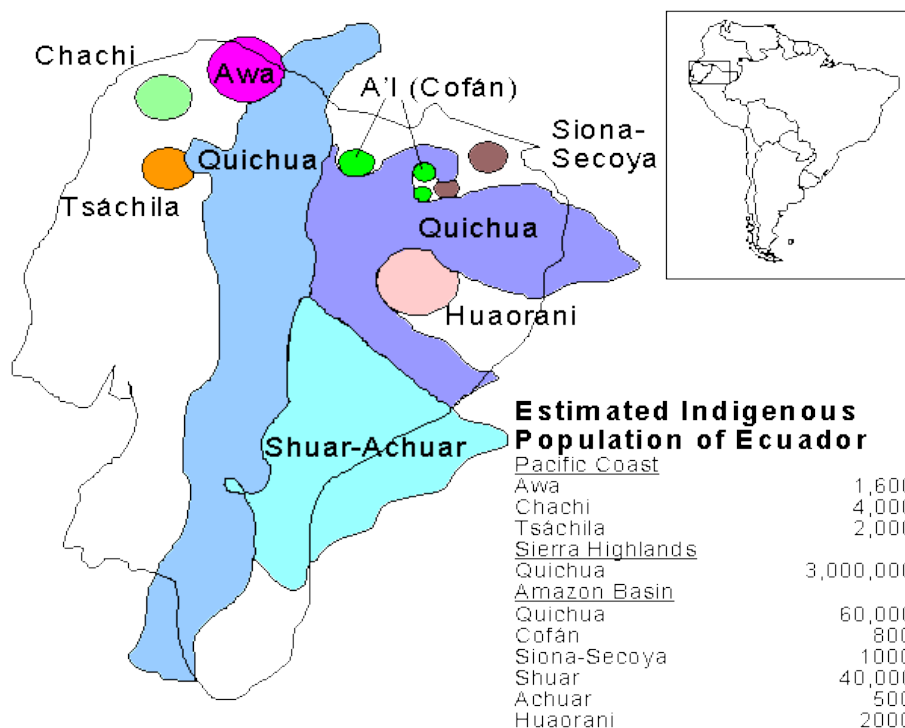
As primeiras décadas após a independência equatoriana foram marcadas pelo governo liberal, pela falta de um sentimento nacional e pelo isolamento de várias regiões do país, inclusive entre os dois principais centros, Guayaquil no litoral e Quito a quinhentos quilômetros dentro do continente, que possuíam vidas separadas e caudilhos próprios (DOZER, 1974, p. 335). Golpes foram constantes, como em 1851 que levou ao poder o General José María Urbina, ou o de 1859 que levou o conservador Gabriel García Moreno à presidência, este que criou uma nova Constituição que transformou o Equador em uma espécie de teocracia através da Igreja Católica que, segundo Moreno, era a única base possível de desenvolvimento (DOZER, 1974, p. 412). Como na Bolívia, as elites brancas crioulas discriminavam as populações não-brancas, como os índios, os mestiços, os negros e os mulatos, ao considerá-los pessoas com “nenhuma potencialidade política que estavam totalmente degradados” (VELASCO apud VALAREZO, DÁVILA, 2004, p. 45, tradução nossa²⁹).

A disputa política entre liberais e conservadores que marcou o continente ao longo do século XIX e início do século XX também se repetiu no Equador. Após décadas de governos conservadores, o general Eloy Alfaro em 1895 começou a Revolução Liberal que durou até 1912, retomando ao Estado equatoriano o controle sobre esferas que estavam nas mãos da Igreja Católica, como a educação, o registro civil e a regulação dos contratos matrimoniais (MORA, 2008, p. 32). O período seguinte foi de predomínio da oligarquia liberal e culminou com crise econômica e descontentamentos vários, levando a um golpe de militares progressistas em 1925 (MORA, 2008, p. 34). Este evento ficou conhecido como Revolução Juliana por ter ocorrido em julho e marcou também uma ruptura contra o sistema corrupto de endividamento com a elite de Guayaquil que levou à criação do Banco Central (CEPEDA, 2002, p. 7). Foi durante o domínio dos militares julianos que ocorreram reformas fiscais e que o direito ao voto foi estabelecido para as mulheres. Uma característica da política equatoriana é que as disputas políticas principalmente entre conservadores, liberais e socialistas levou ao surgimento de vários governos através de golpes, a várias tentativas de criação de ditaduras militares e civis e a várias assembleias constituintes ao longo do século XX. A última ditadura foi parte de um

²⁹ Ninguna potencialidad política, estaban totalmente envilecidos.

movimento amplo de surgimento de governos militares pela América do Sul que se alinhavam aos Estados Unidos em nome do anticomunismo: no caso equatoriano, a ruptura veio em 1963 contra o governo de Carlos Julio Arosemena e os militares buscaram modernizar a economia através de uma visão de desenvolvimento capitalista que promoveu uma reforma agrária destinada a mudar as relações pré-capitalistas e que criou uma “tecnoburocracia” apolítica mas com tendências à direita (MORA, 2008, p. 38). A forte presença do Estado na economia, entretanto, se enfraqueceu nos anos 1980 como em vários outros países naquele momento e se encontrou um agravante com incidentes fronteiriços com o Peru em 1981. O país foi levado a fazer reformas estruturais liberalizantes com o FMI (Fundo Monetário Internacional), e o candidato de direita León Febres Cordero ganhou as eleições de 1984, dando continuidade a medidas neoliberais (MORA, 2008, p. 39). Os anos 1990 seguiram com reformas neoliberais e em janeiro de 1995 o Peru atacou o Equador, levando a semanas de enfrentamentos em que o Equador conseguiu defender seu território. O acordo de paz veio em 1998, consolidando as fronteiras estabelecidas em 1942, mas o contexto era de crise econômica aguda, com o governo de Jamil Mahuad que privilegiava a proteção aos interesses dos banqueiros que financiaram sua campanha (MORA, 2008, p. 40). Mahuad tomou uma série de decisões que deixaram a situação equatoriana bastante delicada: em março de 1999 foi decretado um feriado bancário, congelando o depósito de milhares de pessoas; foi entregue para as forças armadas dos Estados Unidos a base de Manta; e foi decretada a dolarização da economia, mesmo sem ter havido estudos técnicos prévios e preparação para tal mudança. O presidente acabou sendo deposto em janeiro de 2000 por uma mobilização indígena e de oficiais médios (MORA, 2008, p. 41).

Os presidentes seguintes mantiveram a dolarização, a política econômica neoliberal e o alinhamento com os Estados Unidos. Em 2006, entretanto, Rafael Correa, do *Alianza País*, ganha as eleições com um discurso de reformas radicais e combate ao neoliberalismo. É no seu governo que é criada a atual Constituição de 2008 que inova com a ideia dos direitos da natureza e que traz o *Sumak Kawsay* enquanto nova referência civilizatória. Assim como na Bolívia, também o Equador possui grande diversidade de populações originárias, se destacando entre elas os falantes de quéchua, como se pode observar no mapa a seguir:

FIGURA 8 – Povos originários do Equador

Fonte: Confederación de Nacionalidades Indígenas Del Ecuador (1989, p. 284)

Rafael Correa através da Revolução Cidadã promoveu mudanças para aumentar a autonomia e a soberania equatoriana, como na polêmica decisão de não pagar parte da dívida pública após realização de auditoria pública. O relatório verificou uma série de inconsistências nos cálculos da dívida, assim como abusos por parte de bancos internacionais, cálculos superfaturados em projetos multilaterais, resultados não entregues e cláusulas abusivas e ilegais em acordos bilaterais (COMISIÓN PARA LA AUDITORIA INTEGRAL DEL CRÉDITO PÚBLICO, 2008). Após ter sido reeleito em 2013, ele deixa a governo em 2017 como um dos poucos presidentes que conseguem completar o mandato no país.

4 PROJETOS A PARTIR DAS ANCESTRALIDADES

“É preciso assumir a perspectiva dos direitos dos povos e das culturas, dando assim provas de compreender que o desenvolvimento dum grupo social supõe um processo histórico no âmbito dum contexto cultural e requer constantemente o protagonismo dos atores sociais locais a partir da sua própria cultura. Nem mesmo a noção da qualidade de vida se pode impor, mas deve ser entendida dentro do mundo de símbolos e hábitos próprios de cada grupo humano” (FRANCISCO, 2016, p. 113)

Os dois capítulos anteriores permitem afirmar que a expansão do mundo ocidental para a Ásia, África e Abya Yala levou ao silenciamento de gnosés, jogando para a periferia das novas sociedades as populações originárias e promovendo um entendimento de desenvolvimento alinhado à ideia de modernização eurocêntrica. O que chama a atenção nos quatro países estudados é o fato de que eles, em algum momento após as violências epistêmicas sofridas, promovem uma mudança no entendimento de desenvolvimento ao retomar ideais ancestrais. Em termos cronológicos, isso aconteceu primeiro na Tanzânia nos anos 1960 com a implementação do Ujamaa por Julius Nyerere. Na década seguinte o Butão questiona através da ideia de Felicidade Interna Bruta os métodos pelos quais o mundo ocidental delineava o caminho a ser seguido. Finalmente, Equador em 2008 e Bolívia em 2009 promovem este giro decolonial através de suas novas Constituições que inserem o Bem Viver como novo paradigma civilizatório.

O objetivo deste capítulo, neste contexto, é apresentar estes projetos, dividindo-os em três etapas. A primeira etapa se refere à idealização destes projetos, apresentando os conceitos ancestrais recuperados, os valores relacionados e o modo como tais conceitos são apresentados nas respectivas constituições. A segunda etapa é voltada a apresentar a execução destes projetos, mostrando as principais práticas e políticas realizadas, em particular através dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento dos quatro países. Por fim, a terceira etapa se dedicará à avaliação destes projetos, em particular no esforço que os países realizam para se pensar novas categorias de análise, novos indicadores e novas metodologias de avaliação.

4.1 Idealização das ancestralidades aplicadas aos projetos de desenvolvimento

Projetos que promovem rupturas com os pensamentos predominantes de desenvolvimento claramente passaram por processos de reflexão ideológica sobre o futuro desejado pelas respectivas populações. Destaca-se que, como visto no capítulo anterior, nem sempre os projetos incluíam as populações originárias dos países, como no caso boliviano do

início do século XX em que as lideranças políticas claramente diziam defender um modelo de civilização de população branca, em que os índios serviriam somente como mão-de-obra servil para tal construção. Portanto, os casos estudados são inovadores e são exceções em comparação aos governos anteriores.

Os líderes que promoveram os processos não são os primeiros a olhar para as populações empobrecidas de seus países, mas são os primeiros a incluir seus modos de entender a realidade no processo de tomada de decisão, ou para usar o conceito de Boaventura de Sousa Santos, são os primeiros que aplicam Epistemologias do Sul para se pensar instituições modernas como o Estado e o desenvolvimento.

4.1.1 *Ujamaa enquanto Socialismo Africano*

A primeira referência a Ujamaa enquanto uma base para se pensar o desenvolvimento na Tanzânia (que ainda se chamava Tanganica) se deu através do panfleto *Ujamaa – The Basis of African Socialism*, do partido de Nyerere (TANU) em abril de 1962. Neste texto, Nyerere parte da defesa daquilo que também pode ser chamado de “socialismo africano” ao se opor a estruturas econômicas em que as classes superiores se enriquecem a partir da exploração do trabalho de outras pessoas, como o capitalismo e a monarquia feudal (NYERERE, 1968, p. 2). Nyerere, por outro lado, defende que uma boa sociedade é aquela como a sociedade tradicional africana, que é organizada para se preocupar com seus indivíduos desde que estejam dispostos a trabalhar, mas sem que precisem se preocupar em acumular riquezas para o futuro, uma vez que esta sociedade vai dar todo o suporte às viúvas e órfãos (NYERERE, 1968, p. 3). Afirma ele, assim, que o socialismo é essencialmente distributivo e sua produção de riqueza depende de três meios: terra, ferramentas e trabalho. E nas sociedades africanas, todos são trabalhadores, termo este que ele usa tanto para diferir de empregado, de ocioso e de vagabundo (*employer*, *loiterer* e *idler* no original em inglês) e que ilustra através do dito popular suaíle *Mgeni siku mbili; siku ya tatu mpe jembe*, que significa “Trate seu hóspede como hóspede por dois dias; no terceiro dia, dê a ele uma enxada” (NYERERE, 1968, p. 5, tradução nossa³⁰). É interessante pensar neste sentido que, enquanto a centralidade do capitalismo está no capital, capaz de explorar o trabalho para gerar mais riqueza, no socialismo descrito por Nyerere a centralidade está no trabalho para permitir que todas as pessoas da sociedade possam se manter com igualdade e dignidade. Nyerere denuncia a mentalidade capitalista de desejo pela riqueza

³⁰ Treat your guest as a guest for two days; on the third day give him a hoe.

pessoal enquanto fruto do colonialismo, que levou também os africanos a desejarem riqueza, que, afirma ele, não é um problema por si só, mas é um problema na medida em que leva ao poder de dominar outra pessoa (NYERERE, 1968, p. 6). Em seguida, ele propõe um giro decolonial quando fala, em primeiro lugar, da reeducação para reconquistar a mentalidade da sociedade tradicional africana, com indivíduos que cuidam da comunidade e da comunidade que cuida dos indivíduos e, em segundo lugar, da rejeição dos meios capitalistas trazidos pelo colonialismo que reforcem esta mentalidade a ser rejeitada, em particular em relação à propriedade individual da terra, uma vez que na África a terra é reconhecida como pertencente à comunidade para que todos possam produzir o necessário para viver (NYERERE, 1968, p. 6-7).

É importante ressaltar a diferença entre o socialismo africano e o socialismo europeu. Nyerere afirma que enquanto o socialismo europeu nasce como consequência do capitalismo, através das revoluções agrária e industrial, que dividiram a sociedade em classes com terra e sem-terra, o socialismo africano era algo sem origem neste tipo de conflito, sem diferenças de classes nem dominação dos meios de produção e, logicamente, sem algo como um capitalismo tribal. De fato, ele afirma que nem sequer existiam palavras em línguas africanas para conceitos como classe ou casta (NYERERE, 1968, p. 11). *Ujamaa*, portanto, é o termo suaíle de pertencimento a uma família que descreve este tipo de socialismo apresentado por Nyerere, opondo-se ao capitalismo que busca construir uma sociedade feliz ao explorar outros homens, mas igualmente oposto ao socialismo doutrinário que busca uma sociedade feliz a partir do conflito inevitável entre os homens (NYERERE, 1968, p. 12).

A Declaração de Arusha de 1967 é outro importante documento fundacional do *Ujamaa* na Tanzânia ao apresentar a política do TANU³¹ sobre socialismo e autossuficiência. Entre os princípios, destacam-se a igualdade entre todos os seres humanos, o direito à liberdade de expressão e de crença religiosa, o controle estatal dos principais meios de produção, o papel do Estado enquanto responsável para interferir ativamente na vida econômica do país para garantir bem-estar a todos os cidadãos e para prevenir a exploração de uma pessoa por outra, assim como para prevenir a acumulação pessoal de riqueza (NYERERE, 1968, p. 18). A declaração afirma que o dinheiro é a base do desenvolvimento, de modo que o primeiro plano quinquenal de desenvolvimento se propõe a conseguir mais comida, mais educação e melhor saúde, mas que a “arma” que deve ser mais enfatizada é o dinheiro, uma vez que eles calcularam ser

³¹ Vale lembrar que o TANU foi renomeado posteriormente para *Chama Cha Mapinduzi* (Partido da Revolução) e ganhou todas as eleições no país, tanto no período de Nyerere quanto após com a criação do sistema multipartidário.

necessários cerca de 250 milhões de libras³² para conseguir atingir as outras prioridades (NYERERE, 1968, p. 19)

Apesar deste destaque para a importância do dinheiro, o documento deixa claro que o desenvolvimento é trazido pelas pessoas, e não pelo dinheiro, sendo o dinheiro o resultado da base do desenvolvimento (NYERERE, 1968, p. 29). Neste contexto, a Declaração de Arusha apresenta como condições para o desenvolvimento o trabalho duro (aumentando a quantidade de horas trabalhadas por semana num primeiro momento para ser reduzida progressivamente depois) e a inteligência (para aproveitar melhor as condições naturais e as tecnologias disponíveis para aumentar a produtividade) (NYERERE, 1968, p. 29-31). Finalmente, declara-se que o contexto não é o mais adequado para que as indústrias sejam incentivadas, uma vez que elas só seriam viáveis através de empresários estrangeiros com mentalidade capitalista. Logo, o argumento passa por um primeiro momento de prioridade na agricultura, que será o meio de desenvolver o povo (NYERERE, 1968, p. 33). Nesta perspectiva, quatro elementos são fundamentais: primeiro, a terra, para garantir que será produzido comida o suficiente e excedente para exportação. Segundo, o povo, que deve compreender o significado da autossuficiência para pô-la em prática através do trabalho. Terceiro, boas políticas de autossuficiência alinhadas com a mentalidade socialista do *Ujamaa*, que distribuam de maneira justa a riqueza e que protejam as pessoas da exploração. Por último, boas lideranças que sejam exemplos positivos para o resto das pessoas (NYERERE, 1968, p. 33-35).

A constituição da República Unida da Tanzânia atual é de 1977 e dedica o capítulo 9 à ideia da busca do *Ujamaa* e da autossuficiência (TANZÂNIA, [1977], 2015). Segundo o texto, o objetivo da Constituição é facilitar a construção da República Unida como uma nação de indivíduos iguais e livres desfrutando de liberdade, justiça, fraternidade e concórdia através da busca da política do Socialismo (*Ujamaa*) e da Autossuficiência que enfatiza a aplicação de princípios socialistas enquanto toma em consideração as condições existentes. Entre as garantias que as políticas e programas devem cumprir, destacam-se o uso de patrimônios e recursos nacionais para o bem comum, impedindo que uma pessoa possa explorar outra (alínea c), a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, não obstante a cor, tribo, religião ou momento da vida (alínea g), a condução das atividades econômicas de modo que não sejam concentradoras de riqueza nem que deixem nas mãos de poucos os principais meios de produção (alínea j) e o governo do país de acordo com os princípios democráticos e socialistas

³² Conversão para 2017 pelo site *Historical UK inflation* permite afirmar que este valor equivaleria hoje a cerca de 4 bilhões e 275 milhões de libras (MORLEY, 2017).

(alínea k). Percebe-se, portanto, grande alinhamento entre a Declaração de Arusha do TANU e a Constituição da Tanzânia de 1977, reflexo em grande medida da liderança de Nyerere, considerado o pai da nação e chamado constantemente de *Mwalimu*, palavra suaíle para professor (NYERERE, 2017).

4.1.2 *Felicidade Nacional Bruta*

“A Felicidade Nacional Bruta é mais importante do que o Produto Interno Bruto”. Esta é frase clássica do rei Jigme Singye Wangchuck, proferida em 1972, que marca o início deste modelo alternativo de tradição budista vajrayana. Entre os dogmas do budismo vajrayana está a ideia de que todos querem ser felizes e que, embora a vida seja cheia de sofrimento, é possível cessar este sofrimento através de orientação, práticas e atenção, conduzindo à concretização da iluminação (ALLISON, 2012, p. 180). Inspirado nisso, buscou-se nos anos seguintes elaborar o conceito de Felicidade Nacional Bruta (ou Felicidade Interna Bruta) enquanto política de desenvolvimento butanesa, por exemplo melhorando os indicadores socioeconômicos padrões por indicadores que tenham a felicidade como objetivo do desenvolvimento. Desenvolvimento, assim, passa a ser o reconhecimento de necessidades sociais, espirituais e emocionais, assim como também materiais (ALLISON, 2012). Quatro pilares sustentam este paradigma: desenvolvimento socioeconômico sustentável e equitativo, conservação do meio ambiente, preservação e promoção da cultura e boa governança. Ou seja, não se trata de negar o desenvolvimento econômico, mas de considerá-lo uma parte de uma constelação de métricas (ALLISON, 2012).

É importante destacar que o entendimento de felicidade no contexto butanês é diferente do entendimento de felicidade no mundo ocidental. Como explica Tideman, na visão budista “felicidade não é simples sensação de prazer derivado do conforto físico. Antes, felicidade é um inato estado mental que pode ser cultivado através de prática espiritual, superando os estados mental e emocional que induzem o sofrimento” (TIDEMAN, 2004, p. 222, tradução nossa³³). O budismo não considera a matéria e a riqueza como inerentemente maléficos, já que é justamente a riqueza material que nos previne da pobreza e permite a prática da generosidade, que por sua vez causa um carma positivo e uma sociedade mais feliz para todos (TIDEMAN,

³³ Happiness is not simply sensory pleasure, derived from physical comfort. Rather, happiness is an innate state of mind which can be cultivated through spiritual practice, overcoming mental and emotional states which induce suffering.

2004, p. 223). Em relação ao trabalho, Rahula afirma que dentro da perspectiva do caminho de Buda para uma vida correta,

Uma pessoa deveria se abster de conseguir seus meios de sobrevivência através de uma profissão que traga danos para os outros, como comercializar armamentos e armas letais, bebidas tóxicas, venenos, matar animais enganar etc., mas deveria viver por uma profissão que seja honrável, sem culpa e inocente aos danos aos outros (RAHULA apud TIDEMAN, 2004, p. 223, tradução nossa³⁴)

Como informado no capítulo anterior, o sentido do governo monárquico butanês se dá pela sua responsabilidade em garantir felicidade aos seus cidadãos. Já com Shabdrung Ngawang Namgyel no século XVII a noção de que o governo e a política não poderiam ser separados de um entendimento amplo de espiritualidade estava presente. Espiritualidade, neste contexto, se refere a compaixão, consideração genuína pelo bem-estar de todos os seres vivos. Apesar de o código legal de 1729 ter colocado e defendido a responsabilidade do governo pela felicidade do povo e apesar da criação do termo Felicidade Nacional Bruta em 1972, o quarto rei não chegou a institucionalizar o conceito, sendo internalizado intuitivamente pelo povo. Somente com o quinto e atual rei e com a recente democratização é que o conceito surge enquanto filosofia do desenvolvimento para modelar políticas públicas e programas governamentais (CENTRE FOR BHUTAN STUDIES & GNH RESEARCH, [2015], 2017, p. 5).

A Constituição de 2008 cita a ideia de felicidade por quatro vezes, sendo uma delas clara referência à ideia de Felicidade Interna Bruta criada pelo rei Jigme Singye Wangchuck. No preâmbulo há um compromisso em fortalecer a soberania butanesa, assegurar a liberdade, justiça, tranquilidade e alcançar união, felicidade e bem-estar dos povos para sempre. É interessante destacar esta preocupação em garantir não só bem-estar no tempo presente, mas também no futuro, o que demanda um comportamento ambiental sustentável. No artigo 9º, que versa sobre os princípios do Estado, a segunda alínea defende que o Estado lute pela promoção de condições que permitam a busca pela Felicidade Nacional Bruta. O artigo 20 defende que o governo executivo deve proteger e fortalecer a soberania do Reino, promovendo boa governança, garantindo a paz, a segurança, o bem-estar e a felicidade do povo. Finalmente, a última referência encontra-se na letra do hino nacional: “que o sol da paz e da felicidade brilhe sobre todas as pessoas” (BUTÃO, [2008], 2015).

³⁴ One should abstain from making one's living through a profession that brings harm to others, such as trading in arms and lethal weapons, intoxicating drinks, poisons, killing animals, cheating etc., and one should live by a profession which is honorable, blameless and innocent of harm to others

4.1.3 Bem Viver, *Suma Qamaña* ou *Sumak Kawsay*

A ideia de Bem Viver tem sido usada no Equador e Bolívia tanto em espanhol (*Buen Vivir*) quanto em Quéchuá (*Sumak Kawsay*) e em Aymará (*Suma Qamaña*), sendo a versão quéchuá mais comum no Equador e a versão aimará mais comum na Bolívia, o que é compreensível uma vez que o quéchuá é uma língua forte em toda extensão do antigo império Inca, enquanto o aimará é uma língua mais antiga e mais concentrada na região do Altiplano andino na Bolívia, como visto nos mapas 5 e 6 dos povos originários da Bolívia e do Equador no capítulo anterior.

O Bem Viver se caracteriza por ser um conceito de grande complexidade, sem um claro significado único. Segundo Kowii (2015), *Sumak Kawsay*

É uma concepção andina ancestral da vida que se mantém vigente em muitas comunidades até hoje. *Sumak* significa o ideal, o belo, o bom, a realização; e *kawsay* é a vida, em referência a uma vida digna, em harmonia e equilíbrio com o universo e o ser humano, em síntese o *sumak kawsay* significa a plenitude da vida (KOWII, 2015, tradução nossa³⁵)

Já o Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, David Choquehuanca, destaca a relação harmônica necessária entre a natureza e o ser humano nesta lógica em oposição ao capitalismo ocidental:

Para o capitalismo o mais importante é o dinheiro, o capital. Para nós o mais importante é a vida. Esta é a diferença, nossa luta vai mais além. É mais, para nós o homem está no último lugar. Primeiro estão as aves, as borboletas, as formigas, as colinas, os rios, as estrelas, todos eles, e nós somos apenas uma pequena parte de tudo isto. Buscamos uma vida harmônica, entre homem e natureza, por isso o presidente Morales disse: “Será mais importante falar sobre os direitos da Mãe Terra do que falar dos direitos humanos” (SVAMPA apud STEFANONI, p. 13-14, 2012, tradução nossa³⁶).

Tais contradições entre paradigmas são levantadas uma vez que as tradições das populações originárias são, muitas vezes, postas em conflito frente às metas de

³⁵ Es una concepción andina ancestral de la vida que se ha mantenido vigente en muchas comunidades indígenas hasta la actualidad. *Sumak* significa lo ideal, lo hermoso, lo bueno, la realización; y *kawsay*, es la vida, en referencia a una vida digna, en armonía y equilibrio con el universo y el ser humano, en síntesis el *sumak kawsay* significa la plenitud de la vida.

³⁶ Para el capitalismo lo más importante es la plata, el capital. Para nosotros lo más importante es la vida. Esa es la diferencia, nuestra lucha va más allá. Es más, para nosotros el hombre está en el último lugar. Primero están las aves, las mariposas, las hormigas, los cerros, los ríos, las estrellas, todos ellos, y nosotros somos apenas una pequeña parte de todo esto. Buscamos una vida armónica entre hombre y naturaleza, por eso el presidente Morales ha dicho: “Va a ser más importante hablar sobre los derechos de la Madre Tierra que hablar de los derechos humanos”.

desenvolvimento do país, representado por um paradigma extrativista pela prática nacional-produtivista.

Como o Viver Bem é muito mais que somente a satisfação de necessidades e o acesso a serviços e bens, além do bem-estar baseado na acumulação de bens, não pode ser equiparado com o desenvolvimento, já que este é inapropriado e altamente perigoso de se aplicar quando queremos construir o primeiro. Nosso horizonte de grande salto industrial, de Estado social protetor e avanço da descolonização será mais rápido, contundente e mais decidido (STEFANONI, RAMÍREZ E SVAMPA apud STEFANONI, 2010).

Segundo Ordóñez-Iturralde e Hinojosa-Dazza (2015), o modelo de desenvolvimento proposto vai além do progresso, colocando o homem como meio e fim da economia. O modelo de bem viver busca diminuir a vulnerabilidade da economia ante os efeitos exógenos no nível da demanda externa e dos preços internacionais dos produtos primários de exportação (GARCIA apud ORDÓÑEZ-ITURRALDE, HINOJOSA-DAZZA, 2015, p. 72). Assim, a estratégia para o bem viver está em diminuir a dependência de recursos naturais finitos como o petróleo e aumentar na matriz produtiva a geração de riqueza de modo diversificado e com maior valor agregado através dos conhecimentos e capacidades da população.

Para além desta ruptura nas prioridades e estratégias do desenvolvimento em comparação com uma perspectiva ocidental, o Bem Viver propõe uma ruptura cosmológica e ontológica: não vivemos em um universo, mas em nossa própria mãe (Pacha Mama). Por isso, pensar em sustentabilidade não é só questão de economia, mas de família. Além disso, há uma mudança epistemológica ao se entender que o que pode ser considerado como verdade não vem somente do conhecimento científico, mas também pode vir da tradição indígena transmitida oralmente, o que vai de encontro com a ideia de recuperação das gnosés através do giro decolonial. Em relação a esta cosmovisão andina Tirso Gonzales³⁷ explica que

o mundo andino é um mundo de criança, carinhoso e respeitoso. Lá todos somos seres vivos (natureza/*sallqa*, humanos/*runas*, deidades/*apus*, *wacas*), parentes (além do parentesco de sangue e humano), vivemos no *ayllu* (coletividade) dentro do *pacha* local (representação do macrocosmo no nível do microcosmo; paisagem ritual e biocultural) para regenerar-criar o *Kawsay* (toda a vida). (GONZALES, 2014, p. 127-128, tradução nossa³⁸)

³⁷ Destaca-se que o autor, na primeira nota de rodapé do seu artigo, antes de apresentar seus títulos, apresenta-se como peruano aimará, o que é relevante na medida em que explicita o local de fala privilegiado para falar da cosmovisão andina.

³⁸ El mundo andino es un mundo de crianza, cariñoso y respetuoso. Allí todos somos seres vivos (naturaleza/*sallqa*, humanos/*runas*, deidades/*apus*, *wacas*), parientes (más allá del parentesco de sangre y humano), vivimos en *ayllu* (colectividad) dentro del *pacha* local (representación del macrocosmos a nivel del microcosmos; paisaje ritual y biocultural) para regenerar-criar el *Kawsay* (la vida toda).

Gonzales (2014) destaca ainda que, em relação ao trabalho e à percepção do tempo,

O camponês andino percebe seu trabalho como cíclico e em um estado de movimento permanente. Além disso, se percebe como transterritorial e transregional. Este ator caminha com *Kawsay mama* (a mãe viva, a semente viva) ao longo de seus múltiplos caminhos, por meio dos quais a diversidade se cultiva como uma prática espiritual de sustentabilidade biocultural. Visto do Ocidente, esta ordem do mundo é uma mudança paradigmática: um ciclo de vida que está familiarizado com a vitalidade de todos os seres, *runa*, *sallqa*, e deidades na *pacha*, em um lugar e um tempo específicos (GONZALES, 2014, p. 129, tradução nossa³⁹)

O grande destaque referente a Equador e Bolívia entre os governos bolivarianistas do século XXI é que nos dois casos houve uma reinvenção do Estado a partir das cosmovisões andinas, claramente presentes nas novas constituições. A Constituição equatoriana de 2008 cita o *Sumak Kawsay* em diversas ocasiões. No preâmbulo, afirma que o povo equatoriano decidiu por uma nova forma de coexistência pública, na diversidade e em harmonia com a natureza de modo a alcançar um bom modo de vida, isto é, *sumak kawsay*. No artigo 14, defende o direito da população de viver em um ambiente saudável e ecologicamente balanceado que garanta a sustentabilidade e o *sumak kawsay*. No artigo 250, *sumak kawsay* é colocado como o princípio balizador do desenvolvimento e planejamento do uso da terra, em particular no território das províncias amazônicas. No artigo 275, define-se que a estrutura de desenvolvimento é o grupo organizado, sustentável e dinâmico de sistemas a nível econômico, político, sociocultural e ambiental que se submetem à realização do *sumak kawsay*, isto é, ao um modo de viver bem. Finalmente, o artigo 387 coloca como uma das responsabilidades do Estado a promoção e geração de conhecimento para nutrir a pesquisa científica e tecnológica e para aprimorar a sabedoria ancestral de modo a contribuir para o alcance do bem viver, *sumak kawsay* (EQUADOR, [2008], 2015).

Por sua vez, a Constituição boliviana de 2009, no capítulo sobre princípios, valores e propostas do Estado, cita no artigo 8º como princípios morais e éticos da sociedade plural uma série de conceitos aimarás. Primeiro, os três princípios ético-morais de conduta *ama qhilla*, *ama llula* e *ama suwa*, que significam não ser preguiçoso, não ser mentiroso e não ser ladrão. Em seguida, *suma qamaña* e por fim mais alguns outros princípios: *ñandereko* (vida harmoniosa), *teko kavi* (vida boa), *ivi maraei* (terra sem mal) e *qhapaj ñan* (caminho ou vida nobre), além de

³⁹ El campesino andino percibe su trabajo como cíclico y en un estado de movimiento permanente. Además, se percibe como transterritorial y transregional. Este actor camina con Kawsay mama (la madre viva, la semilla viva) a lo largo de sus múltiples caminos, por medio de los cuales la diversidad se cultiva como una práctica espiritual de sostenibilidad biocultural. Visto desde Occidente, este orden del mundo es un cambio paradigmático: un ciclo de vida que está familiarizado con la vitalidad de todos los seres, *runa*, *sallqa* y deidades en *pacha*, en un lugar y un tiempo específicos.

apresentar como valores que sustentam o Estado a unidade, a igualdade, a inclusão, a dignidade, a liberdade, a solidariedade, a reciprocidade, o respeito, a complementariedade, a harmonia, a transparência, o equilíbrio, a igualdade de oportunidades, a equidade social de gênero na participação, o bem-estar comum, a responsabilidade, a justiça social e a distribuição e redistribuição dos produtos e bens sociais para viver bem (BOLÍVIA, [2009], 2017). Destaca-se também o caráter plurinacional do Estado de direito boliviano, o que permite maior autonomia e auto-gestão de populações originárias, como se encontra no artigo 2:

Dada a existência pré-colonial das nações e povos indígenas originários camponeses e seu domínio ancestral sobre seus territórios, será garantido sua livre determinação no marco da unidade do Estado, que consiste em seu direito à autonomia, ao autogoverno, à sua cultura, ao reconhecimento de suas instituições e à consolidação de suas entidades territoriais (BOLÍVIA. [2009], 2017, tradução nossa⁴⁰)

Uma vez apresentado o pensamento ancestral de cada caso, assim como o modo como o mesmo foi recuperado pelos governos nas respectivas constituições, o próximo passo será apresentar as principais práticas da execução dos respectivos projetos, buscando entender de que maneira cada iniciativa reflete estas mudanças de perspectiva do pensamento de desenvolvimento ocidental.

4.2 Execução dos planos nacionais de desenvolvimento

Para entender como os projetos foram aplicados, será usado em particular os Planos Quinquenais de Desenvolvimento, que coincidentemente foram criados em todos os casos. No caso da Tanzânia, serão analisados os dois primeiros *Five-Year Development Plan* (FYDP), referentes aos anos de 1964-1969 e 1969-1974. Os dois últimos planos do governo Nyerere não serão analisados, uma vez que não conseguimos ter acesso aos mesmos⁴¹, mas também pelo fato de terem sido elaborados em um contexto de crise que forçava o governo a abandonar os princípios do Ujamaa e, em particular no quarto plano de desenvolvimento, aplicar reformas

⁴⁰ Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígenas originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el marco de la unidad del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales

⁴¹ O acesso aos dois primeiros planos de desenvolvimento da Tanzânia só foi possível graças à contribuição da biblioteca da PUC Minas para encontrar os documentos em outras instituições, a Guilherme Reis e Leonardo Bighi por ajudarem a trazer dos Estados Unidos uma cópia física do primeiro plano de desenvolvimento adquirida pela internet de um sebo em Hamden (Connecticut) e a Elena Calore por ter digitalizado uma cópia do segundo plano de desenvolvimento que se encontra em uma biblioteca da Universidade de Pádua na cidade de Legnano (Vêneto), Itália.

estruturais neoliberais segundo orientação do FMI. Para o Butão, os planos quinquenais de desenvolvimento são produzidos desde 1961 como foi apresentado no capítulo anterior. Entretanto, o foco da análise será dado aos planos que se baseiam na ideia de Felicidade Nacional Bruta, isto é, do 8º plano (1998-2003) até o 11º plano (2013-2018). Para o Equador, serão analisados os três Planos Nacionais para o Bem Viver (2007-2010, 2009-2013 e 2013-2017). Finalmente, os planos de desenvolvimento nacional bolivianos analisados serão dois (2006-2011 e 2016-2020)⁴².

De modo a viabilizar uma análise comparativa adequada, a apresentação das práticas terá como eixos estruturantes dois grupos de temas que se sobressaltaram nos planos de desenvolvimento. O primeiro grupo se refere diretamente à capacidade produtiva do país, portanto são temas comuns dentro das discussões sobre desenvolvimento. São eles: agricultura; indústria; extrativismo; infraestrutura; e pauta exportadora. Por sua vez, o segundo grupo traz preocupações que não tem como objetivo primeiro aumentar a produção, mas buscam melhorar as condições de vida de maneira integral, tanto dos seres humanos na sua diversidade quanto da natureza. São eles: gestão do Estado; cultura; preservação do meio-ambiente; saúde e educação; e combate à pobreza.

4.2.1 Tanzânia e seu planejamento de 1964 a 1974

No caso tanzaniano, é importante ressaltar duas diferenças entre os dois planos. O primeiro plano, chamado “*Tanganyika Five-Year Plan for Economic and Social Development – 1st July, 1964 – 30th June, 1969*” (TANGANYIKA AND ZANZIBAR, 1964, 1967) não considerava o Ujamaa de maneira explícita no planejamento das políticas de desenvolvimento, portanto a visão de socialismo africano pela qual Julius Nyerere ficou conhecido fica evidente no segundo plano, chamado “*Tanzania Second Five-Year Plan for Economic and Social Development – 1st July, 1969 – 30th June, 1974*” (TANZANIA, 1969a, 1969b, 1970). A segunda diferença é que o primeiro plano foi produzido antes da criação da República Unida, portanto ele apresenta estratégias e programas somente Tanganica, o que é suficiente para a

⁴² Como percebe-se pela própria leitura dos documentos, não existe um documento do Plano Nacional de Desenvolvimento para o Bem Viver na Bolívia após o primeiro plano de 2006-2011 e anterior ao último plano do período 2016-2020. Entretanto, outros documentos produzidos neste período ajudam a montar o quadro de referência, destacando-se dentre eles o “*Bolívia País Líder*” que é o programa de governo para o período 2010-2015 na ocasião da candidatura à reeleição de Evo Morales.

análise uma vez que um documento posterior com a inserção de Zanzibar tratava mais de questões de desenvolvimento local do arquipélago.

A agricultura, Nyerere lembra, é o mais importante setor da economia tanzaniana, tanto pela área utilizada quanto por ser o meio que a maioria da população tem para sobreviver (TANGANYKA AND ZANZIBAR, 1964, p. ix). Além disso, é dentro da questão da produção agrícola que se insere o carro-chefe das políticas de Julius Nyerere, as vilas Ujamaa (ou *Ujamaa Vijijini*). A grande preocupação de Nyerere no primeiro plano de desenvolvimento era o aumento da produção através de uma nova organização do setor rural com apoio do Estado que envolvesse especialização em um ou dois cultivos, maquinários, cessão de terras, dentre outros. Ele destaca, porém, que este foco do governo para aumentar a produção agrícola é uma vantagem e limite ao mesmo tempo, uma vez que representa uma gradual mudança nas técnicas de produção, de um modo tradicional até aquele mais moderno e mecanizado. Assim, Nyerere deixa também a cargo dos próprios trabalhadores escolher até que ponto cada um modernizará sua produção ou manterá os sistemas tradicionais. Dentre as políticas estabelecidas, destaca-se o novo Esquema de Assentamentos em Vilas:

Quase toda a ajuda que o Governo pode dar em forma de tratores, casas melhoradas e fornecimento de água rural será concentrado nestes novos Esquemas de Assentamentos em Vilas. Voluntários que vêm a estas novas áreas se tornarão fazendeiros modernos em todos os sentidos; eles usarão maquinário e talvez irrigação porque a ocupação da terra será de modo a garantir áreas permanentemente largas o suficiente para justificar o investimento; eles terão que seguir rotação de culturas estabelecidas; e eles viverão em vilas, indo diariamente para suas *shambas*⁴³ (TANGANYKA AND ZANZIBAR, 1964, p. x, tradução nossa⁴⁴).

No segundo plano o governo reconhece alguns erros que, somados com a nova visão de desenvolvimento com o Ujamaa vinda da Declaração de Arusha, levam ao redesenho das políticas para o setor rural. Um grande erro foi ter dependido tanto da exportação de sisal: o preço despencou em 1965 e seguiu baixo até 1968. Como consequência, a produção que era de 230 mil toneladas em 1964 e que tinha expectativa de chegar em 270 mil toneladas em 1970 acabou sendo de menos de 194 mil toneladas em 1968. O emprego no setor caiu de 96.400 em 1964 para 41.668 em 1968 (TANZANIA, 1969a, p. xiv). Outro erro que Nyerere reconhece do

⁴³ Shamba é uma palavra suaíle para designar um pequeno pedaço de terra utilizado para o cultivo de culturas de subsistência e árvores frutíferas, muitas vezes incluindo a moradia do agricultor.

⁴⁴ Almost all the help which Government can give in the way of tractors, improved houses, and rural water supplies, will be concentrated on these new Village Settlement Schemes. Volunteers coming to these new areas will be becoming modern farmers in every sense; they will use machinery and perhaps irrigation because the land tenure will be such as to ensure areas permanently large enough to justify the investment; they will have to follow laid-down crop rotations; and they will live in villages, going daily to their *shambas*.

primeiro plano foi a ênfase na abordagem da transformação, através do financiamento de assentamentos altamente mecanizados. Foi uma política muito cara e estimou errado os resultados econômicos e psicológicos. Os assentamentos, assim, foram gradualmente convertidos para as *Ujamaa vijijini*. (TANZANIA, 1969a, p. xiv).

As vilas Ujamaa buscavam implementar um modo de produção rural socialista, assim como um modo de vida socialista, diferentemente dos assentamentos do primeiro plano que simplesmente buscavam aumento da produção, sem o conteúdo ideológico oriundo da Declaração de Arusha. O objetivo das *Ujamaa vijijini* é cultivar a terra de maneira coletiva e com técnicas modernas de produção, compartilhando os produtos de acordo com o trabalho prestado. Assim, pessoas cultivando juntas conseguiriam obter as vantagens econômicas da produção em larga escala, além de facilitar o fornecimento de suporte técnico para mais pessoas pelo território, facilitar acesso a escolas, hospitais e outros serviços necessários (TANZANIA, 1969a, p. 26).

Estas vilas foram espalhadas por todo o país e tinham a prioridade para serviços fornecidos pelo governo como treinamento de pessoal, construção de novas escolas, fornecimento de água, dentre outros. A base das vilas Ujamaa eram a autoajuda e autossuficiência, portanto a ajuda externa do governo não deveria ser algo que motivasse as pessoas para irem para estas vilas. Como afirma Nyerere, “as pessoas devem se unir desta maneira porque elas entendem que seus próprios esforços serão mais produtivos e suas vidas tornadas mais seguras e mais agradáveis por causa de sua mútua responsabilidade uns pelos outros” (TANZANIA, 1969a, p. xvii, tradução nossa⁴⁵). Ou seja, a ideia continua sendo de modernizar e aumentar a produção através de melhores ferramentas, mas Nyerere percebeu que isso não era suficiente para manter o sentido destes assentamentos. Nos assentamentos criados pelo primeiro plano de desenvolvimento os fazendeiros passaram a cultivar áreas maiores e trabalhar mais duro, mas quase todos ainda usavam as ferramentas tradicionais. O segundo plano destaca que a promoção das vilas Ujamaa deveria contar com a liderança e incentivo oficial de modo a ter recursos para ampliar a escala da produção, assim como para diminuir a dependência de produtos com mercados limitados ou incertos, como foi experimentado nos casos do café e do sisal, mas com o cuidado de evitar perigos de controle burocrático, coerção e excesso de capitalização que acabariam por negar os princípios de autoajuda e cooperação nos quais as vilas foram pensadas (TANZANIA, 1969a, p. 4).

⁴⁵ people must join together in this way because they understand that their own efforts will be more productive, and their lives made more secure and more enjoyable, because of their mutual responsibility for each other.

O Plano fala claramente de uma mudança na estratégia de desenvolvimento rural de um modelo colonial no qual os *cash crops* cresciam principalmente para exportação e as necessidades rurais de manufaturas eram importadas, para um modelo de superação desta condição, com mudança na ênfase para a produção de alimentos e na expansão da variedade de bens manufaturados na Tanzânia em vistas de um crescente comércio interno (TANZANIA, 1969a, p. 6). Assim, o governo passa a controlar a oferta de commodities, tomando em consideração o aumento da autossuficiência e o aumento nos níveis nutricionais dos alimentos produzidos, a expansão dos mercados locais com preços consistentes com as políticas de renda e salário e a exploração dos mercados para exportação. Foram priorizados, por exemplo, o tabaco, o algodão, o arroz, o trigo e a soja. Em alguns lugares específicos o cacau também foi incentivado e em casos como o sisal e o café foi tomado um cuidado para evitar superprodução devido à vulnerabilidade vivenciada nos anos anteriores com a queda do preço e da produção (TANZANIA, 1969a, p. 4).

Em relação à indústria, Nyerere afirma que a prioridade que é dada para a agricultura não pode ser exclusiva, uma vez que condenaria o país a uma posição permanente de inferioridade na economia mundial. Portanto, ele defende a industrialização como meio para diminuir a exportação de produtos primários em troca de importação de produtos manufaturados (TANGANYIKA AND ZANZIBAR, 1964, p. x). Apesar de terem conseguido dobrar o valor dos bens de capital usado para propósitos produtivos, como máquinas nas fábricas, edifícios e equipamento industrial, o crescimento foi de cerca de 10% ao ano, abaixo portanto da meta de 14,8% ao ano. Assim, o segundo plano de desenvolvimento traz a responsabilidade de investimento para as empresas paraestatais, sempre alinhado à Declaração de Arusha, de modo que somente 16% de todo o investimento industrial viria do setor privado (TANZANIA, 1969a, p. xiv). Este incentivo à industrialização vem acompanhado de uma política protecionista para que os produtos tanzanianos sejam consumidos no próprio país:

Seria estúpido para nós continuar a importar outras marcas de café instantâneo só para que as pessoas possam ter uma escolha. Deixem-nas comprar o café instantâneo produzido na Tanzânia ou talvez no Leste Africano. (...) O que nós não podemos produzir na Tanzânia nós devemos comprar do Leste Africano (TANZANIA, 1969a, p. xix, tradução nossa⁴⁶)

⁴⁶ It would be stupid for us to continue importing other brands of instant coffee just so that people can have a choice. Let them buy instant coffee produced in Tanzania or perhaps in East Africa. (...) What we cannot produce in Tanzania we should buy from East Africa.

Esta redução de opções aos consumidores tanzanianos é vista como necessária e inevitável, mas é interessante perceber que há uma gradação de prioridades, de modo que produtos dos parceiros comerciais do Leste Africano têm prioridade em relação aos produtos de outros países. O segundo plano, portanto, aumenta o papel do setor público no investimento industrial visando a produção de bens de consumo com um mercado leste-africano de massa e tecnologia simples, processamento de produtos locais primários, manufatura de materiais de construção com alto custo proporcional de transporte, refino do petróleo e indústrias que forneçam insumos produtivos para a agricultura (TANZANIA, 1969a, p. 6).

Em termos de mineração, o primeiro plano afirma que não se deve alimentar esperanças em uma expansão devido ao conhecimento existente sobre os recursos minerais do país, que tem como principais produtos o diamante e o ouro (TANGANYKA AND ZANZIBAR, 1964, p. 37). O segundo plano mantém o discurso cauteloso, destacando que se trata de recursos limitados e que por isso é importante buscar alternativas de mineração enquanto continua a exploração relativamente lenta de diamantes (TANZANIA, 1969a, p. 82).

Já para infraestrutura, os planos passam pela construção de novas linhas de transmissão de energia, a continuidade no uso de diesel (para novas usinas, cogitam diesel ou energia hidrelétrica no rio Pangani, que atravessa o nordeste do país), além de construção de rodovias de baixo custo (três no eixo Norte-Sul, três no eixo Leste-Oeste e mais cinco que ligam centros populacionais importantes), melhorias e novas construções de pistas de pouso para aviões, extensão de ferrovias e melhorias em portos (TANGANYKA AND ZANZIBAR, 1964, p. 51-58). O segundo plano, por sua vez, canaliza a maior parte dos investimentos para a criação da rodovia e ferrovia Tanzânia-Zâmbia, deixando os recursos para outros projetos no setor bem abaixo do esperado (TANZANIA, 1969a, p. 6).

Em relação ao balanço de pagamentos, enquanto o primeiro plano de desenvolvimento aceita que o déficit comercial não só vai se manter como vai aumentar, o que demanda aumento do papel do setor privado e aumento nos empréstimos para manter a estabilidade econômica, o segundo plano reconhece a situação negativa de dependência em que a Tanzânia é exportadora de produtos primários (com preços em queda e mercados em crise) enquanto é importadora de bens de consumo e manufaturados simples (TANGANYKA AND ZANZIBAR, 1964, p. 98; TANZANIA, 1969a, p. xviii).

Por ser, claramente, um Estado muito novo, os desafios que se colocavam no primeiro plano refletiam a passagem de uma estrutura administrativa colonial para uma nova estrutura independente. Entre as mudanças principais está a “tanganicanização” do serviço civil, que em 1961 contava somente com 14% de africanos e a tradução para o suaíle das leis de Tanganica

assim como a inserção do suaíle como língua das cortes (TANGANYKA AND ZANZIBAR, 1964, p. 79-80). Porém, depois Nyerere percebeu que para o segundo plano seria importante descentralizar o planejamento e administração, uma vez que é pouco efetivo tentar promover o desenvolvimento em todo o território estando somente em Dar es Salaam. (TANZANIA, 1969a, p. xxii). Neste sentido, foi criado em 1967/68 o Fundo de Desenvolvimento Regional para aumentar os recursos disponíveis para implementação de projetos nas regiões. O fundo financia projetos diretamente produtivos em pequena escala que são organizados, desenhados e implementados a nível regional. (TANZANIA, 1969a, p. 11).

Os dois planos de desenvolvimento dedicam poucas linhas para falar tanto de cultura quanto de preservação do meio-ambiente. O entendimento de cultura nacional aparece no primeiro plano de maneira basicamente relacionada à construção de museus regionais e de um estádio esportivo em Dar es Salaam (TANGANYKA AND ZANZIBAR, 1967, p. 95-96). Já a questão ambiental aparece no segundo plano de desenvolvimento enquanto produto turístico, uma vez que há uma demanda por turismo em áreas selvagens, principalmente no Norte e na costa entre Dar es Salaam e Zanzibar, mas ainda com pouca oferta devido ao pequeno número de hotéis (TANZANIA, 1969a, p. 144).

Em termos de saúde e educação, a grande preocupação do primeiro plano de desenvolvimento é levar os serviços para perto da população, especialmente rural, a partir da construção de escolas e hospitais, mas também pelo treinamento técnico de profissionais para atuar nestas instalações, uma vez que o período colonial não se preocupou em formar pessoas da própria Tanganica com qualificação nas diversas áreas do conhecimento (TANGANYKA AND ZANZIBAR, 1964, p. xi; p.70). Daí a importância das políticas de assentamentos rurais que permitem concentrar a população rural em alguns pontos, que no segundo plano vão se tornar as vilas Ujamaa, facilitando assim a escolha do governo dos locais a receber primeiro as instalações. Além disso, a urgência em formar técnicos leva a uma prioridade do primeiro plano na formação de adultos, uma vez que os recursos são muito limitados e que as crianças só trazem impacto a longo prazo (TANGANYKA AND ZANZIBAR, 1964, p. xi). Esta realidade vai mudar no segundo plano, em grande medida motivada pelos erros estatísticos do primeiro plano que identificam um número maior do que o real de crianças na escola, assim como um crescimento da população menor do que o crescimento real: como reação, a estratégia passou a focar na educação primária com alunos que terminem o ciclo básico de estudo. As crianças estavam fazendo só os primeiros quatros anos, que pouco influenciariam na formação profissional das mesmas, o que levou o governo a mudar a estratégia para que pudessem completar sete anos de educação primária, mesmo que isso significasse redução no número de

crianças com acesso à educação. Ou seja, a lógica do argumento é de que é melhor ter uma criança que vai ser útil para a sociedade do que ter duas com quatro anos de escola que não vão conseguir ser mais produtivas por causa deste estudo (TANZANIA, 1969a, p. xii). Em termos de conteúdo ensinado, o segundo plano buscou fortalecer o lugar da educação para o Ujamaa no conteúdo programático escolar, com atividades práticas comunais no jardim, sujando as mãos de maneira literal, de modo a mostrar para as crianças a importância e dignidade do trabalho agrícola (TANZANIA, 1969a, p. 29).

Finalmente, a questão da pobreza aparece no primeiro plano de desenvolvimento já nos objetivos principais que são, até 1980, elevar a renda per capita anual em Tanganica, estimada naquele momento em cerca de 19 libras e 6 cêntimos (equivalente hoje a cerca de 365 libras segundo Morley, 2017) para 45 libras; ser completamente autossuficiente na mão-de-obra treinada requerida; e elevar a expectativa de vida, estimada naquele momento de 35 a 40 anos para uma expectativa de 50 anos (TANGANYIKA AND ZANZIBAR, 1964, p. viii). No segundo plano, Nyerere afirma que

Não há alternativa se nós vamos melhorar nossos padrões de vida. Um padrão mais alto de vida não significa somente ter dinheiro para gastar em roupas, rodovias e assim por diante, apesar de claramente incluir também estas coisas. Significa também não ter que agir como bestas de carga, não ter que caminhar milhas para ter água limpa, ter fartura de comida boa e saudável. (TANZANIA, 1969a, p. xv, tradução nossa⁴⁷)

Nyerere destaca o dilema entre produzir alimentos para consumo ou para exportação de modo a conseguir mais recursos (*cash crops*). Neste sentido, ele fala do problema da pobreza e da desnutrição das crianças, assim como o cansaço que chega muito mais rápido nos trabalhadores tanzanianos do que nos chineses ou americanos que se encontravam no país. Nyerere deixa claro que isso não se trata de preguiça, mas de insuficiente alimentação que não permite que os corpos sejam nutridos adequadamente. A carne é um produto de luxo para boa parte da população e muitos alimentos nutritivos como nozes, feijão e vegetais tiveram sua produção diminuída por causa dos preços pouco atrativos. Também as frutas acabavam sendo produzidas principalmente para consumo europeu. (TANZANIA, 1969a, p. xv-xvi). Portanto, a metáfora do cobertor curto constantemente usada para discutir prioridades e estratégias nos gastos públicos ganha uma face bastante cruel neste contexto, já que priorizar a produção de

⁴⁷ There is no alternative if we are to improve our standard of living. For a higher standard of living does not mean just having money to spend on clothes, roads, and so on, although of course it includes these things. It also means not having to act as a beast of burden, not having to walk miles for clean water, having plenty of good and nutritious food

alimentos diminui os excedentes, diminui as exportações, aumenta o déficit e fragiliza a política econômica de um país já endividado, enquanto priorizar a produção de *cash crops* leva diretamente à falta de alimentos para garantir as mínimas calorias necessárias para que as crianças consigam estudar e para que os adultos consigam trabalhar.

4.2.2 Butão e seu planejamento de 1998 a 2018

Apesar de ter sido cunhado em 1972, o termo *Gross National Happiness* (Felicidade Nacional Bruta) não aparece nos Planos de Desenvolvimento butaneses até 1998. Somente no oitavo plano de desenvolvimento (1998-2003), durante o governo do quarto rei, é que o termo é citado pela primeira vez, uma única vez, mas já esboçando o que viria a ser o conceito aplicado ao planejamento estatal:

O crescimento econômico, entretanto, não é o objetivo do desenvolvimento; o desenvolvimento humano que é. A expansão da renda e o aumento da produção de commodities são somente os meios que possuem o potencial de aumentar as capacidades humanas. Eles são úteis somente na medida em que podem contribuir para a “Felicidade Nacional Bruta”. O que importa é o quanto segura as pessoas se sentem, a paz e o conforto que elas experimentam, a riqueza das vidas humanas. Reconhecendo que não há ligação automática entre crescimento econômico e desenvolvimento humano, o planejamento no Butão pôs em prática várias políticas que têm traduzido o crescimento econômico em desenvolvimento humano (BHUTAN, [1998] 2016a, p. 13, tradução nossa⁴⁸).

O 9º Plano de Desenvolvimento (2003-2008) foi lançado ainda durante o mandato do quarto rei, mas seu quinquênio se encerrou já com o sucessor. Neste plano, a ideia de Felicidade Nacional Bruta aparece no capítulo 2 como a filosofia do Desenvolvimento do Butão, onde evidencia-se a necessidade de identificar mais claramente as quatro principais áreas que podem contribuir para o avanço desta filosofia e de seus objetivos, sendo elas o crescimento econômico e desenvolvimento, a preservação e promoção do patrimônio cultural, a preservação e uso sustentável do meio-ambiente e a boa governança (BHUTAN, [2003], 2016b, p. 4).

O 10º Plano Quinquenal de Desenvolvimento butanês (2008-2013) foi dividido em 2 volumes: o primeiro é o documento principal, enquanto o segundo é reservado ao detalhamento

⁴⁸ Economic growth however is not the goal of development; human development is. Income expansion and increased commodity production are only means that have the potential for enhancing human capabilities. They are useful only to the extent that they can contribute to “Gross National Happiness”. What matters is how secure people feel, the peace and comfort they enjoy, the richness of human lives. Recognizing that there is no automatic link between economic growth and human development, planning in Bhutan has put in place several policies that have enabled the translation of economic growth into human development.

dos programas de cada ministério. Seu lançamento coincidiu com a introdução da democracia parlamentar no país, com o centenário da monarquia e com a ascensão do quinto rei, Jigme Khesar Namgyel Wangchuck (BHUTAN, 2009a, p. v). A estratégia para se alcançar a Felicidade Nacional Bruta é articulada com o documento *Bhutan Vision 2020*, que afirma que “maximizar a felicidade de todos os butaneses e permiti-los atingir seus potenciais inatos e plenos enquanto seres humanos” (BHUTAN, 2009a, p. 17, tradução nossa⁴⁹). O 11º Plano de Desenvolvimento (2013-2018) é o que está atualmente em curso e também foi dividido em dois volumes da mesma maneira que o anterior (BHUTAN, 2013a; 2013b)

A agricultura butanesa é um setor que enfrenta uma série de pressões contraditórias entre si. Por um lado, a produção é limitada pela pequena quantidade de terra adequada para plantio, pela falta de infraestrutura que dificulta o acesso aos mercados, pelo crescente êxodo rural que não só diminui a quantidade de pessoas trabalhando no setor quanto consome pedaços de terra que poderiam ser usadas para produção, pelo crescimento econômico nos três planos analisados que foi menor do que o estimado, pelo fato de grande parte da produção ser voltada para subsistência e por mais de 30% dos terrenos utilizados se encontrarem em declives acima de 50 graus de inclinação, o que aumenta a erosão do solo (BHUTAN, 2003, 2009a, 2013a). Por outro lado, a produção agrícola encontra uma demanda crescente, resultado do aumento da população urbana, pela valorização da produção de recursos naturais renováveis dentro do quadro da conservação do meio-ambiente, pelo interesse do governo em aumentar a renda da população rural em situação de pobreza, pelo interesse em comercializar e exportar commodities agrícolas e pela busca por segurança alimentar, em particular após a crise global do preço dos alimentos do final dos anos 2000 (BHUTAN, 2003, 2009a, 2013a). Neste contexto, o 9º plano de desenvolvimento reconhece os limites do setor mas não consegue entregar uma estratégia capaz de lidar com estes desafios, de modo que a avaliação feita no 10º plano é de que o crescimento foi abaixo do planejado, além do setor ter deixado de ser o mais importante na economia butanesa em 2007, perdendo o primeiro lugar para a produção de energia hidrelétrica, em particular graças à usina de Tala, que foi a grande responsável pelo salto no crescimento do PIB de uma média de 6,8% entre 2000 e 2006 a 21,4% em 2007 (BHUTAN, 2009a, p. 5). O 10º e 11º planos buscam propor políticas para o setor agrícola dentro da proposta mais ampla de reduzir a pobreza, que chega a ser considerada em 2012 um fenômeno tipicamente rural no país, diferentemente dos planos anteriores que apresentavam

⁴⁹ Maximise the happiness of all Bhutanese and to enable them to achieve their full and innate potential as human beings

que a pobreza rural era mais profunda do que a urbana (BHUTAN, 2013a, p. 56). Entre as mudanças para melhorar a situação, o 10º plano de desenvolvimento destaca o esforço para fortalecer a agricultura, a pecuária e a silvicultura, a diminuição do custo da energia elétrica para comunidades rurais, o acesso ao microcrédito, a especialização de cultivos para exportação e a mecanização do trabalho (BHUTAN, 2009a). A estes esforços, o 11º plano soma a promoção da participação do setor privado na produção agrícola (BHUTAN, 2013a, p. 174).

O setor industrial butanês, por representar possibilidades de novas oportunidades de trabalho e por ser mais produtivo do que o setor primário, é considerado importante nos planos de desenvolvimento analisados para o aumento da renda da população e para aumentar as exportações, mas também é considerado pouco produtivo por fatores como a falta de desenvolvimento tecnológico e os baixos níveis de capital humano (BHUTAN, 2009a, p. 105). O 9º plano coloca entre os objetivos do setor manufatureiro a criação de um ambiente favorável para a indústria, um desenvolvimento baseado em indústrias sustentáveis e ambientalmente amigáveis, o aumento do setor privado nos investimentos do desenvolvimento industrial, o estímulo à economia rural através de pequenas e microempresas e o incentivo à colaboração, à formação de joint ventures e investimento estrangeiro (BHUTAN, 2003, p. 111). O 10º plano coloca o objetivo de estimular o crescimento da economia rural em integração com os mercados urbanos e de exportação, mas sem provocar impactos negativos ao meio-ambiente e apresenta brevemente a proposta de criação de parques industriais e zonas econômicas especiais para encorajar o crescimento do setor privado (BHUTAN, 2009a, p. 104). Já o 11º plano, dez anos depois do lançamento do 9º plano, conclui que o caminho percorrido de mudanças estruturais para valorização do setor industrial e de serviços não se converteu em oportunidades de empregos produtivos, em crescimento vibrante do setor privado e em diversificação econômica (BHUTAN, 2013a, p. 180). Basicamente, o que conduziu o crescimento observado foi o setor de construção e, principalmente, a produção de energia hidrelétrica. Isso, somado ao pequeno mercado doméstico, alto custo de transporte, falta de pessoal qualificado e falta de acesso ao mercado financeiro desafia um crescimento sustentável (BHUTAN 2013a, p. 180). Para contornar esta situação, a Política para o Desenvolvimento Econômico foi criada em 2010, promovendo serviços e produtos de alto valor e mínimo impacto ambiental, como tecnologia de informação e comunicação. A Política para o Desenvolvimento Econômico de 2010 também buscou deixar mais liberal a política de Investimento Estrangeiro Direto, como por exemplo ao permitir a atuação de companhia de capital 100% estrangeiro, diferente de antes em que se permitia um máximo de 20% de capital estrangeiro nas companhias que atuavam no país (BHUTAN, 2013a, p. 183).

O extrativismo no Butão, assim como a agricultura, enfrenta uma tensão entre a busca por produzir mais e o desejo de produzir de maneira equilibrada com o meio-ambiente. Assim, ainda que o país tenha muitas reservas de muitos minerais, a produção real é controlada de maneira a evitar riscos e desastres, aderindo a políticas de conservação ambiental (BHUTAN 2003, 2009a, 2013a). Um termo novo que surge no 11º plano de desenvolvimento junto com a preocupação dos impactos ambientais e sociais é a “equidade intergeracional”, ou seja, a manutenção da mineração em níveis com baixa produção e baixo impacto ambiental estão atentas a este princípio de justiça distributiva relacionado ao pacto entre gerações passadas, presentes e futuras (BHUTAN, 2013a, p. 184; FRISCHMANN, 2005, p. 460).

Em relação à infraestrutura, o 9º plano considera de alta prioridade a melhoria e expansão da rede rodoviária, em particular que melhore o acesso rural, além de buscar prover também expansão das linhas de transmissão de energia e das instalações de telecomunicações (BHUTAN, 2003, p. 49). O 10º plano destaca também a importância de melhorias e ampliação no transporte aéreo, ainda mais dado o fato de se tratar de um país sem acesso para o mar (BHUTAN, 2009a, p. 43). Já o plano mais recente coloca como foco os investimentos em infraestrutura urbana, como transporte e indústria de telecomunicação (BHUTAN, 2013a, p. 19).

A construção da hidrelétrica de Tala foi um marco no país, uma vez que a produção da energia passou a ser o principal produto de exportação. Entretanto, o 11º plano destaca em várias ocasiões a importância de uma pauta exportadora diversificada, o que vale tanto em termos de produtos quanto em termos de parceiros. Para se ter ideia, o 11º plano fala de 84% das exportações butanesas serem para a Índia, sendo 38% desta exportação somente de energia elétrica (BHUTAN 2013a, p. 180).

O Estado aparece como um dos elementos fundamentais do plano de desenvolvimento butanês, assim como da ideia de Felicidade Nacional Bruta, uma vez que um dos eixos estruturantes é a boa governança. Entre as principais ideias defendidas neste tema, estão a transparência e prestação de contas (BHUTAN, 2003, p. 21) e a descentralização, cujo processo já havia começado em 1981 com a criação do *Dzongkhag Yargye Tshogchung* e que se consolidou com o estabelecimento do *Gewog Yargye Tshogchung*. Estas instituições permitem que as pessoas participem dos processos de tomada de decisão em questões políticas, sociais e econômicas, criando a possibilidade de decisões coletivas (BHUTAN 2003, p. 22). No 10º plano, a descentralização ganha um elemento novo, o processo de democratização em curso durante o mandato do quinto rei que passa a ser importante não só para empoderar a população

e garantir equilíbrio, mas também ajuda a garantir desenvolvimento socioeconômico sustentável (BHUTAN, 2009a, p. 73)

Em relação à preservação e promoção da herança histórica e cultural, o 9º plano lembra que a cultura butanesa foi em grande medida mantida graças a um isolamento auto imposto até os anos 1950 (BHUTAN, 2003, p. 28). Assim, o desenvolvimento moderno econômico, social e tecnológico do país tem sido planejado de modo a não prejudicar os valores culturais tradicionais, mas ainda assim há um grande risco de perda destas tradições transmitidas principalmente pela oralidade caso não seja feita adequada documentação. E ainda que seja tomado este cuidado para que o impacto da modernidade não seja prejudicial, verifica-se que está já em curso a substituição de habilidades tradicionais em várias áreas, como na arquitetura, nos métodos de construção, nos métodos de cultivo da terra, na produção têxtil, nas artes e ofícios, na arte performática, além de mudanças principalmente entre os mais jovens em relação ao abuso de drogas, perda de respeito pelo trabalho honesto e pelos valores sociais e comunitários (BHUTAN, 2003, p. 28). Neste contexto, o 9º plano apresenta como políticas para a conservação da cultura os esforços para identificar, declarar e manter as construções de arquitetura tradicional preservadas enquanto herança do patrimônio cultural, o suporte técnico do governo para restauração de milhares de templos budistas com técnicas tradicionais feita pelas próprias comunidades e a inventariação e documentação das artes e ofícios tradicionais, assim como das artes performáticas que retém um significado espiritual na vida do povo butanês através do folclore, mitos, lendas, danças, poesias e festivais (BHUTAN, 2003, p. 29). O 10º plano fala do desafio de minimizar os efeitos da globalização, que tende a homogeneizar a diversidade cultural e dissolver o patrimônio cultural. Assim, dentre as políticas e estratégias apresentadas, destacam-se o desenvolvimento de um conceito para criar uma universidade budista internacional, a preservação e promoção das línguas e literaturas tradicionais junto com ativo apoio à literatura contemporânea, o treinamento cultural para tomadores de decisão de setores não-culturais para que estas dimensões sejam adequadamente incorporadas em suas atividades, a conservação e desenvolvimento dos *dzongs*⁵⁰ e seus arredores enquanto patrimônios culturais, promoção e financiamento de atividades culturais nas escolas e preparação adequada de materiais educacionais sobre questões culturais (BHUTAN, 2009a, p. 162-163). Por fim, o 11º plano dá alta prioridade para as indústrias culturais, uma vez que eles

⁵⁰ Dzong é uma construção fortificada tradicional butanesa que incorpora instituições administrativas e monásticas, servindo como ponto focal da comunidade local nos festivais religiosos (THE MOUNTAIN COMPANY, 2017)

perceberam que elas geram múltiplos benefícios em termos de promoção da cultura, redução da pobreza, aumento da renda rural e geração de emprego (BHUTAN, 2013a, p. 64).

A ideia de desenvolvimento butanesa não deve se dar às custas dos recursos naturais, é o que defende o 9º plano logo no primeiro parágrafo da seção sobre meio-ambiente (BHUTAN, 2009, p. 30). Isso se confirma com o que foi apresentado anteriormente em relação ao extrativismo, cuja exploração é bem menor do que o potencial existente no país. O 9º plano não apresenta políticas para o tema, mas dentre aquelas apresentadas no 10º plano, é possível destacar a descentralização da governança ambiental, a educação e consciência pública para questões ambientais e desenvolvimento de quadro legal apropriado para lidar com a gestão dos recursos hídricos (BHUTAN, 2009a, p. 87). O 11º plano adiciona algumas considerações acerca do regime internacional ambiental: o país cumpriu em 2010 suas obrigações do Protocolo de Montreal ao eliminar completamente os clorofluorcarbonos e outras substâncias que atacam a camada de ozônio e prometeu em 2009 na COP 15 ser para sempre um país capturador de carbono e com emissões de carbono neutralizadas (BHUTAN, 2013a, p. 64). Assim, o 11º plano aplica a estratégia nacional para o desenvolvimento de baixo carbono. Entre as políticas que se destacam neste momento estão a promoção de produção agrícola orgânica, expansão dos programas de comunidades silvicultoras e a introdução de uma taxa verde progressiva para carros, sendo menor para veículos que beneficiem a população rural (BHUTAN, 2013a, p. 65)

A educação é gratuita desde o período medieval no país, mas ainda não são todos que conseguem concluir os estudos. De acordo com o 9º plano, somente 69% dos que ingressaram na escola primária completaram os sete anos iniciais (BHUTAN, 2003, p. 68), mas o 11º plano aponta um valor bem mais expressivo, de 96% (BHUTAN 2013a, p. 137). O 11º plano destaca que a educação é o fator individual mais importante para atingir os objetivos de desenvolvimento socioeconômicos, uma vez que é que garante as capacidades sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas para o povo butanês (BHUTAN 2013a, p. 135). Isso se deve, segundo o mesmo documento, graças à alta prioridade dada ao setor pelo país rumo a atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis. Entre as políticas de destaque para tais resultados, destaca-se no 9º plano a construção de cerca de 120 escolas primárias comunitárias, no 10º plano uma série de iniciativas para garantir a qualidade do ensino em um contexto de expansão, por exemplo ao testar a habilidade dos professores com a língua inglesa, ao introduzir literatura de tecnologia da informação em todas as escolas e ao recrutar expatriados e voluntários para diminuir a escassez de professores (BHUTAN, 2009a, p. 122-125) e no 11º plano políticas para oferecer educação para as crianças das áreas mais remotas e

de difícil acesso, de comunidades nômades, para crianças com deficiências de aprendizado e para crianças pobres da zona urbana (BHUTAN, 2013a, p. 138-139).

Já para a saúde, entre as políticas apresentadas no 9º plano para melhorar os indicadores, a que mais evidencia a presença da cultura é o fortalecimento do sistema de medicina tradicional e sua integração com os serviços de saúde gerais (BHUTAN, 2013a, p. 81). O 10º plano lembra que a saúde é requisito incontestável para a felicidade, portanto buscando promover políticas como o fortalecimento e expansão da telemedicina para superar as barreiras geográficas de acesso aos serviços de saúde, o recrutamento de médicos estrangeiros para lidar com a escassez de profissionais e permitindo maior participação do setor privado no provimento de alguns serviços de diagnóstico selecionados, assim como serviços não-técnicos (BHUTAN, 2009a, p. 135-136). O 11º plano lembra que está na Constituição a responsabilidade do Estado de prover acesso ao serviço básico de saúde pública de maneira gratuita, tanto de medicina tradicional quanto moderna (BHUTAN, 2013a, p. 149) e coloca como estratégia, dentre outros, a descentralização dos serviços de saúde no nível local, o foco em saúde preventiva e nos serviços de medicina tradicionais que podem ter sua produção automatizada para suprir tanto as demandas domésticas quanto internacionais (BHUTAN, 2013a, p. 158).

Por fim, o tema da redução da pobreza por ser transversal, acabou já aparecendo algumas vezes neste levantamento. Segundo o 10º plano, cerca de um quarto do país vivia abaixo da linha da pobreza. Entre os condicionantes estruturais para esta situação podem ser citados a realidade geofísica dura, a produtividade agrícola baixa, a agricultura de subsistência, a falta de efeitos *spillover* significativos para crescimento não-agrícola para os pobres, infraestrutura social e econômica fraca na zona rural (principalmente acesso a rodovias e eletricidade) e acesso a terras aráveis. (BHUTAN 2009a, p. 25). Neste contexto, e ainda mais considerando que a segurança financeira é a principal fonte de Felicidade Nacional Bruta (BHUTAN 2013a, p. 33), as prioridades estratégicas na redução da pobreza no 10º plano são vitalizar a indústria, planejamento espacial nacional, sinergia para o desenvolvimento integrado rural-urbano para redução da pobreza, expansão da infraestrutura estratégica, investimento em capital humano e fomento para um ambiente favorável através da boa governança (BHUTAN, 2009a, p. 27). Já o 11º plano de desenvolvimento destacou os resultados positivos, como o declínio de 31,7% para 12% entre 2003 e 2012 da incidência de pobreza na população (BHUTAN 2013a, p. 55).

4.2.3 Equador e seu planejamento de 2007 a 2017

Três planos quinquenais serão analisados no caso equatoriano, mas ressalta-se que isso não corresponde a um período de quinze anos, mas 11 anos (2007 a 2017). Isto porque o primeiro plano é de 2007, mas a aprovação da nova Constituição em 2008 levou a um novo plano de desenvolvimento lançado em 2009 (EQUADOR, 2009, p. 9). A relação entre desenvolvimento e bem viver é apresentada da seguinte maneira:

Entendemos por desenvolvimento a realização do bem viver de todos e todas, na paz e harmonia com a natureza e a extensão indefinida das culturas humanas. O bem viver pressupõe que as liberdades, oportunidades, capacidades e potencialidades reais dos indivíduos se ampliem de modo que permitam conseguir simultaneamente aquilo que a sociedade, os territórios, as diversas identidades coletivas e cada um – visto como um ser humano universal e particular de cada vez – valoriza como objetivo de vida desejável. Nosso conceito de desenvolvimento nos obriga a reconhecermos, compreendermos e valorizarmos uns aos outros a fim de possibilitar a auto realização e a construção de um futuro compartilhado (EQUADOR, 2007, p. 54, tradução nossa⁵¹)

O setor agrícola equatoriano é marcado pela forte desigualdade entre trabalhadores e fazendeiros. Enquanto 47,7% dos pequenos proprietários possuem 2,04% da terra de uso agrícola, os 3,32% de grandes proprietários possuem 42,57% da terra (EQUADOR, 2007, p. 87). Esta realidade leva o Estado a buscar políticas de incentivo a estes pequenos produtores, como através da formação de cadeias agro-produtivas que garantem a eles capacitação, assistência técnica e microcrédito, de modo a levar as associações destes produtos agrícolas a entregar as produções para empresas âncoras (EQUADOR, 2007, p. 90). Outras estratégias para o setor incluem a reforma do Banco Nacional de Fomento para financiar pequenas e médias agriculturas familiares e organizações ou associações de economia solidária, a promoção de organização camponesa, regulação do uso e acesso a terras improdutivas em vistas de favorecer pequenos produtores e comunidades rurais com equidade de gênero, fortalecer e regular o acesso à água e a articulação do intercâmbio de alimentos entre zonas rurais e urbanas a nível microrregional de modo a substituir produtos extra regionais, gerando mercados livres de intermediários e com preços justos (EQUADOR, 2007, p. 92). O segundo plano, ao impulsionar

⁵¹ Entendemos por desarrollo la consecución del buen vivir de todos y todas, en paz y armonía con la naturaleza y la prolongación indefinida de las culturas humanas. El buen vivir presupone que las libertades, oportunidades, capacidades y potencialidades reales de los individuos se amplíen de modo que permitan lograr simultáneamente aquello que la sociedad, los territorios, las diversas identidades colectivas y cada uno -visto como un ser humano universal y particular a la vez- valora como objetivo de vida deseable. Nuestro concepto de desarrollo nos obliga a reconocernos, comprendernos y valorarnos unos a otros a fin de posibilitar la autorrealización y la construcción de un porvenir compartido

o Bem Viver rural, apresenta políticas também voltadas principalmente aos camponeses e produtores menores, promovendo cadeias menores de comercialização que diminuam custos, evitem o desperdício e promovam soberania alimentar, além de priorizar atividades conduzidas por mulheres e promover iniciativas de geração de trabalho digno nas populações rurais (EQUADOR, 2009, p. 149). O terceiro plano, ao propor a democratização dos meios de produção, propõe fortalecer os mecanismos de prevenção, controle e sanção à concentração, ao latifúndio e à grilagem de terras, além de promover formas de propriedade cooperativa, associativa e comunitária e fortalecer mecanismos para garantir a conservação de propriedades de terras comunitárias e a posse de territórios ancestrais (EQUADOR, 2013, p. 123).

A política equatoriana para a indústria dentro do marco do Bem Viver passa necessariamente pela questão ambiental, uma vez que é justamente a indústria já estabelecida a responsável por parte dos problemas relacionados à poluição do ar e dos rios. Algumas estratégias neste sentido buscam fazer auditorias para avaliar o impacto ambiental de projetos de desenvolvimento industrial e energético existentes, principalmente em concessões petrolíferas e de mineração (EQUADOR 2007, p. 165). Não obstante, essa visão mais crítica das consequências da indústria para o meio ambiente não representa um desejo de reduzir o investimento. Pelo contrário, entre as estratégias para relações econômicas internacionais se encontra o fomento do investimento estrangeiro que incremente a produtividade industrial em detrimento dos capitais financeiros e especulativos (EQUADOR, 2007, p. 189). Ou seja, a visão estratégica do papel da indústria no país busca tanto promover uma industrialização mais limpa em termos ambientais quanto busca ampliar a produção ao combater os efeitos negativos que a especulação excessiva pode gerar na economia. O segundo plano destaca também o uso de energias alternativas não contaminantes e de baixo impacto para os setores produtivos (EQUADOR, 2009, p. 233). O terceiro plano colocou pela primeira vez o setor industrial em um dos objetivos do bem viver. O 11º objetivo busca assegurar a soberania e eficiência dos setores estratégicos para a transformação industrial e tecnológica (EQUADOR, 2013, p. 313). Destaca-se a busca por reestruturar a matriz energética promovendo inclusão, qualidade, soberania energética, sustentabilidade e aumento da participação de energias renováveis (EQUADOR, 2013, p. 322).

Dado que o petróleo é o principal produto de exportação equatoriano, o tema do extrativismo é importante para o país, mas também muito delicado, como pode ser visto na questão do Yasuní-ITT. Como explica Acosta (2016), o Equador escolheu, em 2007, manter no Parque Nacional Yasuní, na Amazônia, um considerável volume de petróleo. Entretanto, este

projeto, que ficou conhecido como Iniciativa Yasuní-ITT⁵², não conseguiu se manter e foi abandonado pelo governo. Acosta reconhece o peso dos governos dos países mais poderosos que não quiseram assumir responsabilidades ao contribuir financeiramente em prol da preservação do meio-ambiente e da conservação da vida de populações nativas, mas também culpa o presidente Rafael Correa por não ter conseguido estruturar uma estratégia para fazer da utopia realidade (ACOSTA, 2016, p. 213). Sobre esta não aceitação da iniciativa Yasuní-ITT por parte de outros países, Pablo Solón apresenta a seguinte reflexão:

A preservação da natureza e dos direitos da Mãe Terra não pode basear-se na expectativa de que o mundo capitalista pagará sua dívida ecológica ou de que a doação virá sem condições nem limitações. Não há dúvida de que isso é correto e justo, dada sua responsabilidade histórica e sua obrigação de reparar o dano. No entanto, a realidade é que nunca seremos capazes de fazer com que os capitalistas paguem até que derrotemos e substituamos o sistema capitalista (SOLÓN apud ACOSTA, 2016, p. 222)

Ou seja, dentro de uma lógica centrada no dinheiro, não há nem como contar com a solidariedade dos capitalistas, nem faz sentido abrir mão dos ganhos gerados (seja para distribuir lucros a acionistas, seja para fazer políticas sociais para redução da pobreza). A ruptura sugerida pelo Bem Viver, não concretizada neste caso da iniciativa Yasuní-ITT, transcende esta lógica materialista, colocando como centro a vida de maneira íntegra, seja a das populações indígenas que tiveram que ir para outras terras, seja a da biodiversidade existente na reserva natural que se tornou campo de exploração de petróleo. O segundo e terceiro planos de desenvolvimento chegam a falar em algumas ocasiões de Yasuní-ITT como exemplo positivo, liderando uma série de iniciativas para a não-extração de petróleo no país (EQUADOR, 2009, p. 234; 2013, p. 506). O terceiro plano foi aprovado no dia 24 de junho de 2013 e a iniciativa Yasuní-ITT foi encerrada oficialmente no dia 15 de agosto de 2013, menos de dois meses depois (ACOSTA, 2016, p. 223; EQUADOR, 2013, p. 6).

Em termos de investimentos em infraestrutura, o primeiro plano de desenvolvimento destaca os projetos de transporte de transferência de Manta, os aeroportos de Tena e Santa Rosa e a rede de estradas rurais em prol da expansão da competitividade (EQUADOR, 2007, p. 265). O segundo plano apresenta como políticas para o setor iniciativas como a manutenção e expansão do sistema de transporte e de mobilidade multimodal, a ampliação dos serviços sanitários e fitossanitários e a ampliação da cobertura do sistema elétrico de modo sustentável com recursos renováveis em vista de aumentar as capacidades e oportunidades econômicas

⁵² ITT se refere aos campos de petróleo de Ishpingo, Tambococha e Tiputini localizados no Parque Nacional do Yasuní (ACOSTA, 2016, p. 214)

(EQUADOR, 2009, p. 337). O terceiro plano lembra que ainda que o país seja autossuficiente em energia e exporte excedentes, ainda se importa energia secundária como diesel e gasolina, o que significa que enquanto exporta-se o petróleo cru, importa-se derivados do petróleo, o que faz a balança comercial tender para uma situação deficitária (EQUADOR, 2013, p. 316). Em relação a acesso à internet, o plano mostra que há um crescimento, uma vez que em 2008 9,9% dos domicílios urbanos e 0,9% dos domicílios rurais possuíam internet e em 2012 os valores subiram para 31,4% nos domicílios urbanos e para 4,8% nos domicílios rurais (EQUADOR, 2013, p. 320).

O Equador, diferentemente de Brasil, Argentina e México, não conseguiu consolidar um modelo de crescimento baseado na industrialização por substituição de importações, de modo que mantém seu crescimento baseado em exportações primárias como produção agrícola e minerais, mas principalmente petróleo (EQUADOR, 2007, p. 17). O gráfico a seguir ajuda a ilustrar como a inserção periférica equatoriana é refletiva sobre o modo como exporta para cada grupo de países:

**GRÁFICO 1 – Exportações do Equador por grupo econômico e tipo de tecnologia
(participação média 2007-2012)**

	NAFTA	Caricom	SICA	CAN	Mercosur	UE	AELC	ASEAN + Japón	APTA	Comesa	Ecovas	Medio Oriente	ALBA
■ Otro	1,11	0,01	0,07	0,21	0,04	0,05	74,61	0,01	0,00	1,02	0,02	0,00	0,06
■ Manufactura de tecnología media	0,45	4,82	0,84	16,68	23,94	0,27	0,11	0,16	1,11	0,74	15,36	0,58	25,66
■ Manufactura de baja tecnología	0,42	10,65	1,27	8,08	12,58	0,73	0,17	0,97	0,54	0,27	4,88	0,61	13,95
■ Manufactura de alta tecnología	0,20	2,61	0,56	1,38	2,31	0,08	0,36	0,11	0,15	0,37	2,28	0,30	2,43
■ Manufactura basada en recursos naturales	5,62	22,65	41,91	13,46	33,31	27,97	2,05	5,63	26,48	14,96	32,43	10,60	30,09
■ Bienes primarios	92,20	59,25	55,34	60,18	27,81	70,90	22,70	93,13	71,72	82,64	45,03	87,90	27,80

Fonte: Equador, 2013, p. 341

Percebe-se que para alguns grupos de países o perfil exportador do Equador é quase que exclusivamente de bens primários, como para o NAFTA, a União Europeia e a ASEAN + Japão. Por outro lado, há grupos para os quais os principais produtos exportados não são somente bens primários, mas também produtos manufaturados, como é o caso de Mercosul e ALBA. Estes exemplos ajudam a ilustrar uma divisão entre centro e periferia no mundo, uma vez que as exportações de bens primários são principalmente para as economias mais desenvolvidas (no sentido moderno do termo) e as exportações com maior participação de manufaturas vão para países periféricos do mesmo continente. Um exemplo de esforço do governo para mudar esta situação se dá através da política de incentivo à produção para exportação de pequenas e médias empresas, assim como economia popular e solidária (EQUADOR, 2013, p. 347).

Uma vez que a Constituição de 2008 refundou o Estado equatoriano, os projetos do primeiro plano podem ser relevados, uma vez que é justamente por isso que o segundo plano foi adiantado para 2009. Os objetivos para o Bem Viver estabelecidos no segundo plano de desenvolvimento sempre contam com maior ou menor participação do Estado para serem realizados, mas o 12º objetivo em particular busca construir um Estado democrático para o Bem Viver, através da recuperação e fortalecimento das capacidades de planejamento, regulação, controle e redistribuição, desprivatizando-o e reconstruindo-o enquanto Estado plurinacional e intercultural (EQUADOR, 2009, p. 353). Para isto, algumas escolhas feitas são de apoiar a criação de circunscrições territoriais indígenas, afroequatorianas e montúbias, reconhecer os territórios das nacionalidades e povos do país, assim como suas próprias formas de organização, governo e democracia, implementar reformas para promover a descentralização da gestão (EQUADOR, 2009, p. 362). No terceiro plano de desenvolvimento, o objetivo 1 trata de consolidar o Estado democrático e a construção do poder popular e se destacam entre as estratégias a progressiva transferência de recursos para governos autônomos descentralizados, a consolidação dos Conselhos Nacionais para a Igualdade para avaliação de políticas públicas (EQUADOR, 2013, p. 102).

Em termos culturais, a própria proposta de construção de Estado Plurinacional e Intercultural já marca um compromisso maior com a diversidade étnica e cultural do país, diferentemente dos governos do passado que, como visto no capítulo anterior, eram praticamente sempre de representantes das elites crioulas brancas. O objetivo 5 do terceiro plano de desenvolvimento é voltado para construir espaços de encontro comum e fortalecer a identidade nacional, as identidades diversas, a plurinacionalidade e a interculturalidade (EQUADOR, 2013, p. 181). Entre as políticas deste objetivo, podem ser destacadas a democratização do aproveitamento do tempo e do espaço público para construção de relações sociais entre os diferentes e a promoção da integração intercultural nos processos contra hegemônicos de integração regional, como a ALBA e a Unasul (EQUADOR, 2013, p. 194).

Em termos de saúde, educação e combate à pobreza, o objetivo 3 do terceiro plano de desenvolvimento aborda boa parte das preocupações ao se propor melhorar a qualidade de vida da população (EQUADOR, 2013, p. 135). A primeira política neste sentido é de melhorar a qualidade dos serviços do Sistema Nacional de Inclusão e Equidade Social, que regula e controla a educação, a saúde e outros serviços públicos (EQUADOR, 2013, p. 144). A segunda política coloca como foco uma visão de saúde pública voltada para a prevenção e a promoção de hábitos de vida mais saudáveis, como combate ao consumo de tabaco, álcool e substâncias estupefacientes e psicotrópicas (EQUADOR, 2013, p. 144). Já o objetivo 2 que se propõe a

buscar igualdade, coesão, inclusão e equidade social e territorial na diversidade apresenta como política a garantia de igualdade real no acesso a serviços de saúde e educação de qualidade a pessoas e grupos que requerem especial consideração, dada a persistência de desigualdades, exclusão e discriminação (EQUADOR, 2013, p. 122). Para reduzir a pobreza, o país busca promover uma redistribuição solidária e equitativa da riqueza por meio de mecanismos tributários e não tributários para o financiamento do Sistema Nacional de Inclusão e Equidade Social e através do *bono de desarrollo humano*, de transferência de renda para famílias pobres (EQUADOR, 2013, p. 164)

4.2.4 Bolívia e seu planejamento de 2006 a 2020

Finalmente, analisaremos os dois planos nacionais de desenvolvimento bolivianos de 2006-2011 (BOLÍVIA, 2007) e o mais recente 2016-2020 (BOLÍVIA, 2017), recorrendo também quando necessário ao programa de governo da campanha de Evo Morales para o período 2010-2015, como explicado na introdução desta seção (MOVIMIENTO AL SOCIALISMO, [2009], 2017).

A estrutura da matriz produtiva nacional desenhada no país no primeiro plano de desenvolvimento para o Bem Viver dividia as atividades produtivas em dois grupos, o primeiro de setores estratégicos geradores de excedentes e o segundo de setores geradores de renda e emprego (BOLÍVIA, 2007, p. 98). Assim, nas categorias que estão sendo trabalhadas aqui, a agricultura e a indústria estão compreendidas no eixo de geração de renda e emprego, enquanto o extrativismo está localizado no setor de geração de excedentes. A infraestrutura de transportes e telecomunicações é necessária para todos os setores e a pauta exportadora vai refletir as mudanças propostas para o desenvolvimento do país.

Em relação ao desenvolvimento agrícola, o primeiro plano de desenvolvimento propõe a inauguração de um quarto modelo histórico de desenvolvimento. Como é explicado, o primeiro modelo foi o colonial extrativista (1825-1952) e se baseou na exploração dos recursos coletivos das comunidades e sua individualização, na entrega de terras a colonos e ignorou os direitos e necessidades dos povos originários. (BOLÍVIA, 2007, p. 136). O segundo modelo foi o nacional estatista (1953-1985), que buscou diversificar a produção e a substituição das importações, o que impulsionou a eliminação do sistema de colonato nas fazendas, mas apesar dos esforços pela redistribuição da terra, as empresas agropecuárias substituíram os atores rurais que tentavam desenvolver processos de produção (BOLÍVIA, 2007, p. 136). O terceiro modelo

foi o privatista neoliberal (1986-2005) foi baseado na entrega da terra a médios e grandes proprietários, consolidando os setores mais dinâmicos da economia empresarial do leste do país para cultivos industriais e mercados de exportação e teve como principais consequências a geração de dívidas para o Estado, o aumento da desigualdade e não contribuiu para o país ter segurança e soberania alimentar (BOLÍVIA, 2007, p. 136). Dado esta contextualização, a proposta de mudança busca substituir o

modelo de desenvolvimento agrário e florestal primário exportador e socialmente excludente para outro que impulse a transformação da estrutura de posse da terra e dos bosques, que promova a mudanças dos sistemas produtivos agropecuários e florestais em uma perspectiva integral, ecológica e sustentável, que favoreça as inovações tecnológicas e do conhecimento, assim como dinamize os mercados dos produtos agropecuários e a industrialização dos recursos naturais para o benefício da população local. (BOLÍVIA, 2007, p. 136, tradução nossa⁵³)

Para isso, o primeiro plano de desenvolvimento para o Bem Viver propõe como políticas e estratégias: a transformação da estrutura de posse e acesso à terra e bosques, eliminando o latifúndio e recuperando terras fiscais para distribuir e redistribuir terras para povos indígenas e comunidades camponesas; (BOLÍVIA, 2007, p. 138); a transformação dos padrões produtivos e alimentares através da promoção da institucionalidade da segurança alimentar no âmbito local, do incentivo à produção visando consumo familiar e no mercado das regiões com maior pobreza extrema e através do apoio a iniciativas produtivas de desenvolvimento rural que aumentem a produção e a produtividade agrícola no país (BOLÍVIA, 2007, p. 140); o acesso à água para produção, através principalmente da ampliação da cobertura de irrigação (BOLÍVIA, 2007, o. 140); apoio para produção e transformação de recursos naturais renováveis, dinamização das capacidades produtivas territoriais incentivando a produção e buscando conexões entre o rural e o urbano sem, todavia, esquecer de que a maior parte da população rural se auto identifica como indígena e originária, de modo que esta dinamização seja feita a partir das próprias visões culturais das populações locais para a gestão dos recursos (BOLÍVIA, 2007, p. 142-143); finalmente, o fortalecimento da institucionalidade estratégica, em particular através do INIAF (*Instituto Nacional de Innovación Agropecuaria y Forestal*), do INRA (*Instituto Nacional de Reforma Agraria*), do SERNAP (*Servicio Nacional de Áreas Protegidas*) e do SENASAG (*Servicio Nacional de Sanidad Animal e Inocuidad Alimentaria*), de modo a

⁵³ Modelo de de desarrollo agrario y forestal primario exportador y socialmente excluyente, hacia otro que impulse la transformación de la estructura de tenencia y de acceso a la tierra y bosques, promueva el cambio de los sistemas productivos agropecuarios y forestales en una perspectiva integral, ecológica y sustentable, favorezca las innovaciones tecnológicas y del conocimiento, así como, dinamice los mercados de los productos agropecuarios y la industrialización de los recursos naturales para el beneficio de la población local.

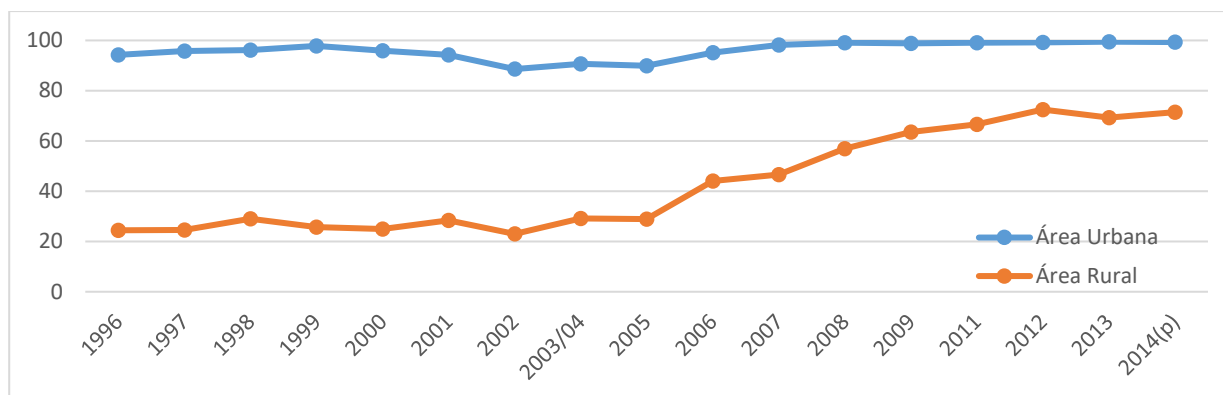
permitir um planejamento mais qualificado e efetivo do desenvolvimento para o Bem Viver (BOLÍVIA, 2007, p. 143). Por sua vez, o atual plano de desenvolvimento boliviano sugere projeções de aumento da produção até 2020, de modo que a soja vai continuar como principal produto agrícola, mas a batata vai ultrapassar o milho como segundo colocado, seguidos pelo trigo em quarto lugar, a quinoa, o tomate e o café em seguida (BOLÍVIA, 2017, p. 119). Para isso, ele propõe aumentar a superfície de cultivo dos pequenos produtores, intensificar a produção de pequena escala com acesso rápido a tecnologias de irrigação, implementar programas de recuperação de solos, fazer reservas estratégicas de grãos para assegurar abastecimento interno, facilitar o acesso preferencial dos pequenos produtores aos mercados locais promovidos por compras estatais e continuar os avanços na distribuição de terras começada no primeiro plano, dentre outros (BOLÍVIA, 2017, p. 122). Assim, percebe-se que o segundo plano é uma continuidade do primeiro a partir de avanços conseguidos ao consolidar a agricultura pelos pequenos produtores de origem indígena principalmente.

Em relação ao extrativismo e à industrialização, a mineração e os hidrocarbonetos são considerados pelo primeiro plano de desenvolvimento como “pilares do desenvolvimento” e por gerar excedentes de alta rentabilidade são atrativos para o capital estrangeiro, o que leva o governo a buscar segurança política para que o Estado possa usar destes recursos para melhorar o bem-estar social em um equilíbrio com o meio ambiente (BOLÍVIA, 2007, p. 99). Neste contexto, o país busca “desmontar o colonialismo com a industrialização e com o aumento do valor agregado da produção e exportação, que induzirão à mudança do padrão primário exportador” (BOLÍVIA, 2007, p. 99, tradução nossa⁵⁴). Ou seja, a visão de descolonização boliviana não significa negação da tecnologia, mas busca, sim, um novo modelo de Estado que se apropria da capacidade produtiva industrial para promover uma nova inserção internacional menos colonizada. O plano de governo de Evo Morales destacou dentre as mudanças deste primeiro período a nacionalização dos hidrocarbonetos ao reverter o regime de concessão anterior, levando a uma inversão na distribuição dos ganhos: se antes o Estado ficava com 27% dos ganhos e as petroleiras estrangeiras se apropriavam dos 73% restantes, em 2008 o Estado plurinacional estava com 73% do excedente versus 27% dos ganhos para os estrangeiros (MOVIMIENTO AL SOCIALISMO, [2009], 2017, p. 15-16). Outro destaque foi para o aumento da mineração, que entre 1998 e 2005 variou de 3,0% a 3,6% do PIB boliviano e que nos anos seguintes aumentou fortemente a produção, indo para 5,2% do PIB em 2006, 5,8%

⁵⁴ Desmontar el colonialismo con la industrialización y el aumento del valor agregado de la producción y la exportación, e inducirán al cambio del patrón primario exportador

em 2007 e 8,6% em 2008 (MOVIMIENTO AL SOCIALISMO, [2009], 2017, p. 18). O segundo plano de desenvolvimento, por sua vez, mostra que o crescimento do setor seguiu expressivo até 2014, apesar de duas quedas em 2009 e 2013 (BOLÍVIA, 2017, p. 30). Em relação ao petróleo, o segundo plano aponta como prioridades em curso o investimento nos processos de industrialização para a mudança da matriz primário-exportadora através da construção de indústrias petroquímicas (BOLÍVIA, 2017, p. 28). Também são apresentados no segundo plano de desenvolvimento os complexos produtivos industriais estratégicos enquanto elemento para a dinamização econômica do país ao promover indústrias derivadas do lítio, da petroquímica e da metalurgia (BOLÍVIA, 2017, p. 103). Estes complexos produtivos se orientam para o mercado interno e envolvem pequenos produtores que se articulam para se fortalecerem enquanto atores produtivos e o plano coloca como ações necessárias a promoção pelo Estado de investimento estrangeiro direto articulado com investimento privado, o desenvolvimento de ações de promoção das vantagens de investimento nestas indústrias, a constituição de empresas estatais, estatais mistas e empresas intergovernamentais e a articulação dos complexos produtivos industriais estratégicos dentre as diferentes formas de economia plural (BOLÍVIA, 2007, p. 107)

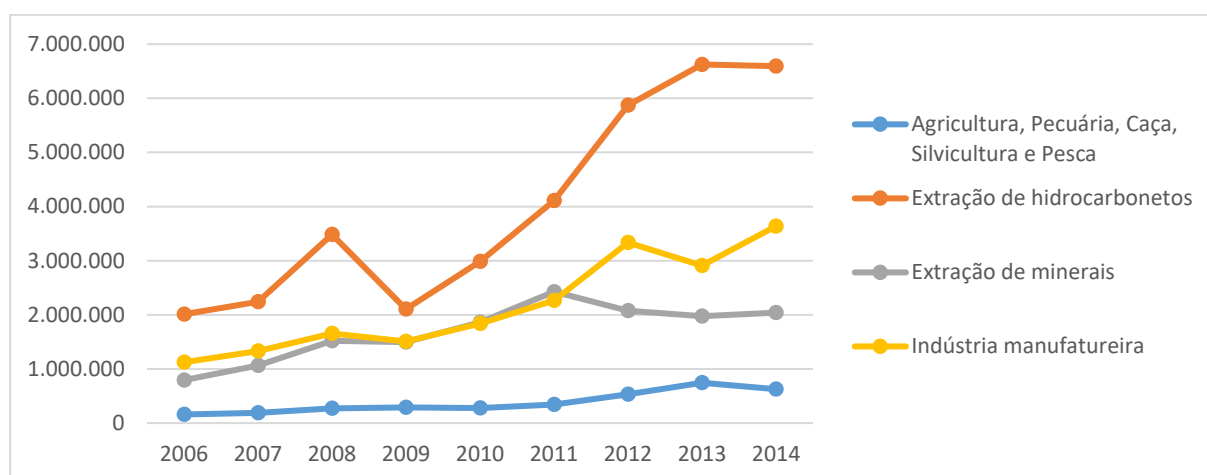
A infraestrutura necessária em termos de eletricidade também precisou ser renovada, uma vez que em 2005 somente 87% da área urbana e 33% da área rural contava com acesso à energia elétrica (BOLÍVIA, 2007, p. 124). O primeiro plano, assim propõe mudanças que levem ao acesso universal à energia, com uso racional e sustentável das fontes energéticas. Para isso, coloca-se a Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE) como protagonista do planejamento da indústria energética, muda-se a prioridade do fornecimento, buscando primeiro atender as necessidades internas para então gerar excedentes com a exportação de eletricidade e busca-se a soberania e independência energética ao consolidar a propriedade do Estado sobre os recursos naturais e ao buscar fontes de energias renováveis (BOLÍVIA, 2007, p. 126). O segundo plano já estabelece metas mais claras em termos de quais fontes de energia são exploradas e quanta energia espera-se gerar de cada uma delas até 2020. Isto é, a construção e ampliação das usinas, coordenadas pela ENDE, pretendem em 2020 produzir 1.447 MW de energia hidrelétrica, 1.096 MW de energia termelétrica, 411 MW de energias alternativas (eólica, biomassa, geotérmica e solar) e 2.822 quilômetros de linhas de conexão nacional e 1.221 quilômetros de linhas de exportação de energia (BOLÍVIA, 2007, p. 139). O gráfico seguinte ajuda a perceber como o aumento ao acesso de energia elétrica tem sido conseguido:

GRÁFICO 2 – Acesso à energia elétrica na Bolívia (%)

Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estadística (2017a)⁵⁵

Como pode ser observado, a partir de 2006 (quando começa o primeiro mandato de Evo Morales) verifica-se uma forte ampliação do acesso à eletricidade na Bolívia, com destaque para a área rural, cujo acesso variava de 24 a 29% no período 1996-2005 e sobe para 71,5% em 2014. Apesar de menos visível pelo gráfico, a variação na área urbana também foi consistente, saindo de 89,9% em 2005 e variando entre por volta de 99% a partir de 2008 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, 2017a).

Nesta lógica de mudanças, a política comercial boliviana abandona uma perspectiva de produção nacional voltada para exportação e passa a buscar exportar de maneira mais diversificada e com produtos de maior valor agregado (BOLÍVIA, 2007, p. 102). O resultado desta proposta pode ser observado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 3 – Exportações bolivianas em milhares de dólares

Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estadística (2017b)

⁵⁵ O gráfico produzido pelo autor se baseia nos dados da tabela informada pelo INE. O dado de 2003-2004 é fruto de uma pesquisa conjunta. Não houve pesquisa em 2010. Os valores para 2014 são preliminares (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, 2017a).

Percebe-se que houve um considerável crescimento nas exportações de produtos manufaturados. Entretanto, em termos relativos, este aumento não significou maior participação do setor no total de exportações bolivianas, uma vez que o setor de hidrocarbonetos teve um aumento ainda mais forte na participação da pauta exportadora.

A reforma do Estado boliviano foi uma das principais mudanças que foram trazidas com o governo Evo para o Bem Viver. O primeiro plano sugeriu a constituição de um estado social plurinacional e comunitário, que surja dos povos indígenas, originários e camponeses e dos movimentos sociais (BOLÍVIA, 2007, p. 78). Representa, portanto, a diversidade ao invés da homogeneidade e se volta para a comunidade sem anular o indivíduo, buscando harmonia entre o bem particular e o bem comunitário (BOLÍVIA, 2007, p. 78). Entre os principais feitos, destacam-se a Assembleia Constituinte que formou a nova Constituição, que permitiu que o caráter plurinacional da Bolívia pudesse ser explorado de diferentes maneiras, como por exemplo na Política Nacional de Transparência e Luta contra a Corrupção de 2007 que se baseou nos valores morais ancestrais *ama suwa*, *ama llulla* e *ama qhilla*, citados no artigo 8 da Constituição (BOLÍVIA, 2017, p. 25). Além disso, ao promover esta mudança de modelo, o Estado boliviano passa a ser responsável por garantir os direitos não só do povo boliviano, mas também da Mãe Terra, evidenciando a integralidade necessária para entender a vida na perspectiva do Bem Viver. Assim, entre as ações necessárias para conseguir este objetivo, o Estado se propõe a fortalecer na gestão pública a complementariedade entre os direitos da Mãe Terra e os direitos das pessoas, fortalecer a implementação de políticas setoriais e territoriais para o Bem Viver e gerar espaços de diálogo para a construção de um mútuo respeito entre as diferentes nações e povos do país, sempre com envolvimento de entidades territoriais autônomas, empresas públicas, universidades, setor privado, organizações comunitárias e organizações sociais cooperativas (BOLÍVIA, 2017, p. 171).

Para a cultura, o primeiro plano de desenvolvimento boliviano propõe uma política de mudança para a revolução cultural baseada em seis estratégias. A primeira é descolonizar a cultura, uma vez que as expressões artísticas e culturais convencionais estão fortemente ligadas aos espaços urbanos do país, o que leva a subestimar as expressões originárias e indígenas em prol da supervalorização das expressões urbanas e ocidentais (BOLÍVIA, 2007, p. 72). A segunda é construir uma nova identidade nacional, que recupere os valores tradicionais das diversas culturas que habitam o território boliviano, projetando elementos que representem uma nacionalidade que vincule território e população de maneira respeitosa com uma inata diversidade (BOLÍVIA, 2007, P. 73). A terceira estratégia é fazer do Estado o principal protagonista do desenvolvimento cultural através do Fundo para o Desenvolvimento Cultural

da Bolívia que financiará o processo de planejamento e execução dos projetos de gestão cultural do país (BOLÍVIA, 2007, p. 73). A quarta estratégia propõe transformar o patrimônio cultural em fonte geradora de emprego e renda para as comunidades, a quinta busca promover a formação artística com identidade nacional e a sexta busca executar uma política de comunicação cultural eficiente (BOLÍVIA, 2007, p. 74). Por sua vez, o segundo plano traz um novo entendimento de cultura ao propor o fortalecimento das virtudes humanas e solidárias para levar uma vida harmoniosa. Este entendimento busca garantir a liberdade de culto, recuperar e atualizar técnicas de preparação de alimentos saudáveis e nutritivos, garantir espaços de recreação e tempo livre e fomentar a prática regular de expressões culturais em vista de 9 resultados esperados de recuperação de sabedorias: saber ser e crescer; saber aprender e pensar; saber se relacionar; saber se alimentar; saber trabalhar; saber dançar, rir, alegrar-se e descansar; saber amar e ser amado; saber sonhar; e saber se comunicar e escutar (BOLÍVIA, 2007, p. 172).

Em termos de preservação do meio-ambiente, o primeiro plano boliviano reconhece ao mesmo tempo a grande riqueza ambiental do país e os riscos que o modelo de origem colonial primário-exportador representou, e ainda representa, para a natureza e para as populações locais (BOLÍVIA, 2007, p. 127). Suas principais propostas, assim, passam pelo papel do Estado como promotor e protagonista do aproveitamento sustentável dos recursos naturais, mantendo o equilíbrio entre a conservação da natureza e a necessidade econômica de desenvolvimento; pela transformação produtiva da silvicultura através de sua industrialização em vistas de aumentar os excedentes e os empregos num ritmo em que seja possível repor a fertilidade e a cobertura vegetal dos solos; pelo acesso à água através de gestão pública, participativa e descentralizada; e pela Estratégia Nacional de Planejamento Ambiental e de Riscos (BOLÍVIA, 2007, p. 128-133). Esta estratégia busca garantir a sustentabilidade ambiental no desenvolvimento através de espaços de coordenação interinstitucionais, identificando vulnerabilidades nos sistemas produtivos e suas possíveis alternativas (BOLÍVIA, 2007, p. 133-135). Já o segundo plano evidencia que falar em preservação ambiental é, de maneira mais ampla, respeitar os direitos da Mãe Terra (*Pachamama*), assim como os direitos dos povos a um desenvolvimento integral, em particular dos povos indígenas originários e camponeses (BOLÍVIA, 2017, p. 145). Por isto, as metas e resultados esperados até 2020 consideram esta nova perspectiva ao buscar o reconhecimento internacional dos direitos da Mãe Terra e ao buscar mecanismos não baseados no mercado para gestão do ecossistema nas comunidades de povos indígenas e comunidades locais (BOLÍVIA, 2017, p. 146). Em relação a como desenvolver atividades econômicas dentro do marco do Bem Viver, o plano de desenvolvimento apresenta alguns resultados esperados até 2020, mas as ações a serem executadas para isto são em grande medida relacionadas à

capacidade de planejamento estatal do desenvolvimento de modo que a questão ambiental seja sempre uma preocupação, como para tomar maior consciência dos impactos de produção, ou para pensar novos indicadores de custo/benefício para projetos de investimento que tragam uma noção ambiental integral (BOLÍVIA, 2017, p. 148).

Saúde e educação são temas próximos também nos planos bolivianos. O primeiro plano associa os problemas de saúde da população com a diminuição nos salários, o aumento do desemprego, a flexibilização das relações trabalhistas e com a feminização da pobreza, levando a tuberculose, diarreias e infecções que incidem em uma maior mortalidade, principalmente materna, infantil, rural e indígena (BOLÍVIA, 2007, p. 45). Como principais políticas, propõe um sistema único de saúde familiar comunitária intercultural, uma mobilização social através de conselhos de saúde em todos os níveis de governo (nacional, departamental e municipal) que promova uma participação cidadã ativa e recupera a responsabilidade do Estado sobre a cultura da saúde integral (BOLÍVIA, 2007, p. 49-50). Por sua vez, o segundo plano de desenvolvimento apresenta propostas que buscam dar continuidade ao caminho começado em vistas de atingir a universalização do acesso aos serviços de saúde (BOLÍVIA, 2017, p. 87). Entre as principais ações propostas, destacam-se a consolidação do Sistema Único de Informações em Saúde, construir, ampliar e equipar os equipamentos de saúde e o fortalecimento dos conhecimentos e práticas de medicina tradicional ancestral boliviana (BOLÍVIA, 2017, p. 90). Já para a educação, o primeiro plano destaca que o sistema educacional não toma em consideração as identidades, as formas de pensar, de organizar o mundo, as cosmovisões e projeções históricas dos povos originários e indígenas, mas assume a visão hegemônica e o modo de vida das elites (BOLÍVIA, 2007, p. 51). A proposta de mudança, portanto, passa por uma transformação que promove, entre outros, a interculturalidade sociocomunitária e recupera as culturas ancestrais para o processo de reconstituição das unidades socioculturais (BOLÍVIA, 2007, p. 52). Há, neste contexto, uma visão de educação e ciência e tecnologia que busca fortalecer e ser fortalecida por pedagogias descolonizadoras que recuperem, revalorizem e promovam saberes e tecnologias das culturas ancestrais, inclusive através do uso de línguas originárias dos habitantes para além do espanhol (BOLÍVIA 2007, p. 53-54). O segundo plano propõe a continuidade das políticas já começadas em vistas do acesso universal à educação e do fortalecimento do sistema educativo, o que demanda ações como “recuperar, desenvolver e revalorizar o conhecimento sobre a língua, cultura, saberes e conhecimentos de cada nação e povo indígena originário camponês, mediante a consolidação de uma educação intra-

intercultural e plurilíngue” (BOLÍVIA, 2017, p. 93, tradução nossa⁵⁶). Outra ação de destaque é “promover a participação e corresponsabilidade social comunitária na gestão educativa, desenvolvendo o novo boliviano e boliviana integral, com valores sociocomunitários, descolonizadores e despatriarcalizadores” (BOLÍVIA, 2017, p. 93, tradução nossa⁵⁷). É interessante perceber, assim, que a visão de giro decolonial na Bolívia está fortemente presente na educação, não só ao recuperar as ancestralidades, mas ao buscar romper com as colonialidades e com o patriarcado ocidental presentes no país.

Por fim, o entendimento de combate à pobreza encontrado no primeiro plano, assim como nos outros temas, dá o protagonismo ao Estado para realizar políticas sociais, sendo sua principal função gerar condições de equidade que contribuam para a conquista do Bem Viver (BOLÍVIA, 2007, p. 34). Como é explicado na introdução

A desigualdade e a discriminação social – denominada “pobreza” pelo colonialismo neoliberal – aumentaram em profundidade e extensão. O reconhecimento deste fato conduziu à adoção de medidas compensatórias pelos desastres causados. As “políticas sociais”, extraídas do receituário desenvolvimentista, foram o melhor reconhecimento do fracasso do mercado e foram aplicadas como se fossem o instrumento exímio para resolver o problema da distribuição da riqueza e o acesso equitativo aos meios produtivos para nove de cada dez habitantes do país. (BOLÍVIA, 2007, p. 1-2, tradução nossa⁵⁸)

Esta crítica boliviana às ideias ocidentais/coloniais de desenvolvimento demonstra que o protagonismo do Estado para o Bem Viver ocorre de maneira diferente de um Estado desenvolvimentista que busca aumentar a renda e reduzir a desigualdade através de políticas sociais. Isto é, denuncia-se o paradoxo neoliberal de que o Estado deve arcar com os custos da redução da pobreza e, ao mesmo tempo, reduzir sua atuação para permitir que o mercado seja gerador de riqueza suficiente para não haver pobreza. Seguindo um raciocínio lógico, se o entendimento de pobreza e de políticas sociais é neoliberal e colonial, um novo entendimento do que se entende por fim da desigualdade e da discriminação social deve emergir a partir de categorias próprias, o que leva às propostas apresentadas no segundo plano de

⁵⁶ Recuperar, desarrollar y revalorizar el conocimiento sobre la lengua, cultura, saberes y conocimientos de cada nación y pueblo indígena originario campesino, mediante la consolidación de una educación intra - intercultural y plurilingüe.

⁵⁷ Promover la participación y corresponsabilidad social comunitaria en la gestión educativa, desarrollando al nuevo boliviano y boliviana integral, con valores sociocomunitarios, descolonizadores y despatriarcalizadores.

⁵⁸ La desigualdad y la discriminación social –denominada "pobreza" por el colonialismo neoliberal– aumentaron en profundidad y extensión. El reconocimiento de este hecho condujo a la adopción de medidas compensatorias por los desastres causados. Las "políticas sociales", extraídas del recetario desarrollista, fueron el mejor reconocimiento del fracaso del mercado y se aplicaron como si fueran el instrumento exímio para resolver el problema de la distribución de la riqueza y el acceso equitativo a los medios productivos para nueve de cada 10 habitantes del país.

desenvolvimento. Nele, explicita-se o compromisso de erradicar a pobreza social, assim como toda forma de exploração, de discriminação e de racismo (BOLÍVIA, 2017, p. 63). Entre os resultados para 2020 esperados no tema, destaca-se a recuperação de cinco valores de ajuda mútua e trabalho em comunidade (*ayni, mink'a, tama, thumpa, arete guase e apthapi*, valores estes que o documento não explica nem traduz, mas destaca como importantes para práticas privadas), o compromisso intergeracional com o Bem Viver e a redução das vulnerabilidades existentes para as nações e povos indígenas originários (BOLÍVIA, 2017, p. 63). As práticas relacionadas a estes objetivos contam com iniciativas como fortalecer ações para jovens que recuperam conhecimentos ancestrais e valores sociocomunitários. Percebe-se que não se fala diretamente sobre aumento ou diminuição da renda, ainda que o entendimento sobre pobreza, num primeiro momento, seja decorrente da falta de recursos. Entretanto, esta perspectiva ampliada e culturalmente reorientada permite que, através da recuperação de valores e costumes ancestrais, a discriminação e desigualdade decorrentes dos processos coloniais sejam combatidas.

4.3 Avaliação dos projetos de desenvolvimento a partir de ancestralidades

Após conhecer o que foi planejado e o que foi implementado, cabe agora apresentar o que foi desenvolvido em termos de avaliação. Não se trata de analisar se os casos trouxeram resultados melhores ou piores, mas, antes, apresentar quais são os novos entendimentos de avaliação que os casos trazem a partir das ideias ancestrais instrumentalizadas. O caso butanês se destaca por ser pioneiro na criação do Índice de Felicidade Nacional Bruta apresentado pela primeira vez no 10º Plano Quinquenal (2008-2013). Bolívia e Equador perceberam semelhanças entre a ideia de Felicidade Nacional Bruta e a ideia de Bem Viver, o que levou a um projeto de Cooperação Sul-Sul chamado *“Implementing Multidimensional Measures of Wellbeing”* (“Implementando Medições Multidimensionais de Bem-estar”, em tradução nossa). Financiado pelo Banco Mundial através do *Multi Donor Trust Fund for the South-South Experience Exchange Between Practitioners* ao custo de 49 mil dólares, o projeto viabiliza a troca de experiências em relação à implementação de medidores multidimensionais de bem-estar (WORLD BANK, [2014] 2017).

É importante ressaltar que estes três casos de revisão no modo como se avaliam as condições de vida se dão em um cenário internacional que já passou por várias mudanças no entendimento do significado de desenvolvimento e de suas medições, em particular com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado em 1989 pela equipe liderada por Amartya

Sen e Mahbub ul Haq (HAQ, [1995] 2007, p. 202), com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) lançados em 2000 e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) lançados em 2015 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017a, 2017b). Assim, o caso tanzaniano, cujo foco da análise recai entre os anos de 1964 e 1974, não apresenta inovações quanto ao modo de mensurar os resultados, não podendo, portanto, ser apresentado sobre a mesma perspectiva. Primeiro porque não houve propostas de novos mecanismos de avaliação do desenvolvimento a partir do Ujamaa e segundo por se tratar do único caso que não se encontra mais em curso, ainda que o Ujamaa ainda conste na Constituição. Recorreremos, assim, a autores que discutem as consequências do Ujamaa que levaram o país a adotar o neoliberalismo enquanto referência de desenvolvimento nos últimos anos do governo Nyerere.

4.3.1 *Tanzânia e o fim do Ujamaa*

Julius Nyerere permaneceu na presidência da Tanzânia até 1985 e seu partido segue no poder ainda hoje. Entretanto, esta continuidade não significa manutenção do projeto original de desenvolvimento inspirado no Ujamaa como foi apresentado na Declaração de Arusha. Os dois primeiros planos de desenvolvimento mostraram que até a metade da década de 1970 ainda se planejava o desenvolvimento nestas bases, mas um conjunto de fatores levaram a uma crise que culminou na adoção de reformas estruturais neoliberais orientadas pelo FMI já nos anos 1980. Anna Muganda aponta dentre as principais causas desta crise os resultados da política econômica tanzaniana liderada pelo setor público a partir da Declaração de Arusha de 1967, a deterioração dos termos de troca no final da década de 1970, o colapso da Comunidade do Leste Africano em 1977 e a guerra contra a Uganda de Idi Amin entre 1978 e 1979 (MUGANDA, 2004, p. 1). O foco, aqui, será nos dois primeiros fatores, mais diretamente relacionados às escolhas de Nyerere para promoção do desenvolvimento.

Sobre os resultados conseguidos a partir da Declaração de Arusha, Nyerere chega a afirmar no segundo plano de desenvolvimento que medir os lucros gerados por uma fábrica ou fazenda pode ser um meio de perceber qual é a mais eficiente em termos comparativos, mas que em uma sociedade socialista em desenvolvimento isso nunca pode ser a única medida de sucesso (TANZANIA, 1969a, p. xxi). Ao deixar claro que somente crescimento econômico não representa melhoria no bem-estar da população tanzaniana, são apontados no segundo plano de desenvolvimento como fatores essenciais para o desenvolvimento: acesso a uma dieta saudável; estar adequadamente vestido; aproveitar de condições aceitáveis de habitação e; ter acesso à

educação básica e às instalações de saúde (TANZANIA, 1969a, p. 2). Estes objetivos, entretanto, não são estruturados de maneira a propor outras maneiras de medição dos resultados, como vai acontecer principalmente com o caso butanês.

Em relação aos resultados do primeiro plano de desenvolvimento, algumas colheitas conseguiram números bons, atingindo as metas antes do esperado, como no caso do tabaco, da castanha de caju, piretro, café e algodão (TANZANIA, 1969a, p. 15). Entretanto, o desempenho geral foi ruim, por causa de fatores como a baixa na colheita do sisal (principal produto até 1966 em termos de valor em shillings produzido), do crescimento industrial menor do que o esperado, do aumento nos preços que dissipou o crescimento no setor de construção e pela taxa de crescimento do setor de serviços abaixo do estimado (TANZANIA, 1969a, p. 13).

Um grande problema relacionado a uma das principais iniciativas de Nyerere foi a Operação *Vijijini*, em 1973. A operação consistiu em realocação forçada de centenas de milhares (talvez milhões) de pessoas de suas terras originais para as vilas *Ujamaa* (LANGE, 2008, p. 2). Ergas (1980) vai apontar quatro causas que levaram ao fracasso da política das vilas *Ujamaa*: a exploração e dominação dos camponeses pobres pelos burocratas e fazendeiros ricos, a educação e habilidades inadequadas dos camponeses que impediu que eles participassem de fato do processo de modernização e desenvolvimento agrícola, o mito de que as tradições comunais favoreceram o socialismo e a grande escassez de comida entre 1973 e 1975 (ERGAS, 1980, p. 387-388). Em particular sobre as crenças de Nyerere sobre vida tradicional enquanto socialismo africano, Ergas (1980) afirma que o período colonial já havia passado por um processo de transformação colonial, plantando *cash crops* e com uma mentalidade modernizada, individualista, competitiva e orientada ao lucro (ERGAS, 1980, 391). A grande causa para a falha das vilas *Ujamaa* foi o uso da força para sua implementação, até mesmo antes do momento mais duro, como por exemplo na Operação *Rufiji* de 1969 (ERGAS, 1980, p. 399). Para agravar, a crise alimentar levou o país a importar 25 mil toneladas de milho em 1973 (ERGAS, 1980, p. 392), evidenciando que o país não só não conseguiu sua soberania e independência alimentar quanto ainda precisou gastar suas reservas para garantir comida para sua população. Como escreve Rwegasira,

O fornecimento de comida não foi expandido de modo suficientemente rápido para satisfazer a crescente demanda que estava surgindo de fatores como o aumento da população, crescimento da renda per capita, rápida urbanização e expansão geral da

renda, distribuição da renda, mudanças nas preferências, etc. (RWEASIRA, 1977, p. 12, tradução nossa⁵⁹)

A produção de alimentos na Tanzânia é particularmente delicada neste contexto. Além de envolver cerca de 90% da força de trabalho, é responsável pela maior parte das exportações e cerca de 50% dos gastos com consumo privado entre 1967 e 1972 (RWEASIRA, 1977, p.13). Esta crise alimentar leva, portanto, ao segundo problema que corroborou para o fim do modelo de desenvolvimento proposto, que é a deterioração dos termos de troca.

Vale lembrar que estes termos de troca em momento algum foram favoráveis para a Tanzânia. Como lembra Lyakurwa (1979), o país “herdou uma estrutura colonial de produção que é dependente da produção de matéria-prima agrícola para ser exportada para as metrópoles e, em troca, importa bens manufaturados para os projetos de desenvolvimento” (LYAKURWA, 1979, p. 26, tradução nossa⁶⁰). A tabela abaixo ajuda a perceber o impacto do primeiro plano de desenvolvimento para as principais exportações: o café aumentou sua participação no total de exportações, assim como o diamante, o petróleo, o caju e o tabaco, mas o sisal, que correspondia a mais de 30% das exportações, despencou.

TABELA 1 – Exportações domésticas: Tanzânia

	1962/1963			1967/1968		
	Volume	Valor (milhões de shillings)	% Total	Volume	Valor (milhões de shillings)	% Total
Algodão ('000t)	40,3	181	15,1	60,4	267	16,5
Café (000t)	25,9	135	11,3	46,1	251	15,5
Sisal ('000t)	216,8	384	32,2	117,7	180	11,1
Diamantes ('000)c	618,2	104	8,7	835,2	179	11,1
Petróleo (milhões de galões)	-	-	-	117,7	148	9,2
Caju ('000t)	50,7	44	3,6	74,1	97	6,0
Cravo da Índia ('000t)	9,5	51	4,2	14,3	75	4,6
Carne ('000t)	5,9	42	3,5	5,7	46	2,8
Sementes oleaginosas (000t)	63,6	63	5,2	38,3	44	2,7
Chá ('000t)	3,9	32	2,6	6,3	44	2,7
Tabaco ('000 libras)	891	2	-	10,046	37	2,3
Outros	-	153	12,8	-	248	15,4
TOTAL	-	1,191			1,615	

Fonte: Adaptado pelo autor de Tanzania (1969a, p. 140)

⁵⁹ Food supply did not expand sufficiently fast to meet increasing demand that was arising from such factors as population increase, per capital income growth, rapid urbanisation and general income expansion, income redistribution, shifts in preferences etc.

⁶⁰ Tanzania inherited a colonial structure of production which is dependent on the production of agricultural raw materials to be exported to the metropolises and in turn import manufactured goods for development projects

Rwegasira (1977), em sua análise, traz entre suas preocupações o impacto da deterioração dos termos de troca, acompanhada pela performance produtiva tanzaniana insatisfatória e a rápida expansão de crédito a partir de 1968, na formação de preços no mercado interno. Ele observa que entre o período de 1967 a 1971 os preços das exportações gradativamente declinam e os preços das importações lentamente aumentam, levando a uma piora moderada e progressiva nos termos de troca comercial (RWE GASIRA, 1977, p. 21). Todos estes fatores que levam a um “excesso de demanda” no nível doméstico tendem a estimular um processo inflacionário, mas foram agravados também pelo caráter periférico da economia tanzaniana, que fica à mercê das variações de preço no nível internacional, como aconteceu no caso do sisal. Sobre esta vulnerabilidade, Lyakurwa explica que

A instabilidade de mercados exportadores de commodities primárias faz qualquer política de desenvolvimento estável difícil, desencoraja o investimento na produção primária por si só; geralmente limita o “horizonte econômico” e destrói a continuidade tão necessária no planejamento, tanto público quanto privado. “As pessoas têm aprendido do passado que a riqueza vem rapidamente no Brasil através de um boom e que uma repentina mudança de eventos pode trazer desastre”. As violentas flutuações do comércio de exportação podem bem ser uma causa maior da atitude especulativa e da mentalidade de “ficar rico rápido” tão difundida entre os homens de negócios nos países subdesenvolvidos. Pode ser que através da instabilidade cíclica do comércio exterior o crescimento dinâmico em países avançados tenha tendido nesta direção para impedir o progresso dos países pobres. (LYAKURWA, 1979, p. 3, tradução nossa⁶¹)

A delicada situação tanzaniana, portanto, é agravada tanto pela instabilidade internacional sob a qual é submetida através da manutenção da desigualdade colonial quanto pelos problemas domésticos resultantes dos problemas do projeto de desenvolvimento de Nyerere. Uma evidência de como o fator doméstico agrava o cenário é quando Lyakurwa compara as exportações de café da Tanzânia com Uganda e Quênia, países relativamente semelhantes e que formam a Comunidade da África Oriental: enquanto a participação no total mundial de exportações do café tanzaniano caiu de 1,7% em 1966 para 1,13% em 1974, a fatia queniana equivalente subiu de 1,46% para 1,49% e a participação ugandesa subiu de 3,9% para 4,4% no mesmo período (LYAKURWA, 1979, p. 8).

⁶¹ The instability of export markets for primary commodities makes any steady development policy difficult, discourages investment in primary production itself; generally limits the “economic horizon,” and destroys the continuity so necessary in private as well as public planning. “People have learned out of the past that wealth comes quickly in Brazil through a boom, and that a sudden turn of events may bring disaster.” The violent fluctuations of the export trade may well be a major cause of the speculative attitude and the “get rich quick” mentality so widespread among businessmen in underdeveloped countries. Through the cyclical instability of foreign trade it may be that dynamic growth in the advanced countries has tended in this way to impede the progress of the poorer countries.

4.3.2 Butão e o Índice de Felicidade Nacional Bruta

O Índice de Felicidade Nacional Bruta foi pela primeira vez apresentado no 10º Plano de Desenvolvimento butanês (2008-2013) como parte de um esforço para traduzir a multidimensionalidade do conceito em um planejamento focado em áreas prioritárias, que formam os quatro pilares da Felicidade Nacional Bruta: desenvolvimento socioeconômico equitativo; conservação ambiental; preservação e promoção da cultura; e boa governança (BHUTAN, 2009a, p. 18). O índice possui 9 domínios, 33 indicadores e 125 variáveis. Destes domínios, cinco representam indicadores convencionais (saúde, educação, padrão de vida, diversidade ecológica e resiliência e boa governança), enquanto os outros se referem a necessidades intangíveis de um indivíduo, como bem-estar psicológico, uso do tempo, vitalidade da comunidade e diversidade cultural e resiliência (BHUTAN, 2013a, p. 32).

QUADRO 5 - Domínios e indicadores do Índice de Felicidade Nacional Bruta

Domínios	Indicadores
Bem-estar psicológico	• Satisfação com a vida • Balança emocional (emoções positivas e negativas) • Espiritualidade
Saúde	• Status de saúde auto-reportado • Dias saudáveis • Deficiência de longo prazo • Saúde mental
Educação	• Alfabetização • Qualificação educacional • Conhecimento • Valores
Cultura	• Língua • Habilidades artesanais • Participação sociocultural • <i>Driglam Namzha</i>
Uso do tempo	• Horas de trabalho • Horas de sono
Boa governança	• Participação política • Liberdade política • Entrega de serviços • Performance do governo
Vitalidade da comunidade	• Apoio social • Relacionamentos da comunidade • Família • Vítima de crime
Diversidade e resiliência ecológica	• Poluição • Responsabilidade ambiental • Vida selvagem • Questões urbanas
Padrão de vida	• Renda familiar • Ativos • Qualidade da habitação

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ura et al. (2012)

A proposta de ter um índice próprio para se pensar em termos de felicidade ao invés de usar somente índices já estabelecidos como o Índice de Desenvolvimento Humano permite ao país definir um paradigma alternativo de desenvolvimento, prover indicadores para os setores específicos de modo a guiar o desenvolvimento, alocar recursos de acordo com as metas e ferramentas de triagem para a Felicidade Nacional Bruta, medir a felicidade e bem estar das pessoas, medir o progresso ao longo do tempo e comparar o progresso pelo país entre os dzongkhags (URA et al, 2012, p. 9-10).

Em relação aos indicadores, alguns merecem uma explicação um pouco mais detalhada. As habilidades artesãs demonstram a preocupação em manter as bases da cultura material histórica butanesa, que é conhecida coletivamente como *ZorigChusum* e se constitui por treze especialidades: *Thagzo* (tecelagem), *Tshemzo* (bordado), *Lhazo* (pintura), *Shingzo* (carpintaria), *Parzo* (talha), *Jinzo* (escultura), *Lugzo* (fundição), *Garzo* (ferreiro), *Tszharzo* (trabalho em bambu), *Serzo* e *Nguelzo* (mineração de ouro e prata), *Dozo* (alvenaria), *Kozo* (trabalho em couro) e *Dezo* (produção de papel), sendo que o interesse do índice em termos de medição é que as pessoas tenham pelo menos uma habilidade (URA et al., 2012, p. 21).

Outro indicador que demanda explicação é o *Driglam Namzha*, que pode ser traduzido como “caminho para a harmonia” e se trata do comportamento esperado em relação a consumo, vestuário e movimentação especialmente em ocasiões e espaços formais (URA et al., 2012, p. 22). Neste sentido, o índice preocupa-se em medir a percepção das pessoas em relação à importância do *Driglam Namzha* e em relação à percepção de mudanças na sua prática e observação durante os últimos anos, o que evidencia assim a preocupação butanesa em manter seus costumes e tradições, também em termos de etiqueta.

Em relação à liberdade política é possível identificar uma contradição. Por um lado, a existência deste indicador leva a entender que há uma preocupação em se garantir que os direitos humanos estão sendo observados para que as pessoas possam ter liberdade de expressão e opinião, direito ao voto, de se juntar a um partido político, de formar um *tshogpa* (associação), de ter acesso igual às oportunidades de trabalhar no serviço público, de ter salário igual para igual trabalho e para não ser discriminada por causa de raça, sexo ou outro fator. Entretanto, somente 61,7% dos respondentes da primeira pesquisa disseram ter liberdade política identificada como “suficiente” (URA et al, 2012, p. 26).

Para a formação do índice, todas as nove dimensões possuem peso igual, mas dentro de um domínio os indicadores podem ter pesos diferentes. A fórmula final⁶² do índice de Felicidade Nacional Bruta é:

$$GNH = (H_h + H_n A_s)$$

Onde

GNH = o nível de Felicidade Interna Bruta

H_h = percentual de pessoas felizes

H_n = percentual de pessoas que não atingiram suficiência em 6 domínios (“pessoas ainda não felizes”)

A_s = percentual das dimensões nas quais a “pessoa ainda não feliz” média conseguiu suficiência

A “pessoa feliz” é aquela que apresentou profunda e extensiva felicidade nos resultados do questionário da pesquisa, enquanto “pessoa ainda não feliz” (*Not-yet-happy people* em Ura et al, 2012, p. 46) é aquela infeliz e limitadamente infeliz, sendo para ela a prioridade das políticas executadas. Ou seja, para determinar a felicidade dos indivíduos, os resultados individuais da pesquisa devem mostrar que a pessoa é feliz em pelo menos 6 domínios dentre os 9 existentes. Já para determinar a felicidade de um grupo de pessoas (uma cidade, um dzongkha ou de todo o país) é necessário considerar o percentual de pessoas felizes e ainda não felizes e a quantidade de domínios em que as pessoas ainda não felizes conseguiram resultado suficiente. É deste cálculo que vai surgir o valor final variando de 0 a 1, em que 1 representa 100% da população feliz (suficiência nos nove domínios) e 0 representa nenhuma pessoa feliz em nenhum domínio.

A primeira pesquisa realizada em 2010 já permitiu descobrir alguns aspectos sobre a percepção de felicidade no país: os domínios que apresentam melhores resultados são saúde, ecologia, bem-estar psicológico e vitalidade da comunidade; 50% das pessoas são felizes nas áreas urbanas, enquanto 37% se consideram felizes na zona rural; Áreas urbanas possuem melhores resultados em saúde, padrão de vida e educação, enquanto áreas rurais vão melhor em vitalidade da comunidade, resiliência cultural e boa governança; pessoas com educação

⁶² A explicação detalhada sobre como se chega a esta equação pode ser encontrada em Ura et al (2012).

primária ou superior são mais felizes do que pessoas sem educação formal, mas educação superior não afeta muito a Felicidade Nacional Bruta. As profissões das pessoas mais felizes são servidores civis, monges e freiras; desempregados estavam mais felizes que trabalhadores corporativos, que donas de casa, que fazendeiros ou membros da força nacional; pessoas não casadas e jovens estão entre os mais felizes (BHUTAN, 2013a, p. 34).

É interessante notar que as mudanças realizadas trazem melhorias também no sentido material do desenvolvimento, como mostram os indicadores de pobreza da tabela a seguir:

TABELA 2 - Indicadores de Pobreza 2003, 2007 e 2012

	2003	2007	2012
Linha da pobreza total	740,36 Nu por pessoa/mês (~ 10,56 dólares ⁶³)	1.096,94 Nu por pessoa/mês (~ 15,67 dólares)	1.704,84 Nu por pessoa/mês (~ 24,35 dólares)
Linha da pobreza alimentar	403,79 Nu por pessoa/mês (~ 5,76 dólares)	688,96 Nu por pessoa/mês (~ 9,84 dólares)	1.154,74 Nu por pessoa/mês (~ 16,49 dólares)
Subsídio não-alimentar	336,57 Nu por pessoa/mês (~ 4,80 dólares)	407,98 Nu por pessoa/mês (~ 5,82 dólares)	550,10 Nu por pessoa/mês (~ 7,85 dólares)
Taxa de pobreza	31,7%	23,2%	12%
Pobreza Rural	38,3%	30,9%	16,7%
Pobreza Urbana	4,2%	1,7%	1,8%
Coefficiente Gini	0.416	0.35	0.36

Fonte: Adaptado de Bhutan (2013a, p. 55)

É interessante perceber como a área rural é muito mais pobre do que a área urbana, e como esta diferença é refletida também no índice de felicidade. Se as tendências prosseguirem, as próximas pesquisas poderão ajudar a entender esta correlação. Isto é, uma vez que a pobreza rural tem diminuído em ritmo acelerado, o impacto do domínio “padrão de vida” tende a representar menor papel na diferença de felicidade entre população rural e urbana.

Em relação à diferença (e desigualdade) de gênero, o valor médio dos homens foi de 0,783 enquanto das mulheres foi 0,704 e enquanto 49% dos homens entrevistados são felizes, somente um terço das mulheres conseguiu o mesmo resultado. Os domínios em que as mulheres mais se destacaram foi padrão de vida e ecologia, enquanto os homens tiveram melhores resultados em educação, vitalidade da comunidade e bem-estar psicológico. Por sua vez, saúde, uso do tempo, governança e cultura tiveram resultados parecidos entre ambos (URA et al, 2012, p. 58).

⁶³ Nu é a sigla para Ngultrum, a moeda oficial do Butão, cuja cotação é de 1:1 para a Rúpia Indiana. Um valor aproximado em dólar pode ser obtido ao dividir o valor por 70, considerando a cotação fornecida pelo Citibank ao Google em 7 fev. 2016.

Estes resultados mostram que apesar de ter ficado conhecido como o país da felicidade, muito há para ser feito no Butão em termos não só de melhoria nos indicadores, mas também em termos de redução da desigualdade. 10,4% dos butaneses tiveram suficiência em menos da metade dos domínios, sendo que destes, 69% são mulheres, 84% são pessoas em áreas rurais, 57% são pessoas com mais de 40 anos de idade, 76% são casados, 90% não têm educação formal e 79% são fazendeiros. (URA et al, 2012, p. 70). Ou seja, as políticas para a felicidade devem ser pensadas prioritariamente para as mulheres rurais, idosas, casadas e analfabetas.

A segunda pesquisa foi feita em 2015, cinco anos após a primeira. O percentual de pessoas infelizes caiu de 10,4% para 8,8%, valor que é próximo também das pessoas profundamente felizes (acima de 7 domínios com suficiência), que representam 8,4%. O índice de Felicidade Nacional Bruta do país também melhorou, subindo de 0,743 em 2010 para 0,756 em 2015 (CENTER FOR BHUTAN STUDIES & GNH RESEARCH, [2015], 2017, p. 1). Os resultados entre diferentes grupos mantiveram as diferenças da primeira pesquisa. As principais melhorias vieram das condições de vida, entrega de serviços, saúde e participação em festivais culturais. Entretanto, alguns indicadores tiveram resultados piores, como bem-estar psicológico, vitalidade da comunidade e diversidade cultural. Percebe-se que as piores se localizam justamente nos domínios menos tangíveis, o que pode ser interpretado como consequência da incipiente e lenta modernização que o país tem se proposto a fazer (CENTER FOR BHUTAN STUDIES & GNH RESEARCH, [2015], 2017, p. 2).

4.3.3 Equador e a evolução dos indicadores rumo ao Bem Viver

O Plano Nacional para o Bem Viver no Equador divide os temas de atuação em objetivos, que não são os mesmos entre os documentos analisados. O quadro a seguir ajuda a perceber a evolução dos temas priorizados:

QUADRO 6 - Objetivos dos Planos Nacionais para o Bem Viver do Equador

1º Plano (2007-2010)	2º Plano (2009-2013)	3º Plano (2013-2017)
Auspiciar a igualdade, coesão e integração social e territorial	Auspiciar a igualdade, coesão e integração social e territorial na diversidade	Consolidar o Estado democrático e a construção do poder popular
Melhorar as capacidades e potencialidades da cidadania	Melhorar as capacidades e potencialidades da cidadania	Auspiciar a igualdade, a coesão, a inclusão e a equidade social
Aumentar a esperança e a qualidade de vida da população	Melhorar a qualidade de vida da população	Melhorar a qualidade de vida da população
Promover um ambiente sadio e sustentável e garantir o acesso à água, ar e solos sagrados	Garantir os direitos da natureza e promover um ambiente sadio e sustentável	Fortalecer as capacidades e potencialidades da cidadania
Garantir a soberania nacional, a paz e auspiciar a integração latino-americana	Garantir a soberania e a paz e impulsionar a inserção energética no mundo e a integração latino-americana	Construir espaços de encontro comum e fortalecer a identidade nacional, as identidades diversas, a plurinacionalidade e a interculturalidade
Garantir o trabalho estável, justo e digno	Garantir o trabalho estável, justo e digno em sua diversidade de formas	Consolidar a transformação da justiça e fortalecer a seguridade integral, em estrito respeito aos direitos humanos
Recuperar e ampliar o espaço público e de encontro comum	Construir e fortalecer espaços públicos, interculturais e de encontro comum	Garantir os direitos da natureza e promover a sustentabilidade ambiental territorial e global
Afirmar a identidade nacional e fortalecer as identidades diversas e a interculturalidade	Afirmar e fortalecer a identidade nacional, as identidades diversas, a plurinacionalidade e a interculturalidade	Consolidar o sistema econômico social e solidário de forma sustentável
Fomentar o acesso à justiça	Garantir a vigência dos direitos e a justiça	Garantir o trabalho digno em todas as suas formas
Garantir o acesso à participação pública e política	Garantir o acesso à participação pública e política	Impulsionar a transformação da matriz produtiva
Estabelecer um sistema econômico solidário e sustentável	Estabelecer um sistema econômico social, solidário e sustentável	Assegurar a soberania e eficiência dos setores estratégicos para a transformação industrial e tecnológica
Reformar o Estado para o bem-estar coletivo	Construir um Estado democrático para o Bem Viver	Garantir a soberania e a paz, aprofundar a inserção estratégica no mundo e a integração latino-americana

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Equador (2007; 2009; 2013)

Percebe-se que as mudanças são tanto de ordem quanto de palavras e significam mais ajustes do que mudanças de entendimento. Um exemplo é em relação aos “direitos da natureza”, expressão que surge com a nova Constituição equatoriana e que, portanto, não existia ainda na ocasião do primeiro plano, ainda que o objetivo de promoção de um ambiente sadio e sustentável com acesso à água, ar e solos sagrados buscasse de maneira próxima o que os objetivos futuros buscam.

Diferente do Butão, o Equador não desenvolveu a partir destes objetivos inovações para avaliação do Bem Viver, ainda que tenha participado como observador no projeto de cooperação *Implementing Multidimensional Measures of Wellbeing* citado anteriormente. Dois

documentos, entretanto, mostram os esforços equatorianos para a produção de estatísticas e para avaliação dos resultados dos planos nacionais para o Bem Viver. O primeiro é o *Compendio Estadístico 2014*, produzido pelo *Instituto Nacional de Estadística y Censos*. Seus dados são relacionados a população e migração, trabalho e emprego, condições de vida, índices de preços e atividade econômica, atividade econômica empresarial, setor agropecuário, meio-ambiente, violência de gênero e uso do tempo (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS, [2014], 2017). Nenhum destes dados, entretanto, representam de maneira particular a realidade equatoriana, como era possível perceber nos indicadores do índice butanês.

O segundo documento é o “*100 logros de la Revolución Ciudadana*” (100 conquistas da Revolução Cidadã, em tradução nossa), produzido pela *Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo* (Secretaria Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, em tradução nossa). O documento apresenta uma lista de 100 conquistas com dados expressivos, como por exemplo a diminuição da pobreza de 37,6% em 2006 para 25,3% em 2012 (PLANIFICACIÓN, [2012], 2017, p. 5), diminuição de trabalho infantil de 16,9% em 2006 para 5,8% em 2011, redução do coeficiente de Gini de renda de 0,54 em 2006 para 0,47 em 2011, dentre outros (PLANIFICACIÓN, [2012], 2017, p. 11). A maioria das conquistas apresentadas representam avanços no desenvolvimento, mas pouco refletem a particularidade do Bem Viver como ancestralidade recuperada e instrumentalizada para reorientar o planejamento. As exceções são a iniciativa Yasuní-ITT (que posteriormente foi abandonada como explicado no capítulo anterior), a diplomacia plurinacional (PLANIFICACIÓN, [2012], 2017, p. 150)

4.3.4 Bolívia, busca por soberania e cooperação técnica com o Butão

Os planos de desenvolvimento bolivianos são baseados em quatro pilares: Bolívia Digna, Bolívia Democrática, Bolívia Produtiva e Bolívia Soberana. No primeiro plano, a seção Bolívia Digna se dividia em temas relacionados às políticas sociais, à saúde, à educação, ao saneamento básico, à justiça, à seguridade pública e defesa nacional e à cultura (BOLÍVIA, 2007, p. iv). A seção Bolívia Democrática se dedicava às discussões sobre consolidação do Estado plurinacional e comunitário, assim como da participação dos movimentos sociais e da sociedade civil (BOLÍVIA, 2007, p. v). A seção Bolívia Produtiva se dedicava aos temas econômicos como políticas nacionais produtivas, setores estratégicos como hidrocarbonetos e mineração, setores geradores de emprego e renda, infraestrutura e apoio à produção (BOLÍVIA,

2007, p. v). Finalmente, a seção Bolívia Soberana tinha como proposta redefinir a política externa do país em termos político-diplomáticos e econômico-comerciais (BOLÍVIA, 2007, p. vi). Já o segundo plano avança na organização dos temas trabalhados ao estabelecer 13 pilares do plano de desenvolvimento com subtemas, como pode ser visto no quadro a seguir:

QUADRO 7 – Pilares do segundo plano de desenvolvimento boliviano

Pilares	Subtemas
1. Erradicar a pobreza extrema	• Erradicar a pobreza material • Erradicar a pobreza social de toda forma de exploração, da discriminação e do racismo • Erradicar a pobreza espiritual e construção do ser humano integral
2. Universalização dos serviços básicos	• Água, esgoto e saneamento básico • Telecomunicações • Eletricidade • Transporte • Habitação • Conexões de gás doméstico
3. Saúde, educação e esporte	• Saúde • Educação • Esportes
4. Soberania científica e tecnológica	• (Sem subtemas)
5. Soberania comunitária e financeira	• Independência financeira externa • Sistema financeiro para o desenvolvimento integral • Investimento estrangeiro social • Reservas financeiras internacionais • Mercados justos
6. Soberania produtiva com diversificação	• Complexos produtivos • Agropecuária • Irrigação • Bosques e floresta
7. Soberania sobre nossos recursos naturais	• Gestão das empresas públicas estrangeiras • Hidrocarbonetos • Mineração metalúrgica • Elétrico
8. Soberania alimentar	• Alimentação e nutrição • Produção de alimentos • Coordenação intersetorial
9. Soberania ambiental com desenvolvimento integral	• Bem Viver como marco da gestão dos sistemas de vida • Áreas protegidas • Sistemas produtivos sustentáveis • Gestão integral e sustentável dos bosques • Recursos hídricos • Gestão integral de riscos • Gestão ambiental e tratamento de resíduos
10. Integração complementar dos povos com soberania	(Sem subtemas)
11. Soberania e transparência na gestão pública	• Gestão pública transparente • Sistema judicial transparente • Segurança cidadã • Defesa integral do Estado • Governo autônomo
12. Prazer e felicidade	• Direitos do povo boliviano e da Mãe Terra • Virtudes humanas e solidárias

13. Reencontro soberano com nossa alegria, felicidade, prosperidade e nosso mar (Sem subtemas)
--

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Bolívia (2017).

Em comparação com os casos anteriores, percebe-se que os pilares bolivianos promovem uma ruptura com o *mainstream* do desenvolvimento maior do que os objetivos equatorianos, mas seus subtemas não constituem indicadores com variáveis mensuráveis de modo a formar um índice de Bem Viver como no caso butanês. Ao invés disso, os pilares são apresentados com metas e resultados esperados, o que ajuda a avaliar na medida em que pode ser averiguado, após a vigência do plano, se os aspectos específicos mirados foram alcançados. Entre os pilares, destacam-se o 9º, o 10º e o 12º por incorporarem elementos especificamente bolivianos do Bem Viver: no 9º por colocar claramente o Bem Viver como marco para regulamentar a gestão ambiental, no 10º por promover no nível internacional o Bem Viver como novo modelo civilizatório e no 12º por trazer os direitos da natureza (Mãe Terra, Pacha Mama) assim como a felicidade através da recuperação das sabedorias tradicionais (BOLÍVIA, 2017, p. 172).

Por fim, vale destacar o interesse boliviano em construir seu próprio índice de Bem Viver seguindo o exemplo do índice de felicidade butanês, o que levou ao projeto *Implementing Multidimensional Measures of Wellbeing* (IMMW). A necessidade de um projeto específico para melhorar as capacidades técnicas de medição e avaliação se dá devido ao interesse do governo

Em ter medidas de bem-estar e desenvolvimento social que vão além das medições convencionais de pobreza monetária e, ao invés, almejam refletir o amplo conceito indígena de *Vivir Bien*. Eles querem produzir uma medição oficial que inclua medidas monetárias e não-monetárias de bem-estar através de várias dimensões do desenvolvimento social. Isso ajudaria a monitorar e avaliar melhor a efetividade do desenvolvimento social e dos programas de erradicação da pobreza no país incluídos no Plano Nacional de Desenvolvimento e no Programa do Governo (WORLD BANK, [2014], 2017, p. 1, tradução nossa⁶⁴).

O projeto especifica três grandes indicadores de resultado: Primeiro, que o staff técnico na Bolívia proponha uma metodologia para uma medição multidimensional oficial do bem-estar/pobreza, até novembro de 2013. Segundo, que o governo boliviano tome uma decisão sobre medição multidimensional até junho de 2014. Finalmente, que as novas pesquisas

⁶⁴ [The Bolivian Government is interested] in having a measure of welfare and social development that goes beyond conventional measures of monetary poverty and instead aims at reflecting the broader indigenous concept of #Vivir Bien#. They want to produce an official measure that includes monetary and non-monetary measures of wellbeing across several dimensions of social development. This would help better monitor and evaluate the effectiveness of social development and poverty eradication programs in the country included in the National Development Plan and Government Program.

incluam mudanças que permitam coletar dados para produção de medições multidimensionais de bem-estar/pobreza baseada na nova definição oficial em outubro de 2015 (WORLD BANK, [2014], 2017, p. 3).

Concretamente, o projeto foi feito para permitir uma semana de uma série de atividades no primeiro semestre de 2013 para discutir a definição de *Vivir Bien*, mensuração e conexões com políticas de desenvolvimento social. As atividades envolveram a *think tank* governamental Unidade de Análises de Políticas Sociais e Econômicas da Bolívia (UDAPE), o Ministério do Planejamento do Desenvolvimento boliviano, o Ministérios das Relações Exteriores da Bolívia, além de representantes relevantes dos governos butanês e mexicano para apresentar suas experiências e representantes convidados do governo equatoriano para participarem enquanto observadores (WORLD BANK, [2014], 2017, p. 5).

O primeiro evento ocorreu no dia 6 de maio de 2014 e foi chamado de Encontro do Dragão e do Condor (BOLIVIA..., 2016). Meses depois, nos dias 18 e 19 de agosto, outra reunião foi realizada, chamada Encontro do Dragão e do Condor, *Vivir Bien*, Felicidade, *Buen Vivir* segunda fase” e contou também com autoridades da Venezuela e do Uruguai. As propostas para quantificar o *Vivir Bien* que foram discutidas são responsabilidade de cinco ministérios bolivianos: Ministério de Relações Exteriores, Ministério de Planejamento do Desenvolvimento, Ministério do Meio Ambiente (com a autoridade da Terra Mãe), o Ministério da Educação (com a Escola de Gestão Pública Plurinacional) e o Ministério de Culturas com o Vice Ministério de Descolonização (LINAREZ, 2016).

Os pontos em comum e prioridades encontrados ao longo dos encontros foram reunidos na declaração final, chamada Conclusões do Pachakuti, que significa “reestabelecimento do equilíbrio e retorno à harmonia” (RELACIONES EXTERIORES, 2016). Entre os pontos principais está a busca do equilíbrio para além do delírio do desenvolvimentismo, mas que é a busca do bem comum; a recuperação da partilha entre todos para aumentar a riqueza espiritual; o desenvolvimento de plataforma de comunicação compartilhada para intercâmbio imediato de informações; o intercâmbio de instrumentos e metodologias de medição e monitoramento de indicadores de *Vivir Bien*/Felicidade/*Buen Vivir* para a comparação internacional; a coordenação de ações conjuntas para difundir ao mundo esta proposta que vai além do bem estar e do modelo tradicional de desenvolvimento; a necessidade de sensibilizar a humanidade rumo à desconstrução e descolonização dos modelos tradicionais neocolonialistas em crise e decadência, que alteraram a ordem e o equilíbrio social, ambiental, econômico e político dos respectivos povos e nações; e a investigação e promoção da sabedoria dos idosos que conservam a riqueza das tradições (RELACIONES EXTERIORES, 2016)

O IMMW foi parte dos esforços técnicos do governo boliviano na preparação de seu projeto de desenvolvimento e resultou no segundo plano de desenvolvimento, referente ao período 2016-2020. O projeto deixa claro que é complicado ligar uma discussão como a do *Vivir Bien* com algo técnico como mensuração de bem-estar/pobreza:

Definir e operacionalizar um índice multidimensional incluindo a captura de informação é complexo. Requer expertise técnico em teoria de mensuração, assim como no campo estatístico. Até agora o debate sobre o *Vivir Bien* tem sido filosófico, ao invés de operacional, apesar do genuíno interesse do Governo em ter uma medição útil, a partir de uma perspectiva política, de *Vivir Bien*. (WORLD BANK, [2014], 2017, p. 5, tradução nossa⁶⁵)

Percebe-se, portanto, que se a Bolívia conseguiu de maneira mais profunda propor pilares que se inspirem no Bem Viver, isto se deve em certa medida pela contribuição butanesa através desde projeto de cooperação Sul-Sul. Em relação ao Equador, o terceiro plano de desenvolvimento fecha seu quinquênio em 2017 e também neste ano Rafael Correa encerra seu mandato, de modo que é muito difícil e delicado fazer qualquer tipo de suposição sobre o que pode vir a ser o próximo plano de desenvolvimento para o Bem Viver, já no governo de Lenin Moreno (candidato da situação) ou de Guillermo Lasso (candidato da oposição).

⁶⁵ Defining and operationalizing a multidimensional index #including the capture of information# is complex. It requires technical expertise in measurement theory, as well as in statistical fieldwork. So far, the debate about #Vivir Bien# has been philosophical, rather than operational, despite the genuine interest of the Government in having a useful measure, from a policy perspective, of #Vivir Bien#.

5 COMPARAÇÃO E ANÁLISE DECOLONIAL DOS PROJETOS

"Espero que, ao estudar as minhas 'práticas', as pessoas sejam gentis mas também honestas. A Tanzânia pode aprender a partir dos meus erros assim como a partir dos nossos objetivos e conquistas."

(NYERERE, [1997], 2016, tradução nossa⁶⁶)

Esta frase de Julius Nyerere traduz o objetivo deste capítulo. Tendo conhecido os casos, em suas potencialidades e fragilidades, espera-se agora fazer uma análise que permita aprender a partir dos erros e dos acertos realizados. Esta análise se propõe a ser comparativa e decolonial. Ao comparar, espera-se identificar o que há de comum entre os países estudados, de modo a pensar se é possível considerar a possibilidade de existência de um modelo de uso de ancestralidades como alternativas aos entendimentos ocidentais de desenvolvimento. Ao analisar decolonialmente os projetos, espera-se evidenciar como eles identificaram colonialidades e como as enfrentaram através de seus giros decoloniais.

5.1 Identificação de convergências e divergências entre os casos

De imediato, a primeira convergência que pode ser identificada entre os países estudados é que todos eles buscaram, em determinado momento das suas histórias após a independência política, reorientar o planejamento do desenvolvimento a partir de ideias que traduzem melhor a cultura, os valores e os costumes daquela população. Entretanto, uma vez que este comportamento é mais uma exceção do que uma regra dentre os países do Sul Global, é interessante pensar algumas características que podem ter colaborado para este fenômeno. Um primeiro fator é a geografia que permite um isolamento útil para que as tradições e costumes demorem mais a ser afetados pelos colonizadores. Os quatro países se caracterizam por ter parte de seus territórios em regiões montanhosas, como o Himalaia para o Butão, os Andes para Bolívia (em particular a região do Altiplano) e Equador e o Rift Valley para a Tanzânia, próximo, inclusive, de onde se encontra o ponto mais alto do continente africano, o monte Kilimanjaro. Estes elementos de isolamento atrasaram o avanço colonial em relação a outras

⁶⁶ I hope that in studying my 'practices' people will be kind' but also honest. Tanzania can learn from my mistakes as well as from our aims and achievements

regiões próximas, mas de baixa altitude e próximas do litoral, como a região de Bengala, o arquipélago de Zanzibar e a costa peruana.

Em termos históricos, todos os casos estão localizados em regiões com longa história de povos e organizações sociais antes da chegada dos colonizadores. Esta existência, diferente do que leva a entender a historiografia clássica eurocêntrica, não se resume a produção de subsistência, caça e coleta, agricultura rudimentar, utensílios e artefatos simples e ausência de civilização. Pelo contrário, o que pode ser observado no capítulo histórico, de maneira muito resumida em relação ao que se encontra nos textos consultados, é que nos quatro casos existiram povos que possuíam organizações políticas complexas, rede comercial não só para o interior do território, mas com outras populações pelo continente, noções de propriedade diferentes da propriedade privada moderna e visões de mundo que permitem outras ontologias e epistemologias que, hoje, podem ser vistas como alternativas às noções dominantes europeias.

As ideias de Ujamaa e Bem Viver servem como base para se pensar em governos socialistas na Tanzânia, Equador e Bolívia, como os próprios documentos oficiais assumem. No caso tanzaniano, a ideia é recuperar um socialismo africano que já era realidade antes da chegada dos europeus. Já nos casos de Bolívia e Equador, é o socialismo bolivariano que é retomado, o que por um lado busca recuperar com a ideia de Simon Bolívar enquanto libertador do jugo colonial, mas, por outro, ignora o fato de ser ele um representante da elite crioula. A revolução cidadã, neste sentido, mais do que libertadora e crioula, se propõe a ser indígena e decolonial. E são exatamente os limites na execução de tais propostas que vão afastar em alguma medida os governos de suas militâncias, em particular no caso de Rafael Correa após o abandono do projeto Yasuní-ITT. Já a ideia de Felicidade Nacional Bruta não possui esse caráter socialista, inclusive pela associação que acaba sendo feita entre o socialismo e a China, que é vista pelo governo como ameaça à própria soberania. A Felicidade Nacional Bruta vai servir, neste caso, mais como uma ferramenta de avaliação das políticas públicas, além de ser um lembrete ao governo de que sua existência só se justifica, naquele contexto, enquanto responsável para garantir a felicidade da população.

Em relação às dimensões produtivas das práticas analisadas no capítulo anterior, é interessante perceber como os quatro países se inserem internacionalmente através da exportação de produtos primários, apesar de terem particularidades nestes setores. A agricultura, por exemplo, é limitada no Butão pela falta de terras adequadas para o plantio, enquanto o principal problema limitador na Bolívia e Equador é a desigualdade entre trabalhadores e fazendeiros e na Tanzânia, durante o período estudado, pelas dificuldades em colocar em prática as Vilas Ujamaa.

Os quatro países, apesar do discurso de valorização das ideias ancestrais, percebem que a industrialização é importante para melhorar as condições econômicas e reduzir a dependência, variando novamente as estratégias e prioridades. A Tanzânia e a Bolívia têm como protagonista as empresas públicas, enquanto o Butão buscou criar um ambiente “favorável” para o investimento privado, liberalizando a entrada de empresas de capital estrangeiro e o Equador busca diminuir a presença de indústrias poluidoras e, em contrapartida, incentivar indústrias ambientalmente amigáveis.

A mineração divide também os países em dois grupos. Tanzânia e Butão, por um lado, possuem nos períodos estudados produções baixas de minerais, enquanto Bolívia e Equador chegam a ficar vulneráveis pela força exagerada dos hidrocarbonetos e do petróleo na pauta exportadora. A mesma separação se aplica para se pensar os respectivos Estados, uma vez que Tanzânia e Butão buscam se modernizar pela formação de pessoal próprio no primeiro caso e de aumento na transparência e na *accountability* após o início de processo de democratização no caso butanês. Já Bolívia e Equador chegam a refundar seus Estados, compreendendo que não se trata de Estados-nação como os que surgem no sistema de Estados europeu ao longo dos últimos séculos, mas Estados plurinacionais e interculturais, que reúnem uma grande diversidade de povos originários e indígenas em um mesmo território, mas sem que isso tenha que significar perda da autonomia para seus respectivos modos de organização local descentralizada.

A relação com o meio-ambiente também divide os países, em certa medida pelos contextos que são diferentes. Neste sentido, a Tanzânia, único caso histórico na comparação, não chega a inserir a terra como um recurso que deve ser preservado e cultivado de maneira renovável e sustentável. Já os outros três países buscam aumentar o cuidado para tratar questões ambientais, com destaque para a inovadora ideia de direitos da Natureza presente nas constituições boliviana e equatoriana.

Finalmente, percebe-se que só o Butão chegou a criar um índice próprio para a sua ideia ancestral recuperada, com domínios componentes que representam tanto as necessidades materiais quanto as necessidades não diretamente materiais ligadas à manutenção dos costumes e da cultura, de um bom uso do tempo, à vitalidade da comunidade e à preservação do meio-ambiente. O país que mais se aproxima do Butão em termos de preparação institucional é a Bolívia, haja visto os pilares do plano de desenvolvimento para o Bem Viver que evidenciam a busca por uma ruptura epistêmica mais profunda através do uso do bem viver como marco regulamentar para a gestão ambiental, da difusão internacional de valores e ideias ancestrais e da associação de felicidade à preservação destas sabedorias.

Portanto, percebe-se que em todos os casos haviam organizações sociais e políticas antes da chegada dos colonizadores, que em todos eles ocorre uma insuficiente independência política e em todos eles a geografia de isolamento ajudou a manter relativamente conservadas as ideias que vão ser retomadas, primeiro nas constituições e em seguida pelos planos de desenvolvimento. Todos eles traçam estratégias de como conseguir os objetivos pretendidos e todos buscam avaliar os resultados obtidos através de estatísticas próprias, sendo que somente o Butão chegou ao passo de ter seu próprio índice.

5.2 Identificação de colonialidades, gnosos liminares e giros decoloniais

Os conceitos decoloniais apresentados no capítulo teórico permitem perceber o processo de decolonização do desenvolvimento e da dependência em três momentos. O primeiro é o da identificação das colonialidades presentes nos quatro países, isto é, elementos remanescentes do período colonial e que são diretamente relacionados à modernidade presente nestes países. O segundo momento é o da gnose liminar enquanto resposta para as colonialidades, isto é, quando Epistemologias do Sul são retomadas nas margens entre a experiência colonial e a experiência ancestral para questionar não só as práticas correntes dos governos e da população, mas também o que pode ser considerado ou não como conhecimento válido e o que pode ser conhecido dos próprios elementos da vida, como a terra e a humanidade. Finalmente, o terceiro momento é o do giro decolonial, em que uma postura de ação é tomada a partir da reflexão feita com as gnosos liminares para a superação das colonialidades, aplicando, assim, em termos concretos uma série de mudanças necessárias para conseguir uma verdadeira redenção do eurocentrismo.

Como dito anteriormente, a colonialidade é o lado oculto da modernidade. Assim, as colonialidades identificadas aqui devem, necessariamente, possuir um argumento moderno que justifique a colonização. A matriz colonial do poder apresentada no capítulo teórico coloca que a colonialidade do poder se manifesta através de cinco tipos de controle: da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade e da subjetividade e do conhecimento. O material levantado ajuda a perceber que o controle da economia que gera a dependência, evidente principalmente através da deterioração dos termos de troca entre países de centro e periferia, pode ser visto como modernidade na medida em que se argumenta que os países colonizados buscam se especializar naquilo que são mais produtivos, aumentando a eficiência da economia. A colonialidade deste argumento inspirado em David Ricardo se dá na medida que se percebe que a especialização dos países colonizadores e colonizados foi

construída através do processo colonial. Isto é, os países mais industrializados só conseguiram acumular o capital necessário para a modernização graças à mão de obra escravizada no que para eles era um novo mundo cheio de recursos naturais prontos para serem recolhidos e comercializados. Retomando a provocação de Patnaik (1995), o que falta para permitir o acúmulo primitivo de capital para os países do Sul Global são novas terras para colonizar.

A colonialidade através do controle da autoridade pode ser observada no Butão quando o Reino Unido buscou, através de acordos com os monarcas butaneses, que eles renunciassem a ter uma política externa própria (acordo que, como foi explicado, foi renovado com a Índia e somente há poucos anos revogado). Na mesma linha de raciocínio, a ajuda para o desenvolvimento por parte da Índia para modernizar o Butão nos seus primeiros planos de desenvolvimento também pode ser percebida como controle da autoridade. Enquanto por um lado os argumentos passam pela ideia de proteção de ameaças maiores (como a China) e pela ideia de modernidade enquanto melhoria das condições de vida, por outro a colonialidade atua ao limitar a soberania do país dentro do sistema de Estados e ao não permitir que um pensamento autônomo e culturalmente coerente de futuro seja produzido.

O controle da natureza e dos recursos naturais é um dos elementos mais visíveis da colonialidade, em grande medida próximo do controle da economia. Tanzânia, Equador e Bolívia tiveram durante suas colonizações uma visão de natureza como fornecedora incansável de recursos para serem vendidos e exportados para todo o mundo. A produção intensa nas plantations de *cash crops* alimentou, e ainda alimenta, uma percepção de natureza enquanto possibilidade de ganhar dinheiro. O argumento pela modernidade é de que se trata de produção eficiente, em que os fazendeiros dão trabalho e sustento para tantas famílias e alimentam o país e o mundo através de suas plantações. A colonialidade desta realidade está ao perceber como a figura do latifundiário é uma continuidade da figura do colono que recebe a terra para ser ocupada e transformada em propriedade privada, sendo transmitida como herança entre gerações, impedindo qualquer possibilidade de mobilidade social por parte dos trabalhadores rurais e, ainda, fortalecendo uma divisão racial do trabalho, uma vez que os colonos são sempre brancos, europeus ou filhos de europeus, e os trabalhadores são vindos das populações locais, que já habitavam as terras concedidas ao colono muito antes da chegada do homem branco. Esta estrutura, ao não ser modificada ao longo dos anos, acaba sendo naturalizada no tempo atual, em que as famílias de classes mais altas tendem a ser formadas por brancos e as famílias de classes mais baixas tendem a ser formadas por negros e indígenas.

O controle do gênero e da sexualidade, apesar de pouco discutido e analisado neste trabalho, também pode ser percebido na medida em que a colonização traz consigo a imposição

do pensamento ocidental cristão para as colônias. Cada povo desenvolve sua própria percepção de gênero a partir do modo como se estrutura socialmente, podendo esta distinção ser feita de maneira mais ou menos atrelada à divisão biológica entre homens e mulheres. Entretanto, com a cristianização promovida pelos primeiros missionários, a visão cristã católica de gênero enquanto binária e heterossexual passa a ser vista como o único modo possível de se pensar em diversidade de gênero. Enquanto o lado de modernidade do argumento pode justificar tal atitude como um desejo de levar a Palavra de Deus para toda as pessoas da Terra, o lado da colonialidade denuncia a violência epistêmica de tal atitude ao não permitir que as culturas locais mantenham seus modos de ser e de viver dentro da realidade que a aquela população já está habituada.

Finalmente, o controle da subjetividade e do conhecimento se dá, segundo Mignolo (2006), nos níveis epistêmico, filosófico, científico e linguístico. Cada um destes níveis pode permitir a identificação de novas colonialidades. Por exemplo, a imposição linguística do espanhol e do inglês acaba condicionando o próprio pensamento das populações locais à diversidade de expressão que aquela língua permite, mas o argumento em defesa pode sustentar que tal decisão facilita a comunicação entre vários lugares ao usar uma única língua franca. O nível científico ajuda a perceber a colonialidade através da questão da hierarquização dos conhecimentos, como pode ser percebido, por exemplo, entre a medicina ocidental e a medicina tradicional indígena. Enquanto a primeira é considerada neutra e universal, a segunda é considerada como prática ritual e religiosa e, portanto, menos séria e verdadeira. A modernidade, neste sentido, busca universalizar a medicina ocidental, mas a colonialidade acaba levando à perda de parte considerável do conhecimento acumulado sobre doenças e curas.

Vários são os exemplos que podem ser citados de colonialidades enquanto estruturas coloniais remanescentes que hierarquizam as pessoas e dividem racialmente os grupos humanos dentro dos países periféricos. Os exemplos anteriores buscaram, de maneira breve, dar um panorama de algumas realidades percebidas pelos governos nos casos estudados e, assim, o próximo passo é identificar elementos que permitam ajudar a superar estes problemas.

As gnosés liminares, nos lembra Mignolo (2003), são conhecimentos concebidos das margens externas do sistema mundial colonial/moderno, sendo, portanto, uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento. Não são ideias puras e sem interferência ocidental ao longo dos anos de colonização, mas são ideias, de certa maneira, sobreviventes, que estando fora do *mainstream* ocidental, permitem uma leitura a partir das margens do sistema sobre o que pode ser feito de diferente. As Epistemologias do Sul defendidas por Boaventura de Sousa Santos

podem executar este papel de pensamento de fronteira, dando novas alternativas para quem lá se encontra de se pensar como superar a colonialidade vinculada à modernidade no Sul Global.

Tanto o Ujamaa, quanto a Felicidade Nacional Bruta e o Bem Viver fazem este papel. Não são conceitos cristalizados e congelados no passado, não são pensamentos puros sem impacto colonial, mas servem como alternativas ao discurso eurocêntrico de ausência de alternativas. O risco, neste sentido, é de que estas ideias ancestrais acabem sendo consideradas utópicas e ideais, o que reproduziria estereótipos de “bom selvagem” sem ter verdadeiro contato com a realidade que busca viver cotidianamente estas ideias. Vale ressaltar também que estas ideias, ao serem instrumentalizadas para se pensar um desenvolvimento reorientado, não necessariamente podem coincidir com o entendimento que as populações locais possuem. Neste sentido, faz sentido pensar que movimentos sociais indígenas se tornaram oposição ao governo de Rafael Correa quando ele abandonou a iniciativa Yasuní-ITT. Isto significa também que usar de ideias ancestrais para se reorientar o desenvolvimento pode ser feito de várias maneiras, levando a uma diversidade entre opiniões políticas que pode ser benéfico para o jogo democrático.

Tendo as colonialidades como elementos críticos do contexto a ser modificado e as gnoses liminares como ideais ancestrais que inspiram mudanças, resta agora entender o movimento de giro decolonial, em que se busca desprender “da camisa de força das categorias de pensamento que naturalizam a colonialidade do saber e do ser” (MIGNOLO, 2006). O giro decolonial no nível de análise dos Estados do Sul Global dentro de um sistema internacional desigual e hierárquico (que como escreveu Hobson (2012), dá hiper-soberania aos Estados Ocidentais enquanto nega ou condiciona a soberania para os países que atinjam condições “civilizadas”) evidencia a existência de uma colonialidade internacional que faz parte deste próprio sistema. Isto é, o sistema internacional como tem sido discutido nas Relações Internacionais por suas variadas teorias costuma ser apresentado pelo seu lado moderno, mas observar os constrangimentos que ele traz aos países historicamente colonizados que os levam à necessidade de fazer um giro decolonial faz perceber o lado escondido deste sistema. Logo, a colonialidade internacional impede os países do Sul Global de se desenvolverem, tornando falsa qualquer promessa de desenvolvimento dentro da perspectiva dominante. Grosfoguel (2007) chega a falar de uma colonialidade global com múltiplas hierarquias estruturadas por princípios racistas e que sucedeu a um colonialismo global. Entretanto, a diferença de colonialidade global para colonialidade internacional é que enquanto a colonialidade global é mais ampla, a colonialidade internacional se volta para o ordenamento hierárquico e desigual entre Estados

enquanto consequência de um fim de colonialismo que manteve suas estruturas de controle⁶⁷. Ou seja, Estados fazendo giro decolonial buscam tanto superar as colonialidades internas quanto as colonialidades internacionais.

Nesta perspectiva, a Tanzânia durante o governo Nyerere buscava superar a dependência econômica ao mirar uma tentativa de substituição de importações e de aumento do valor agregado das exportações, entretanto sem sucesso durante aqueles anos como explicado no capítulo anterior. Até mesmo pelo contexto histórico, entre os anos 1960 e 1970, seria anacrônico esperar de seus planos de desenvolvimento uma perspectiva ambientalmente amigável e decolonialmente ativa, o que faz ser compreensível o foco de Nyerere na dimensão produtiva da economia.

No caso do Butão, o controle da autoridade e do conhecimento, como falado anteriormente, foi feito pelo Reino Unido e pela Índia através da limitação das relações exteriores e através da ajuda oficial para o desenvolvimento. O quarto e o quinto rei, apesar disso, conseguiram dar passos para a superação desta colonialidade ao cancelarem o acordo com a Índia em 2007 sobre a política externa e ao buscarem instrumentalizar o trocadilho feito nos anos 1970 da Felicidade Nacional Bruta em ideia de base ancestral para buscar um desenvolvimento autônomo com a razão de ser do Estado butanês. Entretanto, o caráter ainda muito fechado e controlado da monarquia pode levantar suspeitas quanto à veracidade das notícias relatadas no país, que são sempre muito favoráveis à monarquia de maneira geral.

O giro decolonial de Equador e Bolívia passa diretamente pela refundação de ambos os Estados. Assim, o controle da autoridade anteriormente determinado pelas elites crioulas com mentalidade eurocêntrica agora tende a dar mais espaço para a pluralidade cultural e aos movimentos sociais indígenas. Não obstante, os planos de desenvolvimento analisados, em particular os mais recentes de cada país, dão a entender que a Bolívia possui uma proposta de giro decolonial mais profunda, uma vez que busca superar o controle da economia com a nacionalização, o controle da autoridade com o Estado plurinacional, o controle da natureza e dos recursos naturais com uma visão transversal e interministerial do Bem Viver para a gestão do meio ambiente, o controle do gênero e da sexualidade através da despatriarcalização e o controle da subjetividade e do conhecimento através da valorização da sabedoria indígena local, pelos padrões de conduta éticos, pelo ensino de línguas indígenas e pela luta contra a discriminação através de valores indígenas de ajuda mútua e trabalho em comunidade. Já o

⁶⁷ A diferenciação entre colonialidade global e internacional é análoga à de Bull ao diferenciar ordem mundial de ordem internacional.

Equador é menos claro nestes enfrentamentos, buscando contar mais com a iniciativa privada para a chegada de indústrias ambientalmente amigáveis e com uma visão de uso dos recursos conseguidos pela exportação de petróleo para financiar políticas sociais, como o *Bono de Desarrollo Humano*, que atua como política redistributiva para reduzir a pobreza no país.

Estes movimentos questionadores de uma ordem capitalista e eurocêntrica representam um sinal da inadequação das propostas neoliberais para se pensar em promoção de melhores condições de vida para a população dos países periféricos. Dado que este sistema não consegue garantir renda adequada para os custos de vida, não consegue garantir que haverá recursos suficientes para que a população subdesenvolvida possa ter os mesmos níveis de consumo da população desenvolvida e dado que gera tendências para o capital ir em setores que geram mais riqueza sem necessariamente gerar mais renda e emprego (como é o caso da especulação financeira ou da exploração de commodities), não é de surpreender que os países comecem a buscar alternativas ao cardápio de decisões possíveis a serem tomadas para superar as crises tanto conjunturais quanto estruturais.

Percebe-se que estes projetos de giro decolonial identificados através da análise dos planos de desenvolvimento encontram dificuldade em conseguir identificar uma solução para superar a dependência econômica e o modelo primário-exportador. Além disso, percebe-se a dificuldade para ter parcerias com o setor privado que não passem por uma liberalização para facilitar a atuação da empresa no país. Por outro lado, ao perceber a indisposição de determinados setores, países como Bolívia e Tanzânia acabam se fechando e dando grande protagonismo à atuação do Estado enquanto interventor para a promoção de uma perspectiva nova de desenvolvimento.

A relação com as colonialidades sempre vai ser delicada. Uma vez que elas sempre possuem um lado de modernidade, isso decorre muitas vezes em um trade-off entre duas realidades desejáveis. Um dilema neste sentido é o que estava em jogo no Equador na questão da iniciativa Yasuní-ITT, entre manter a política de extração de petróleo e ter dinheiro para as políticas sociais ou proteger terras sagradas indígenas, assim como suas populações, sem conseguir nenhum dinheiro com esta escolha.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"As pessoas são como as palavras, só tem sentido se junto das outras"

(EMICIDA, 2017)

Esta epígrafe de Emicida é um trecho da música “Yasuke (Bendito, Louvado Seja)”, que serviu como trilha para um desfile da São Paulo Fashion Week de 2016 marcado pela presença de pessoas de várias cores, pesos, alturas e gêneros. Sua proposta de diversidade na passarela reverberava na música de batida forte com uma letra que dizia “Eu e você juntos somos nóiz, “nóiz” que ninguém desata” e, mais para o final, “fiz com a passarela o que eles fez com a cadeia e com a favela: enchi de preto” (EMICIDA, 2017). Dois elementos deste texto se destacam: primeiro, um entendimento ontológico muito mais próximo do Ubuntu do que do indivíduo cartesiano; segundo, a inserção do “preto”, isto é, do excluído em um ambiente normalmente marcado pela construção dos estereótipos de corpo ideal. Esta dissertação teve como proposta um movimento semelhante: inserir o pensamento do periférico como centro. O que foi construído como cultura inferior ao longo do processo de colonização agora é paradigma para reorientar o desenvolvimento dos Estados surgidos como consequência deste mesmo processo. Assim como Emicida subverte a lógica da moda ao politizar a passarela e colocar no centro a periferia, também este trabalho buscou recuperar as chamadas ancestralidades para entender como, a partir das margens, pode ser possível pensar novas maneiras de subverter e decolonizar o desenvolvimento.

O objetivo geral, que era analisar casos de países que buscaram modelos alternativos de desenvolvimento inspirados em suas ancestralidades, foi executado ao mostrar como cada um destes planos foi aplicado, como as respectivas ancestralidades foram recuperadas e como desenvolvem meios para avaliação dos resultados conseguidos. Apesar do ponto de partida entre os quatro países ser o mesmo, isto é, planejarem o desenvolvimento a partir de ancestralidades que se encontram claramente presentes nas respectivas constituições, a análise comparativa mostrou que o modo como cada caso se desenvolve toma sentidos diferentes. A aplicação do Ujamaa para se pensar em reestruturação das vilas agro-produtivas na Tanzânia tropeçou nos problemas conjunturais relacionados à seca e à variação de preços nos mercados internacionais, mas também ao próprio autoritarismo do governo Nyerere, autoritarismo este que, como visto, o próprio Nyerere já havia reconhecido no segundo plano que não poderia existir. O Butão, apesar de não tido colonização de maneira semelhante aos outros países, também sofreu o impacto das colonialidades através da Índia Britânica e seus esforços para

uma perspectiva própria de Felicidade Nacional Bruta são importantes para buscar manter suas tradições, não obstante as dificuldades ao buscar esta felicidade pelo equilíbrio entre manutenção dos costumes e modernização e abertura comercial. Bolívia e Equador são os que mais coincidem no processo: os governos que levam o Bem Viver para o planejamento do desenvolvimento são eleitos na mesma época, fazem parte da mesma onda de governos de esquerda na região e reformam seus respectivos Estados através de novas constituições. Entretanto, o Equador deixa menos explícito do que a Bolívia o caráter decolonial de seus planos de desenvolvimento e aposta mais na participação da iniciativa privada para diversificar a economia, enquanto a Bolívia aposta mais no protagonismo do Estado, defende abertamente a decolonização e a despatriarcalização e busca giros coloniais não somente pelo conceito de Bem Viver, mas também através de vários outros valores das populações originárias.

A análise feita ao longo deste trabalho, ao mesmo tempo que permite afirmar que é possível pensar o desenvolvimento a partir de valores ancestrais, mostra também que há problemas na aplicação destas reorientações. Nenhum dos casos conseguiu resolver a questão do uso da terra de maneira a conseguir aumentar a renda e proteger a natureza. Da mesma maneira, o uso de ancestralidades para propor um desenvolvimento alternativo não impediu nenhum destes países de ver a industrialização como solução para os problemas de produtividade e dependência em relação às economias desenvolvidas. Estes dilemas acabam, desta maneira, abrindo a possibilidade de uma continuidade da pesquisa para aprofundamento. Três questões em aberto surgem: primeiro, como conseguir uma teoria para compreender a relação entre o sistema internacional e os Estados da periferia, em particular sobre o modo como os constrangimentos que a fase atual do capitalismo gera para estes países, levando a este tipo de comportamento que busca caminhos alternativos através de giros decoloniais. Segundo, compreender melhor o processo de tomada de decisão para pensar o uso produtivo da terra dentro destes paradigmas ancestrais, que como foi visto é um assunto delicado pelo modo como se entende o papel econômico, social e cosmológico da natureza. Finalmente, a diversidade de decisões tomadas decorre de como as ancestralidades são interpretadas, então é importante compreender os vários entendimentos dentro da mesma população, desde as pessoas que menos contato tiveram com a cultura ocidental até os políticos partícipes dos governos que instrumentalizaram estas ideias para se repensar o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, A. BUZAN, B. Why is there no non-Western International Relations Theory? An Introduction. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, n. 3, p. 287-312, 2007.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver** – uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALI, Tariq. **Entrevista:** Margaret Thatcher (1925-2013): Tariq Ali on Late British PM's Legacy from Austerity to Apartheid, abr. 2013. Entrevista concedida a Amy Goodman. Disponível em <http://www.democracynow.org/2013/4/8/margaret_thatcher_1925_2013_tariq_ali>. Acesso em: 24 set. 2016.

ALLISON, Elizabeth. Gross National Happiness. In: SPELLERBERG, Ian et al. **Berkshire Encyclopedia of Sustainability Vol. 6: Measurement, Indicators, and Research Methods for Sustainability**. Great Barrington: Berkshire Publishing Group, 2012.

AMIN, Samir. Eurocentrism. **The Construction of Eurocentric Culture**. New York: Monthly Preview Press, p. 89-117, 1976.

AMIN, Samir. National States: Which Way Forward? In: MOYO, Sam; YEROS, Paris, (orgs) **Reclaiming the Nation**. Londres: Pluto Press, 2011, p. 325-344.

ANDREWS, N.; BAWA, S. A Post-development Hoax? (Re)-examining the Past, Present and Future of Development Studies. **Third World Quarterly**, v. 35, n. 6, p. 922-938, 2014.

ARCHIV FÜR CHRISTLICH-DEMOKRATISCHE POLITIK. **Es gibt keine Alternative:** Peter Bonitz in den Landtag! Auf richtigem Weg! CDU Thüringen, 1994. Wikipedia. Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/File:KAS-Bonitz,_Peter-Bild-15535-1.jpg>. Acesso em 24 set. 2016.

ARDUSSI, John. Formation of the State of Bhutan ('Brug gzhung) in the 17th Century and its Tibetan Antecedents. **The Relationship Between Religion and State (chos srid zung brel) in Traditional Tibet**. Lumbini, Lumbini International Research Institute (reprinted in **Journal of Bhutan Studies**, vol. 11, 2005), 2004.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. **Teoria Política da Descolonização: uma perspectiva latino-americana**. In: IX Encontro ABCP, Brasília, 2014.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 11, p. 89-117, 2013.

BALLIVIÁN, Salvador Romero. Sufragio universal y democracia em Bolivia: Uma perspectiva de médio siglo. **Perspectivas Internacionales**, v. 4, n. 2, p. 11-36, 2008.

BARMAN, Rap Kumar. Ethnic Mosaic and the Cultural Nationalism of Bhutan. In: KOLIG, Erich; ANGELES, Vivienne SM; WONG, Sam (org). **Identity in Crossroad Civilisations** – Ethnicity, Nationalism and Globalism in Asia. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2009.

BARTELSON, Jens. Towards a genealogy of 'society' in International Relations. **Review of International Studies**, v. 41, n. 4, p. 1-18, 2015.

BELFIGLIO, Valentine J. India's Economic and Political Relations with Bhutan. **Asian Survey**, v. 12, n. 8, p. 676-685, 1972.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**, parte III ("Reavaliação dos conceitos de tradição e modernidade"). São Paulo: Edusp, 1996.

BHUTAN, Royal Government of. **Eleventh Five Year Plan 2013-2018** – Volume 1: Main Document. Gross National Happiness Commission, 2013a.

BHUTAN, Royal Government of. **Eleventh Five Year Plan 2013-2018** – Volume 2: Programme Profile. Gross National Happiness Commission, 2013b.

BHUTAN, Royal Government of. **Tenth Five Year Plan 2008-2013** – Volume 1: Main Document. Gross National Happiness Commission, 2009a.

BHUTAN, Royal Government of. **Tenth Five Year Plan 2008-2013** – Volume 2: Programme Profile. Gross National Happiness Commission, 2009b.

BHUTAN, Royal Government of. **8th Five Year Plan (1998-2003)**. Disponível em <<http://www.gnhc.gov.bt/wp-content/uploads/2011/04/08fyp.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2016a.

BHUTAN, Royal Government of. **9th Five Year Plan (2003-2008)**. Disponível em <http://www.gnhc.gov.bt/wp-content/uploads/2011/04/5yp09_main.pdf>. Acesso em 19 fev. 2016b.

BHUTAN. National Portal of Bhutan. Disponível em <<http://www.bhutan.gov.bt/foreigner/embassies.php>>. Acesso em 29 dez. 2016c.

BOAHEN, Albert Adu. O colonialismo na África: impacto e significação. In: BOAHEN, Albert Adu. (org). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010:

BOLÍVIA, Bután, Ecuador y México intercambian experiencias Sur-Sur sobre indicadores de bienestar. 06/05/2014. FM Bolivia. Disponível em <<http://www.fmbolivia.com.bo/noticia141522-bolivia-butan-ecuador-y-mexico-intercambian-experiencias-sur-sur-sobre-indicadores-de-bienestar.html>>. Acesso em 21 fev. 2016.

BOLÍVIA, Estado Plurinacional de. **Plan de Desarrollo Económico y Social en el marco del Desarrollo Integral para Vivir Bien 2016-2020** – Bolivia rumbo a la Agenda Patriótica 2025. Disponível em: <<http://www.planificacion.gob.bo/pdes/>>. Acesso em 09 fev. 2017.

BOLÍVIA, Gaceta Oficial de. **Plan Nacional de Desarrollo** – “Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien” Lineamientos Estratégicos 2006-2011. La Paz: Septiembre de 2007.

BOLÍVIA. Constituição (2009). **Nueva Constitución Política del Estado**. Disponível em <http://www.justicia.gob.bo/index.php/normas/doc_download/35-nueva-constitucion-politica-del-estado>. Acesso em 26 fev. 2017.

BRAY, John. The Dilemmas of a Small State. **The World Today**, v. 49, n. 11, p. 213-216, 1993.

BUTÃO, Constituição (2008). **Bhutan's Constitution of 2008**. Constitute Project, 2015.

BUYERS, Christopher. **Bhutan – The Wangchuck Dynasty**. Disponível em <<http://www.royalark.net/Bhutan/bhutan3.htm>>. Acesso em 06 jan. 2017.

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia – A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 8ª ed. revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CENTRE FOR BHUTAN STUDIES & GNH RESEARCH. **Bhutan's 2015 Gross National Happiness Index**. Nov. 2015. Disponível em <<http://www.bhutanstudies.org.bt/publicationFiles/2015GNH/Summaryof2015GNHIndex.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2017.

CEPEDA, Juan J. Paz y Miño. **La Revolución Juliana – Nación, Ejército y bancocracia**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2002.

CHOUDHURY, T. K. Roy. The India-Bhutan Relationship: Some New Trends. **The World Today**, v. 37, n. 12, p. 476-481, 1981.

COBO, Pe. Barnabé. O instituto da Mita sob o Domínio Inca. 1653. In: CORRÊA, Anna Maria Martinez; BELLOTTO, Manoel Lelo. **A América Latina de Colonização Espanhola – Antologia de Textos Históricos**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

COMISIÓN PARA LA AUDITORIA INTEGRAL DEL CRÉDITO PÚBLICO. **Informe final de la Auditoría Integral de la Deuda Ecuatoriana – Resumen Ejecutivo**. Quito, 2008.

CONFEDERACIÓN DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DEL ECUADOR. **Las nacionalidades indígenas em el Ecuador: Nuestro processo organizativo**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1989.

COPPENS, Y. A hominização: problemas gerais - PARTE I. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

CORNELLI, Evaristi Magoti. **A Critical Analysis of Nyerere's Ujamaa: An Investigation of its Foundations and Values**. 2012. 256f. Tese (doutorado). University of Birmingham, Centre for the Study of Global Ethics, Birmingham.

DAGET, Serge. A abolição do tráfico de escravos. In: ADE AJAYI, J. F. **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

DENOON, D. A África Austral. In: OGOT, Bethwell Allan. **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

DHONDUP, K. Tibet's Influence in Ladakh and Bhutan. **The Tibet Journal**, v. 2, n. 2, p. 69-73, 1977.

DOZER, Donald Marquand. **América Latina: uma perspectiva histórica**. Porto Alegre: Editôra Globo, 1974.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

EHRET, Christopher. Entre a costa e os Grandes Lagos. In: NIANE, Djibril Tamsir (org). **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. Brasília: UNESCO, 2010b.

EHRET, Christopher. O interior da África Oriental. In: EL-FASI, Mohammed (org). **História geral da África, III: África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO, 2010a.

EICHENGREEN, Barry. **Privilégio Exorbitante**. São Paulo: Campus, 2011.

EISENSTADT, S. N. Multiple Modernities. **Daedalus**, vol. 129, n. 1, 2000.

EL-FASI, Mohammed (org). **História geral da África, III: África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO, 2010.

ELLIOT, J. H. A Conquista Espanhola e a Colonização da América. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina – volume I: América Latina Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004a.

ELLIOT, J. H. A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina – volume I: América Latina Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004b.

EMICIDA. **Yasuke (Bendito, Louvado Seja)**. Vagalume. Disponível em <<https://www.vagalume.com.br/emicida/yasuke-bendito-louvado-seja.html>>. Acesso em 26 mar. 2017.

EQUADOR, Constituição (2008). **Ecuador's Constitution of 2008 with Amendments through 2011**. Constitute Project, 2015.

EQUADOR, Gobierno Nacional de la República de. **Plan Nacional de Desarrollo 2007-2010 – Planificación para la Revolución Ciudadana**. SENPLADES, 2007.

EQUADOR, República del. **Plan Nacional de Desarrollo / Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017**. Quito: SENPLADES, 2013.

EQUADOR, República del. **Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013**. Quito: SENPLADES, 2009.

ERGAS, Zaki. Why Did the Ujamaa Village Policy Fail? – Towards a Global Analysis. **The Journal of Modern African Studies**, v. 18, n. 3, p. 387-410, 1980.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de outro modo: el programa de investigación modernidade/colonialidade latinoamericano. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 58-86, 2003.

EVANS, Clifford. Contactos entre las Culturas Prehistóricas de Mesoamérica y la Costa del Ecuador. In: MEGGERS, Betty J. **Evolución y Difusión Cultural** – Enfoques Teóricos para la Investigación Arqueológica, Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1998.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato si'** – Sobre o cuidado da casa comum. Disponível em < http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf>. Acesso em 16 fev. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREUND, Bill. Tropical Africa since Independence: Class, State and the Problem of Development. In: FREUND, B. **The Making of Contemporary Africa**. Londres: Macmillan Press, 1984. Cap. 10, p. 234-260.

FRIEDMAN, Leslie A. The Making of Place: Myth and Memory at the site of Tiwanaku, Bolivia. **16th ICOMOS General Assembly and International Symposium**: 'Finding the spirit of place – between the tangible and the intangible'. Quebec, Canada. 2008.

FRISCHMANN, Brett M. Some Thoughts on Shortsightedness and Intergenerational Equity. **Loyola University Chicago Law Journal**, v. 36, p. 457-467, 2005.

GONZALES, Tirso. Kawsay (Buen Vivir) y afirmación cultural: Pratec-Naca, um paradigma alternativo em los Andes. In: PIMENTAL, Boris Marañón (org.). **Buen vivir y descolonialidad**: crítica al desarrollo y la racionalidade instrumentales. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014.

GOWAN, P. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOWAN, P. Crise no Centro. Consequências do novo Sistema de Wall Street. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 65, p. 44-72, 2009.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 115-147, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. The Epistemic Decolonial Turn: Beyond political-economy paradigms. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 211-223, 2007.

GROSS NATIONAL HAPPINESS COMMISSION. **Eleventh Five Year Plan (2013-18) Report to the First Session of the Second Parliament**. Thimphu, September 2013.

GUNDER FRANK, Andre. **ReOrient** – Global Economy in the Asian Age. Berkeley: University of California Press, 1998.

HAQ, Mahbub ul. A Criação do Índice de Desenvolvimento Humano. 1995. In: FUKUDA-PARR, Sakiko; KUMAR, A. K. Shiva. **Desenvolvimento Humano**: leituras selecionadas. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, PNUD, 2007.

HELLEINER, Eric. **States and the Reemergence of Global Finance**: From Bretton Woods to the 1990s. Ithaca & New York: Cornell University Press, 1994.

HOBSON, John M. **The Eurocentric Conception of World Politics** – Western International Theory, 1760-2010. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

IBHAWOH, Bonny; DIBUA, J. I. Deconstructing Ujamaa: The Legacy of Julius Nyerere in the Quest for Social and Economic Development in Africa. **Afr. j. polit. sci**, v. 8, n. 1, p. 59-83, 2003.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David L. **International Relations and the Problem of Difference**. New York and London: Routledge, 2004.

INCA EXPANSION. Wikimedia Commons. Disponível em <<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/34/Inca-expansion.png>>. Acesso em 18 jan. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. **Compendio Estadístico 2014**. Disponível em <http://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/Bibliotecas/Compendio/Compendio-2014/COMPENDIO_ESTADISTICO_2014.pdf>. Acesso em 15 mar. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Bolivia: Exportaciones, según principales productos a nivel de actividad económica (En miles de dólares estadounidenses)**. Disponível em <<http://www.ine.gob.bo/indice/general.aspx?codigo=50101>>. Acesso em 08 mar. 2017b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Bolivia: Hogares por disponibilidad de energía eléctrica, según área (En porcentaje)**. Disponível em <<http://www.ine.gob.bo/indice/EstadisticaSocial.aspx?codigo=30301>>. Acesso em 06 mar. 2017a.

JANUSEK, John Wayne. The changing ‘nature’ of Tiwanaku religion and the rise of an Andean state. **World Archaeology**, v. 38, n. 3, p. 469-492, 2006.

KEOHANE, Robert O. Lilliputian’s Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organizations**, v. 2, n. 23, p. 291-301, 1969.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 3rd ed. New York: Longman, 2001.

KOWII, Ariruma. El Sumak Kawsay. Disponível em <<http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/El%20Sumak%20Kawsay-ArirumaKowii.pdf>>. Acesso em 22 jun. 2015.

KRISHNA, S. The importance of Being Ironic: A Postcolonial View on Critical International Relations Theory. In: **Alternatives**, v.18, n.3, p. 385-417, 1993.

KUMAR, Satish. India and the Himalayan states. In: SCOTT, David (org.). **Handbook of India’s International Relations**. London: Routledge, 2011.

LANGE, Siri. **Land Tenure and Mining in Tanzania**. Bergen: CMI Report, 2008.

LINAREZ, Iblin. **Expertos de 5 países debaten la medición del Vivir Bien en Bolivia**. Página Siete. 19/08/2014. Disponível em <<http://www.paginasiete.bo/sociedad/2014/8/19/expertos-paises-debaten-medicion-vivir-bien-bolivia-29788.html>>. Acesso em 21 fev. 2016.

LYAKURWA, W. M. **Export Instability and Economic Development: the Tanzanian Experience from 1954 to 1973**. Discussion Paper No. 7. Research & Statistics Department, Bank of Tanzania, 1979.

MACAULAY, T. B. **Minute by the Hon'ble T. B. Macaulay, dated the 2nd February 1835**.

Disponível em

<http://www.columbia.edu/itc/mealc/pritchett/00generallinks/macaulay/txt_minute_education_1835.html>. Acesso em 11 jan. 2017.

MAHONEY, James. **Colonialism and postcolonial development: Spanish America in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MARLOWE, Frank W. **The Hadza – Hunter-Gathers of Tanzania**. Berkeley: University of California Press, 2010.

MARSHALL, Julie G. **Britain and Tibet 1765-1947 – A select annotated bibliography of British relations with Tibet and the Himalayan states including Nepal, Sikkim and Bhutan**. London and New York: RoutledgeCurzon, 2005.

MAZRUI, Ali A.; MAZRUI, Alamin M. Linguistic Dilemmas of Afrocentricity – The Diaspora Experience. In: DIRVEN, René; HAWKINS, Bruce; SANDIKCIOGLU, Esra (org). **Language and Ideology – Volume I: Theoretical cognitive approaches**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

MCCLINTOCK, A. The Angel of Progress: Pitfalls of the Term “Post-Colonialism”. **Social Text**, n.31/32 Third World and Post-Colonial Issues, p. 84-98, 1992.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIGNOLO, Walter D. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2, p. 339-514, 2007.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais / Projetos Globais – Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. La opción de-colonial: desprendimiento y aperture. Un manifesto y un caso. **Tabula Rasa**, n. 8, p. 243-281, 2008a.

MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre a “idéia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 239-252, 2008b.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidade y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. El desprendimiento: pensamiento crítico y giro colonial. In: WALSH, Catherine. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo, 2006.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORA, Enrique Ayala. **Resumen de Historia del Ecuador**. Quito: Corporación Editora Nacional, 2008.

MORLEY, Stephen. **Historical UK inflation**. Disponível em <<http://inflation.stephenmorley.org/>>. Acesso em 30 jan. 2017.

MOTA, Aurea; DELANTY, Gerard. Eisenstadt, Brazil and the multiple modernities framework. **Journal of Classical Sociology**, 2015.

MOVIMIENTO AL SOCIALISMO. **Bolivia País Líder** – 2010-2015 Programa de Gobierno. 17 out. 2009. Disponível em <https://issuu.com/boliviaavanza/docs/01._programa_evo_bolivia_avanza_2010-2015>. Acesso em 09 fev. 2017.

MUDIMBE, V. Y. **The Invention of Africa** – Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

MUGANDA, Anna. **Tanzania's Economic Reforms – and Lessons Learned**. Disponível em <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.500.4963&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em 14 mar. 2017.

MURDOCK, George P. **Africa: Its Peoples and their Culture History**. New York: McGraw-Hill Inc, 1959.

MURDOCK, George P.; BLIER, Suzanne; NUNN, Nathan. **Murdock HRAF 1959**. Disponível em <http://worldmap.harvard.edu/data/geonode:murdock_ea_2010_3>. Acesso em 21 out. 2016.

MURRA, John. A Estrutura Política Inca. In: CORRÊA, Anna Maria Martinez; BELLOTTO, Manoel Lelo. **A América Latina de Colonização Espanhola** – Antologia de Textos Históricos. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MURRA, John. As Sociedades Andinas anteriores a 1532. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina** – volume I: América Latina Colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

MWANZI, Henry A. Iniciativas e resistência africanas na África oriental, 1880-1914. In: BOAHEN, Albert Adu. (org). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

NIMAMBO, Isaria N. O litoral e o interior da África Oriental de 1845 a 1880. In: ADE AJAYI, J. F. **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

NORDENSKIÖLD, Baron Erland. The Guarani Invasion of the Inca Empire in the Sixteenth Century: an Historical Indian Migration. **Geographical Review**, v. 4, p. 103-121, 1917.

NYERERE, Julius K. **Ujamaa - Essays on Socialism**. Dar es Salaam: Oxford University Press, 1968.

NYERERE, Julius. **Freedom and Development / Uhuru Na Maendeleo: A Selection from Writings and Speeches, 1968-1973**. Oxford: Oxford University Press, 1974.

NYERERE, Julius. **Mwalimu Julius Kambarage Nyerere – Biography**. Disponível em <<http://www.juliusnyerere.org/about>>. Acesso em 30 jan. 2017.

NYERERE, Julius. Mwalimu Nyerere Foundation. 1997. Disponível em <http://www.juliusnyerere.org/about/category/nyerere_foundation>. Acesso em 22 set. 2016.

OCHIENG, W. R. O interior da África do Leste: os povos do Quênia e da Tanzânia (1500-1800). In: OGOT, Bethwell Allan. **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

ORDÓÑEZ-ITURRALDE, Darwin; HINOJOSA-DAZZA, Susana. **La Política Exterior del Ecuador**: Em el marco del Plan Nacional del Buen Vivir y su impacto em el desarrollo de sectores estratégicos. Guayaquil: Editorial Universidad Laica VICENTE ROCAFUERTE de Guayaquil, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Momento de ação global para as pessoas e o planeta**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em 28 jan. 2017b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>. Acesso em 28 jan. 2017a.

PATNAIK, Prabhat. On the Political Economy of Underdevelopment. In: PATNAIK, Prabhat. **Whatever Happened to Imperialism and Other Essays**. Nova Déli: Tulika, 1995.

PERMANENT MISSION OF THE KINGDOM OF BHUTAN TO THE UNITED NATIONS IN NEW YORK. **About Bhutan**. Disponível em <<https://www.un.int/bhutan/bhutan/about-bhutan>>. Acesso em 06 jan. 2017.

PIETERSE, Jan Nederveen. After post-development. **Third World Quarterly**, v. 21, n. 2, p. 175-191, 2000.

PLANIFICACIÓN, Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo. **100 Logros de la Revolución Ciudadana**. 2012. Disponível em <<http://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/100-Logros-revolucion-ciudadana-2012.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 25-30, 2009.

PORTUGAL, Ana Raquel. Revivendo tempos incaicos. In: PORTUGAL, Ana Raquel. **O ayllu andino nas crônicas quinhentistas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PUEBLOS ORIGINÁRIOS DE BOLÍVIA. Wikimedia Commons. Disponível em <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c4/Pueblos_originarios_de_Bolivia.png>. Acesso em 24 jan. 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUINANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000.

RELACIONES EXTERIORES, Ministerio. **Conclusiones del Pachakuti[1], Para el Vivir Bien/Felicidad/Buen Vivir**. Disponível em < <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/node/689>>. Acesso em 21 fev. 2016.

RENARD-CASEVITZ, F. M., SAIGNES, T., TAYLOR, A. C. **Al Este de los Andes** – Relaciones entre las sociedades amazónicas y andinas entre los siglos XV y XVII. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1988.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Caps. 1-2, p. 13-30.

ROTHÉ, Bertrand; MORDILLAT, Gérard. **Il n’ya pas d’alternative**: Trente ans de propagande économique. Paris: Seuil, 2011.

RWEGASIRA, D. G. **Inflation and Economic Development; Some Lessons from Tanzanian Experience**. Discussion Paper No. 2. Research & Statistics Department, Bank of Tanzania, 1977.

SALIM, Ahmed Idha. O litoral e o interior da África Oriental de 1800 a 1845. In: ADE AJAYI, J. F. **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Public Sphere and Epistemologies of the South. **Africa Development**, v. 38, n. 1, p. 43-67, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado; MENESES, Maria Paula. Opening Up the Canon of Knowledge and Recognition of Difference. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Another Knowledge is Possible: Beyond Northern Epistemologies**. Londres e Nova York: Verso, 2008 p. xix-lxii.

SANTOS, F. Onofre. O Fogo de Prometeu nas Mãos de Midas: Desenvolvimento e Mudança Social. In: CAMPOS, Taiane L. C. (org). **Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005. Cap. 1, p. 13-75.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCHUMPETER, Joseph. **Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung**. Berlin: Duncker und Humblot, 1987.

SEN, Abhismita. **Bhutan’s Diplomatic Relations at the Crossroads of India and China**. 12 dez. 2014. Disponível em < <http://nepalpolity.com/?p=5193#sthash.Otf2c1IM.9sRhMr8e.dpbs>>. Acesso em 08 jan. 2017.

SHILLIAM, Robbie. Redemption from development: Amartya Sen, Rastafari and promises of freedom. **Postcolonial Studies**, v. 15, n. 3, p. 331-350, 2012.

SHIVA, Vandana. **Monocultura da mente** – Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

STEFANONI, Pablo. ¿Y quién no quería “vivir bien”? Encrucijadas del proceso de cambio boliviano. **Crítica y Emancipación**, n. 7, p. 9-25, 2012.

STEFANONI, Pablo. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 24, p. 115-131, 2010.

SUTTON, J. E. G. A África oriental antes do século VII. In: MOKHTAR, Gamal (org). **História geral da África, II: África antiga**. Brasília: UNESCO, 2010

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TANGANYKA AND ZANZIBAR, The United Republic of. **Tanganyka Five-Year Plan for Economic and Social Development** – 1st July, 1964 – 30th June, 1969 – Volume I: General Analysis. Dar es Salaam: The Government Printer, 1964a.

TANGANYKA AND ZANZIBAR, The United Republic of. **Tanganyka Five-Year Plan for Economic and Social Development** – 1st July, 1964 – 30th June, 1969 – Volume II: The Programmes. Dar es Salaam: The Government Printer, 1967.

TANZÂNIA, Constituição (1977). **United Republic of Tanzania’s Constitution of 1977 with Amendments through 1995**. Constitute Project, 2015.

TANZANIA, The United Republic of. **Tanzania Second Five-Year Plan for Economic and Social Development** – 1st July, 1969 – 30th June, 1974 – Volume I: General Analysis. Dar es Salaam: The Government Printer, 1969a.

TANZANIA, The United Republic of. **Tanzania Second Five-Year Plan for Economic and Social Development** – 1st July, 1969 – 30th June, 1974 – Volume II: The Programmes. Dar es Salaam: The Government Printer, 1969b.

TANZANIA, The United Republic of. **Tanzania Second Five-Year Plan for Economic and Social Development** – 1st July, 1969 – 30th June, 1974 – Volume III: Regional Perspectives. Dar es Salaam: The Government Printer, 1970.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição das importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de Pensamento na CEPAL, vol. 1**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 217-238.

THE MOUNTAIN COMPANY. **FAQS**: What is a dzong and which ones would you recommend visiting? Disponível em <<http://www.themountaincompany.co.uk/bhutan/faqs/dzongs-bhutan/>>. Acesso em 14 fev. 2017.

THIONG’O, Ngũgĩ wa. **Decolonizing the Mind**. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1987.

TIDEMAN, Sander G. Gross national happiness: towards a new paradigm in economics. **First International Conference on Operationalization of Gross National Happiness**, v. 185, p. 222-247, 2004.

TWADDLE, Michael; RABEARIMANANA, Lucile; KIMAMBO, Isaria N. A África Oriental. In: MAZRUI, Ali A.; WONDKI, Christophe (org.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

UHANZE, Hope N. **Ujamaa in the Philosophy of Julius Nyerere: A Critical Analysis**. 2011. 113f. Dissertação (mestrado). Nnamdi Azikiwe University, Department of Philosophy, Akwa.

URA, Karma. et al. , ALKIRE, Sabina, ZANGMO, Tshoki, WANGDI, Karma. **A Short Guide to Gross National Happiness Index**. Thimphu: The Centre for Bhutan Studies, 2012.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu. (org). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

VALAREZO, Galo Ramón; DÁVILA, Hugo Torres. **El Desarrollo Local en el Ecuador – Historia, Actores y Métodos**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2004.

WACKERNAGEL, Mathis; REES, William. **Our Ecological Footprint**. Gabriola Island: New Society Publishers, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis: An Introduction**. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WESSELS, C. **Early Jesuit Travellers in Central Asia 1603-1721**. New Delhi: Asian Educational Services, 1992.

WORLD BANK. **Request 13496 Implementing Multidimensional Measures of Wellbeing**. 20/02/2014. Disponível em <http://knowledgesharingfordev.org/Data/wbi/wbicms/files/drupal-acquia/wbi/document_repository/gfr_-_implementing_multidimensional_measures_of_wellbeing.pdf>. Acesso em 29 jan. 2017.

YUOGOV. **YouGov Survey Results**. Jul. 2014. Disponível em <http://cdn.yougov.com/cumulus_uploads/document/6quatmbimd/Internal_Results_140725_Commonwealth_Empire-W.pdf>. Acesso em 25 set. 2016.